BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

RELATÓRIO E CONTAS 2022

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Índice

1. ÓRGÃOS SOCIAIS 3
2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL 4
3. CAPITAL SOCIAL 7
4. PRINCIPAIS INDICADORES 8
5. MENSAGEM DO PRESIDENTE 9
6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL 12
6.1. INTERNACIONAL 12
6.2. NACIONAL 15
7. VISÃO ESTRATÉGICA 23
8. ATIVIDADE COMERCIAL 25
8.1. RECURSOS 25
8.2. CRÉDITO 28
9. OUTRAS ATIVIDADES 32
9.1. RECURSOS HUMANOS 32
9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO 39
9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 47
9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ 50
9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE 52
10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 58
10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO 58
10.2. CONTAS DE RESULTADOS 62
10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS 656
10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS 678
11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS 689
12. BANCOS CORRESPONDENTES 70
13. ANEXOS 712

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Na Assembleia-Geral Ordinária do Banco Comercial do Atlântico (BCA) realizada no dia 02 de junho de 2022, foram eleitos, nos termos do Artigo 13º dos seus Estatutos, novos membros dos Órgãos Sociais, que ficaram assim constituídos:

Assembleia-Geral

Presidente**:** Dr. Miguel António Ramos

Vice-Presidente: Dr. Victor Paulo Gonzalêz Ribeiro

Secretário: Dra. Dulce Patrícia Dias Lopes Chantre

Conselho de Administração

Presidente: Dra. Maria Manuela Martins Ferreira (desde 19.04.2022)

Administrador: Dr. Francisco José dos Santos Silva

Administrador: Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás

Administradora: Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca M Rodrigues

Administrador: Dr. Hernâni Lopes Trigueiros

Administrador: Rui Pedro Vieira Vidal (desde 11.01.2022)

Administradora: Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes

Administradora: Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite

Administrador: Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Conselho Fiscal

Presidente: Manuel Lázaro Oliveira de Brito

Vogal: Dr. José Emanuel Tavares Moreira

Vogal: Dra. Maria Conceição Mendes Landim

Vogal Suplente: Dra. Florence Mendes Correia Carp Pinto Basto (suplente)

A Comissão Executiva, nomeada pelo Conselho de Administração é composta por cinco administradores:

Presidente: Dr. Francisco José dos Santos Silva

Administradora: Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás

Administradora: Dra. Herminalda Augusta Fonseca M Rodrigues

Administrador: Dr. Hernâni Lopes Trigueiros

Administrador: Rui Pedro Vieira Vidal (desde 11.01.2022)

2. DIREÇÕES E REDE COMERCIAL

Direção Comercial Norte – DCN
Gilda Monteiro
Diretora

Direção Comercial Sul - DCS
Luis Ramos
Diretor

Direção Contabilidade e Gestão Financeira – DCG
Fátima Pires
Diretora

Direção Gestão de Risco – DGR
Luis Santos
Diretor

Direção de Meios e Canais – DMC
Américo Andrade
Diretor

Direção de Organização e Inovação – DOI

Direção de Sistemas Informáticos - DSI
Luís Barbosa
Diretor

Direção de Compras e Logística – DCL
Adalberto Melo
Diretor

Direção de Suporte Operacional – DSO (a partir de 09/03/2022)
Sandra Camacho
Diretor

Direção Planeamento Estratégico e Controlo Gestão - DPC
Evaldo Lima
Diretor

Direção de Recursos Humanos – DRH
Águeda Monteiro (até 31/01/2022)
Paulo Soares (a partir de 01/02/2022)
Diretor(a)

Gabinete Jurídico e Contencioso – GJC
Dulce Lopes
Coordenadora

Direção de Auditoria Interna – DAI
Emanuel Miranda
Diretor

Gabinete de Marketing e Relações Públicas – GMR
Edilton Rodrigues
Coordenador

Direção de Risco de Crédito – DRC (a partir de 08/12/2022)
Danielson Fortes Pinto
Diretor

Gabinete Recuperação Crédito – GRE
Nuno Cabral
Coordenador

Direção de Património e Segurança – DPS (a partir de 01/11/2022)
Marcos Barbosa
Diretor

Secretariado Conselho Administração
Marisa Santos
Coordenadora

Direção Suporte à Função *Compliance* – DFC
Monica Sanches
Diretora

GABINETES EMPRESAS NORTE	GABINETE EMPRESAS SUL
Gabinete Empresas Norte – GEN António Évora **Coordenador**	**Gabinete Empresas Sul I – GES I** Dinolita Moreno **Coordenadora**
Gabinete Empresas Sal – GESA Vera Zego **Coordenadora**	**Gabinete Empresas Sul II – GES II** Dinolita Moreno **Coordenadora**

AGÊNCIAS DA ZONA NORTE	AGÊNCIAS DA ZONA SUL
Maisa Crisóstomo Rodrigues **Coordenadora**	Celmira Mendes Romina Tavares **Coordenadora** **Coordenadora**
Agências Tipo I	
Agência de São Vicente – ASV Nelson Gomes **Gerente**	Agências Tipo I **Agência da Praia – APA** Sofia Barbosa **Gerente** **Agência de Santa Catarina – ASC** Miguel Landim **Gerente**
Agências Tipo II	Agências Tipo II
Agência Boa Vista – ABV Liliana Mendes **Gerente**	**Agência Achada Santo António I – ASTI** Elizabeth Alexandre **Gerente**
Agência da Praça Nova - PNA Valdina Monteiro **Gerente**	**Agência Avenida – AVE** Jose Moniz **Gerente**
Agência do Porto Novo – APN Elder Rodrigues **Gerente**	**Agência de São Filipe - FOGO – AFG** Monica Tavares **Gerente**
Agência Ribeira Grande – ARG Osvaldina Brito **Gerente**	**Agência do Tarrafal – ATA** Onivalda Delgado **Gerente**
Agência do Sal – ASA **Balcão do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral** Carla Santos **Gerente**	**Agência Achada Santo António II – ASTII** Dúnia Ramos **Gerente**
Agência de São Nicolau – ASN **Prolongamento Tarrafal de São Nicolau – ATS** Carlos Santos **Gerente**	**Agência de Santa Cruz – STC** Marisa Ramos **Gerente**

Agência Monte Sossego – MAS
Danilo Almeida
Gerente

Agência Santa Maria – ASM
Carla Santos
Gerente

Agência Palmarejo
Iliana Rocha
Gerente

Agências Tipo III

Agência Fonte Filipe – AFF
Virgínia Correia
Gerente

Balcão de Ponta do Sol – APS
Balcão Paúl – APL
Osvaldina Brito
Gerente

Agências Tipo III

Agência da Brava – ABR
Paula Reverdes
Gerente

Agência do Maio – AMA
Claudia Sousa
Gerente

Agência dos Mosteiros – AMO
Monica Tavares
Gerente

Agência Chã de Areia – ACA
Dúnia Ramos
Gerente

Agência de Achada S. Filipe – ASF e Prolongamento São Domingos - PSD
Isabel Costa
Gerente

Agência Assomada – ADA
Miguel Landim
Gerente

3. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social do BCA é de 1.324.765.000$00 (mil trezentos e vinte e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil escudos) e, em 31 Dezembro de 2022 era detido pelos acionistas constantes do quadro abaixo. Destacam-se nominalmente os detentores de participações superiores a dois por cento (2%) do capital.

Quadro 1 - Capital Social do BCA

		CVE
Accionista	**Valor**	**Percentagem**
CGD/INTERATLÂNTICO	697 446 000	52,65%
INPS	166 078 000	12,54%
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	89 504 000	6,76%
GARANTIA	76 322 000	5,76%
ASA - AEROPORTO E SEGURANÇA AÉREA, SA	28 780 000	2,17%
TRABALHADORES	26 263 000	1,98%
OUTROS ACCIONISTAS	240 372 000	18,14%
TOTAL	**1 324 765 000**	**100,00%**



4. PRINCIPAIS INDICADORES

Quadro 2 - Principais Indicadores de Atividade e Resultados

Variáveis	Unidades	2021	2022	Variação
BALANÇO				
Ativo Total	milhões CVE	90.362	94.001	4,0%
Crédito Total Líquido	milhões CVE	53.292	54.536	2,3%
Passivo Total	milhões CVE	81.482	84.157	3,3%
Recursos De Clientes	milhões CVE	79.671	82.191	3,2%
Situação Liquida	milhões CVE	8.879	9.844	10,9%
CONTA DE EXPLORAÇÃO				
Margem Financeira	milhões CVE	2.928	2.957	1,0%
+Margem Complementar	milhões CVE	764	949	24,2%
=Produto Bancário	milhões CVE	3.692	3.906	5,8%
-Custos Administrativos	milhões CVE	1.630	1.730	6,1%
=Cash-Flow de Exploração	milhões CVE	2.062	2.176	5,5%
+ Resultados Filiais Excluídas Cons. Assoc.	milhões CVE	73	91	24,7%
-Amortizações do Exercício	milhões CVE	182	201	10,4%
-Imparidade/Provisões Líquidas do Exercício	milhões CVE	435	193	-55,6%
-Impostos s/Lucros	milhões CVE	93	75	-19,4%
=Resultados Líquidos do Exercício	milhões CVE	1.424	1.798	26,2%
RÁCIOS				
Crédito Vencido/Crédito Clientes	%	8,2%	7,7%	
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito a Clientes	%	8,0%	7,2%	
Imparidade de Crédito Vencido/Crédito Vencido	%	83,0%	79,3%	
Imparidade para Crédito e Obrigações/Crédito Vencido	%	89,9%	86,7%	
Crédito Clientes/Depósitos Clientes	%	46,6%	45,9%	
Resultado Líquido/Capitais Próprios (ROE)	%	16,0%	18,3%	
Resultado Líquido/Ativo (ROA)	%	1,6%	2,0%	
Rácio Solvabilidade	%	26,5%	28,2%	
FUNCIONAMENTO				
Cost-to-Income	%	49,1%	49,4%	
Ativo Total /Total Empregado no Activo	milhões CVE	213	224	5,3%
Crédito e Depósito Total/Nº Empregados Ativo	milhões CVE	275	285	4,0%
Crédito e Depósito Total/ Nº de Balcões	milhões CVE	3.424	3.518	2,8%
Número Empregados Ativos Totais	Unidade	424	419	-1,2%
Número Empregados Ativos do Quadro	Unidade	334	344	3,0%
Número de Balcões	Unidade	34	34	0,0%

5. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

No início de 2022, ainda pairava a ameaça do ressurgimento da covid-19 através da variante ómicron, a qual acabou por não ocorrer, mas foi rapidamente secundarizada pela invasão da Ucrânia pela Rússia no dia 24 de fevereiro. Com efeito, quando se vaticinava a continuação da recuperação económica em 2022, apesar das incertezas relativamente ao curso da pandemia e à duração da inflação provocada pelas perturbações nas cadeias de distribuição e o desequilíbrio entre a oferta e a procura, o mundo foi surpreendido por uma guerra na Europa entre dois importantes exportadores de combustíveis e cereais, agravando novamente os níveis de incerteza, que já estavam num nível considerado elevado. O pessimismo que marcou o início do ano moderou-se entretanto, com uma recuperação económica acima do esperado, no último trimestre do ano.

No *update* do *World Economic Outlook* (WEO) publicado em janeiro de 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI), fez uma revisão em alta do crescimento económico de 2022 para 3,4% (+0,2 p.p. comparativamente às previsões de outubro) e afastou a previsão de recessão global para 2023. Contudo, a previsão de crescimento para 2023 ainda é relativamente baixa (+2,9% em 2023, comparado com uma média de 3,8% entre 2000 e 2019).

A nível nacional, as previsões de crescimento do Banco de Cabo Verde foram revistas em alta, passando de 4,5% (Relatório e Politica Monetária de abril) para 8,3% (Relatório de Política Monetária de outubro). O *Country Report* nº 23/44 publicado pelo FMI, em janeiro de 2023, apontava para um crescimento de 10,5%. A publicação dos dados do 4º trimestre de 2022 pelo INE, no último dia de março, veio confirmar um crescimento significativo da economia nacional, com o PIB a crescer 17,7% face a 2021, alicerçado sobretudo num desempenho melhor do que o esperado do setor terciário, com destaque para as atividades ligadas ao turismo.

Apesar do comportamento favorável registado na economia nacional e internacional nos últimos meses de 2022, o cenário continua a ser marcado por elevados níveis de incerteza, nomeadamente quanto à evolução do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e quanto aos efeitos nas famílias e nas empresas da persistente alta das taxas de inflação.

Neste contexto, ainda bastante adverso, os indicadores de atividade do BCA continuaram a evidenciar um Banco resiliente e com capacidade para responder e se adaptar à adversidade. Efetivamente, os Resultados Líquidos do BCA cresceram 26,2%, relativamente a 2021, atingindo um novo máximo histórico de 1.798 mil contos, ou seja mais 374 mil contos do que em 2021.

Esse resultado foi muito influenciado pelo aumento do Produto Bancário, com um crescimento de cerca de 214 mil contos, mais 5,8% do que em 2021 e foi sustentado, essencialmente na Margem Complementar, que cresceu quase 25%, com destaque para as Comissões Líquidas (+16,3%) e os Resultados de Alienação de Outros Ativos (+330,4%).

Em 2021 os Resultados Líquidos tinham registado uma ligeira quebra, decorrente do registo de Imparidades e Provisões no valor de 435 mil contos, essencialmente para precaver os impactos do vencimento das moratórias e o contexto de incerteza, pelo que, em 2022 não foi necessário efetuar um reforço tão substancial, o que acabou por impactar positivamente na comparação dos Resultados Líquidos homólogos.

A carteira de Crédito Normal cresceu 2,4%, mais de 800 mil contos, muito suportado sobretudo nos segmentos de crédito à habitação e crédito às empresas privadas. Consideramos que esta evolução consolida uma tendência com três anos consecutivos de crescimento da carteira de Crédito Normal.

Depois do aumento marginal do Crédito Vencido em 2021, em 2022 voltou a registar-se uma redução deste agregado, cerca de 5%, mantendo-se a trajetória descendente do rácio NPL, que se fixou em 5,2%, menos 0,3 pp, relativamente a 2021, e contrariando as expetativas negativas que haviam relativamente ao período pós-moratórias.

Os Depósitos de clientes aumentaram em cerca de 2,5 milhões de contos (+3,2%) contribuindo para reforçar uma situação de liquidez bastante favorável. O rácio de solvabilidade situou-se acima dos 28%, mais do dobro do mínimo regulamentar de 12%, consolidando uma situação de capital muito robusta.

Destaque ainda para a evolução muito positiva verificada na rentabilidade do BCA com o rácio de rentabilidade dos capitais próprios (ROE) a subir de 16% em 2021, para 18,2% em 2022.

Apesar das adversidades do contexto, o BCA continuou a evidenciar uma situação sólida, em termos de capital, uma boa situação de liquidez e um crescimento prudente da carteira crédito, com bons níveis de rentabilidade, prosseguindo com a sua estratégia orientada pelos seguintes pilares:

I. Qualidade de serviço e extração de valor da base de clientes;
II. Eficiência operacional e rentabilidade;

III. Desenvolvimento do capital Humano.

A implementação dessa estratégia, através da execução dos objetivos instrumentais e das iniciativas associadas a cada pilar estratégico, pela sua exigência e ambição, representa um grande desafio e um grande esforço para o BCA em geral, e para os seus Colaboradores em particular. Contudo, acreditamos que é o caminho para manter e reforçar a sustentabilidade do BCA e garantir o alinhamento com a sua visão e a sua missão.

O desempenho conseguido pelo BCA em 2022, não teria sido possível sem o contributo e envolvimento de todos os seus *stakeholders* por isso, é de elementar justiça uma palavra de reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido pelos nossos Colaboradores, num contexto de crescente exigência e elevada complexidade, ao qual têm correspondido com uma grande dedicação, sentido de responsabilidade, compromisso e elevado profissionalismo.

De referir também o agradecimento aos nossos acionistas, nomeadamente o acionista bancário, cuja colaboração tem sido fundamental para colocar o BCA na vanguarda, em termos de alinhamento com as melhores práticas bancárias internacionais, com destaque para os modelos de governo e a transposição de um conjunto de normas que têm permitido reforçar o seu ambiente de controlo interno e a cultura de gestão de risco.

Também gostaríamos de deixar uma palavra de reconhecimento aos nossos fornecedores pela parceria desenvolvida e capacidade de adaptação a exigências regulamentares, cada vez mais desafiantes.

Por último, mas não menos importante, o agradecimento aos nossos clientes, principal razão de ser da nossa existência, pela preferência com que continuam a distinguir o BCA, sendo certo que essa prova de confiança exigirá de todos a manutenção do foco na qualidade de serviço, na inovação, ao nível das soluções para apoiar as empresas e as famílias cabo-verdianas, bem como na digitalização, com novas plataformas, mais seguras e com novas funcionalidades que permitam melhorar a experiência de cliente e a sua conveniência.

Francisco Santos Silva
Presidente da CE

Manuela Ferreira
Presidente do CA

6. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

6.1. INTERNACIONAL

O ano de 2022 foi marcado por um cenário macro económico de grandes desafios. O mundo já vinha sendo fustigado pela COVID19 e pelos riscos de novas mutuações do SARS COV2, agravado pelas incertezas da recuperação da crise pandémica e viu-se novamente desafiado com a invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de Fevereiro de 2022. Em consequência deu-se início a uma escalada de sanções económicas e aumento dos preços das *commodities* energéticas e dos alimentos. Note-se que a Rússia é a principal responsável pela exportação e o segundo maior produtor de gás natural no mundo e tem uma forte presença na produção e na exportação de petróleo. A Ucrânia, por sua vez, garante 12% das exportações mundiais de trigo e 15% das exportações de milho. Juntas as duas partes em conflito detêm uma fatia bastante significativa do comércio mundial de vários cereais como o trigo, milho, cevada, sementes e farelo de girassol. Em resultado, o mundo, e em especial a Europa foi confrontada com uma crise energética e escassez de oferta de alguns produtos, com perdas de eficiência na circulação de bens e conturbações graves nas cadeias de abastecimento (que iniciaram na pandemia), com impacto geral nos preços de bens e serviços. Concludentemente instalou-se uma pressão inflacionista no mercado global que fez disparar as taxas de inflação para níveis que já não se observavam em décadas.

Os Bancos Centrais de vários países, sobretudo os desenvolvidos, aumentaram quase de forma generalizada as de taxas de juro, numa tentativa de controlo da inflação.

Em paralelo, na China, a política de Covid zero, baseada essencialmente no isolamento de cidades inteiras, provocou fortes quedas nos indicadores de atividade económica.

Perante todos estes fatores o Fundo Monetário Internacional (FMI) no *World Economic Outlook* (WEO) de outubro de 2022 previa uma recessão global para 2023. No entanto, com os movimentos surpreendentes de consumo no último trimestre de 2022, as previsões publicadas no *WEO update* de janeiro de 2023, apresentam uma melhoria que descarta esta possibilidade.

Ainda assim, o crescimento económico estimado para 2022 de 3,4% é um dos mais baixos dos últimos anos. O fraco crescimento económico é explicado sobretudo por abrandamentos significativos das três maiores economias mundiais, os EUA, Zona Euro e a China.

Para 2023 o FMI projeta uma queda do ritmo de crescimento, situando-se nos 2,9%, impulsionado especialmente pelas economias avançadas.

Em comparação com a previsão do WEO de outubro 2022, as estimativas para 2022 e 2023 são ambas superiores em cerca de 0,2 pontos percentuais. Apesar desta revisão em alta, o crescimento global projetado para 2023 está abaixo da média anual do período de [2000-2019] que é de 3,8%. A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas de juros pelos bancos centrais nas economias avançadas com o intuito de combater a inflação, bem como outros efeitos da guerra na Ucrânia.

Nos Estados Unidos projeta-se que o crescimento reduza de 2,0% em 2022 para 1,4% em 2023. No entanto, há uma revisão em alta de 0,4 p.p. para o crescimento anual em 2023, refletindo ainda alguns efeitos da resiliência da procura doméstica verificada no último trimestre de 2022.

O FMI prevê que o crescimento na Zona Euro recue para 0,7% em 2023 (3,5% em 2021). Esta projeção reflete uma revisão em alta de 0,2 pontos percentuais face à previsão anterior, refletindo sobretudo os efeitos da rápida subida das taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE), preços de retalho de energia mais baixos e anúncio de medidas fiscais adicionais de suporte ao poder de compra, através do controlo dos preços de energia e transferência de dinheiro.

No Reino Unido a variação do PIB está projetada para -0,6% em 2023. Isto significa uma revisão em baixa de 0,9 pontos percentuais relativamente ao WEO de Outubro de 2022, refletindo políticas fiscais e monetárias mais restritivas e preços de retalho da energia ainda muito altos, com peso significativo nos gastos das famílias.

Na China o crescimento estimado para 2022 é de 3,0% e o projetado para 2023 é de 5,2%. O que significa uma revisão em baixa de 1,2 p.p. para 2022 e uma revisão em alta de 1,1 p.p. para o ano 2023 ao compararmos com aos dados do WEO de outubro de 2022.

Na sub-região da África subsaariana projeta-se que o crescimento permaneça moderado. Para 2023 as previsões rondam os 3,8%, tal qual o ano de 2022, devido às prolongadas consequências da pandemia de COVID-19.

Para economias emergentes e em desenvolvimento, projeta-se que o crescimento aumente modestamente, de 3,9% em 2022 para 4,0% em 2023. É esperado ainda que cerca de metade das economias emergentes e em desenvolvimento tenham crescimento menor em 2023 do que em 2022.

Quanto à inflação, no *WEO update* de janeiro de 2023 o FMI prevê que a esta deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 a nível global. Ou seja, ainda acima da média dos níveis pré-pandémicos [2017-19] de cerca de 3,5%.

No que concerne ao mercado de trabalho, o FMI salienta no *WEO* de Outubro de 2022 que em muitos países, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido, mas também na Zona Euro, as condições permanecem firmes, com taxas de desemprego historicamente baixas e níveis elevados de vagas de emprego.

O FMI ressalva ainda que a evolução do câmbio Euro Dólar poderá ser uma incerteza, tendo o Euro atingido o valor mais baixo em 20 anos no ano passado (2022). Em 2023 espera-se alguma recuperação do Euro e depreciação do Dólar, com implicações na dívida pública e nos preços de importações de combustíveis. Por outro lado, um dólar muito forte pode agravar ainda mais a situação da dívida dos países emergentes e em desenvolvimento. Uma outra questão muito destacada pelo FMI, neste momento, sobretudo por causa da crise energética instalada, é a necessidade de se acelerar a transição verde com o objetivo de se cumprir as metas dos governos relativas às mudanças climáticas. Para tal, o Fundo sustenta que é necessário implementar políticas credíveis de mitigação e uma coordenação internacional sobre o preço do carbono ou políticas equivalentes que facilitariam uma descarbonização mais rápida. Recomenda ainda uma cooperação global para construir resiliência aos choques climáticos, inclusive através de ajuda a países mais vulneráveis.

6.2. NACIONAL

6.2.1. Dados Gerais

A nível nacional, o ano de 2022 foi influenciado pelos impactos da guerra na Ucrânia, mas igualmente o país continuou a sofrer os impactos das medidas adotadas para conter a disseminação da covid-19 e dos sucessivos maus anos agrícolas.

De entre os efeitos da guerra destaca-se a inflação elevada. Com os preços elevados das matérias-primas energéticas e dos bens alimentares no mercado internacional, resultante não só da guerra, mas também das pressões nas cadeias de distribuição com a abertura da economia e restrições na oferta, Cabo Verde, como país importador, sentiu os efeitos de forma imediata. Estima-se que a inflação, há vários anos estabilizada em torno de 1%, terá aumentado para 7,9% em 2022, nível historicamente elevado. Para 2023, o FMI projeta uma inflação de 4,5%.

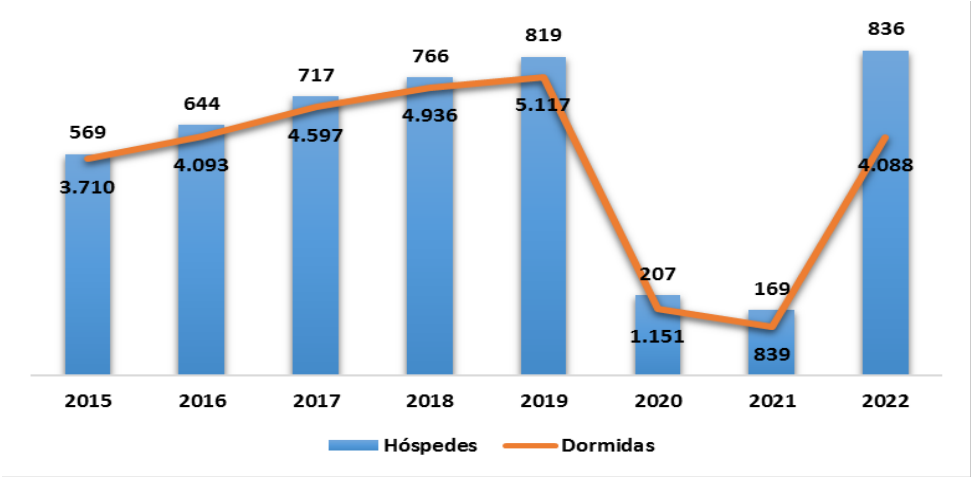
Este contexto levou o Governo cabo-verdiano, em meados de março, a recorrer ao FMI com pedido de um acordo ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada, pedido esse aprovado em junho, no montante de 60 milhões de USD.

No entender do FMI este acordo ajudará o país a reforçar as reservas internacionais, a preservar a sustentabilidade da dívida, a aumentar a resiliência a choques, inclusive aqueles ligados às alterações climáticas, e a tornar o crescimento mais inclusivo. O programa ajudará ainda a colmatar os défices de financiamento, juntamente com o apoio financeiro contínuo dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde.

Não obstante este contexto desfavorável, o relatório Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), referente ao quarto trimestre de 2022, evidencia um crescimento do PIB real de 17,7%, e uma revisão da recessão de 2020 de -14,8% para -19,3%, referindo a atualização do ano base de cálculo do PIB.

A forte e ampla recuperação da economia de Cabo Verde estimada para 2022 foi apoiada, largamente, por uma robusta recuperação no setor do turismo. Isso ajudou a melhorar a posição fiscal e a colocar a relação dívida/PIB em uma trajetória descendente. As reservas internacionais estão em níveis considerados adequados e o setor financeiro permanece resiliente.

O ano de 2022 marca então a retoma do Turismo no país. O número de hóspedes bateu um novo recorde totalizando 835.945 turistas que compara com 819.308 em 2019, ano antes da quebra significativa provocada pelas medidas de combate à pandemia da covid-19.



Fonte: INE

Quanto às contas externas, o Relatório de Política Monetária do Banco de Cabo Verde (BCV), publicado em outubro de 2022, refere que apesar do défice que se espera na balança comercial (refletindo a deterioração dos termos de troca na sequência dos choques sobre os preços dos produtos importados), o défice da balança corrente deverá melhorar em 2022 e 2023, em linha com a contínua retoma turística no país rumo aos níveis pré-pandémicos, ainda que a um ritmo mais moderado em 2023. Esta melhoria no défice corrente será suficiente para compensar a redução que se espera nos influxos líquidos de financiamento da economia, derivado do aumento dos pagamentos do serviço da dívida (capital).

Com efeito, a Conta Corrente deverá recuar de um défice estimado em 13% do PIB, em 2021, para 5,3% do PIB estimado para 2022. Em relação a 2023, o BCV prevê um défice de 4,2% no Cenário Base e 7,5% no Cenário Adverso. Esta melhoria decorre da contínua retoma do turismo no país perspetivado para 2023.

O *stock* das reservas internacionais líquidas deve garantir 6,8 meses das importações estimadas em 2022. O *stock* das reservas internacionais líquidas ascendia a 65.708 milhões de escudos no terceiro trimestre, cerca de 15% superior ao registado em igual período de 2021. Nesse ano as reservas garantiram cerca de 7,5 meses das importações projetadas, nível considerado adequado. Em 2023 prevê-se um *stock* ligeiramente inferior, ainda assim garantindo cerca de 6,3 meses de importações.

De acordo com o Relatório de Política Monetária do BCV, o setor monetário manteve-se líquido, tendo a oferta monetária expressa pela evolução da massa monetária crescido 2,3%, em agosto de 2022 face

a dezembro de 2021, determinado sobretudo pelo aumento do crédito à economia e dos ativos externos líquidos do Banco Central, em particular, das reservas internacionais líquidas. O desempenho do crédito interno líquido foi impulsionado pela evolução do crédito à economia e do crédito líquido ao setor público administrativo. O crédito à economia aumentou 3% face a dezembro de 2021, apresentando, contudo, um abrandamento face ao crescimento de 4,5% registado em período homólogo. O processo de *phasing-out* gradual do serviço da dívida dos contratos de crédito sob o regime das moratórias, que se iniciou em julho de 2021, bem como, a não concessão de créditos no âmbito das linhas de crédito Covid-19 garantidas pelo Estado desde o primeiro trimestre de 2022, explicam o comportamento do crédito à economia.

Para o final do ano de 2022 o BCV estima um aumento anual do Crédito à economia de 5,1%. Em 2023 no cenário base o valor poderá atingir 4% e em cenário menos favorável poderá não ir além dos 3,6%.

Quanto ao Défice público, o Governo, através proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023 (OE 2023), avança que deverá situar-se em torno dos 6,3% do PIB em 2022 e 5,6% do PIB em 2023. Para tanto prevê um aumento das receitas totais de 27%, essencialmente pela via da arrecadação de mais impostos (+16%).

A Dívida Pública em percentagem do PIB deverá inverter a tendência de crescimento verificada em 2020 e 2021, atingindo cerca de 138,1% e 133,4% em 2022 e 2023, respetivamente.

Relativamente ao mercado de trabalho as estatísticas publicadas pelo INE a 31 de março de 2023 indicam uma taxa de desemprego de 12,1% em 2022, sem contudo fazer referência à estimativa de 2021. Comparando com o valor publicado de 2020 (14,5%), corresponde a uma redução de 2,4 pontos percentuais.

O BCV adverte que estas projeções envolvem uma elevada incerteza com riscos negativos para as perspetivas económicas globais, tais como:

- Uma postura insuficiente ou excessiva das políticas monetárias no combate à inflação;
- Divergências nas trajetórias de políticas nas maiores economias levando a uma maior apreciação do dólar americano e a tensões transfronteiriças;
- Aumento persistente dos preços, com possíveis perturbações mais sérias nas cadeias de abastecimento globais, em particular, com a interrupção completa do fornecimento de gás para a Europa pela Rússia, conduzindo a cortes mais acentuados da produção e a novos aumentos dos preços de energia;

- Aumento das expetativas de inflação e uma resposta das políticas monetárias mais agressivas, expondo as vulnerabilidades da dívida e levando a um sobre-endividamento generalizado;
- Um ressurgimento da pandemia com uma nova variante; e,
- Uma desaceleração mais acentuada do que o previsto da economia chinesa com o agravamento da crise do setor imobiliário com efeitos transfronteiriços negativos.

Apesar de os bancos centrais, nomeadamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal Americana, terem optado por reduzir o grau de acomodação e apertar as condições monetárias e financeiras, através de alterações das taxas de juro diretoras, visando conter o aumento persistente da inflação observado desde a segunda metade de 2021, o BCV optou pela manutenção da atual orientação acomodatícia da política monetária em 2022. Para 2023, considerando a necessidade de reduzir as pressões inflacionistas no país e garantir a estabilidade dos preços e o regime do *peg* fixo ao Euro, prevê-se uma política mais restritiva.

6.2.2. Nova Legislação do Sistema Financeiro

Em 2022 foram publicados diversos diplomas legais e regulamentares com impacto nas atividades prosseguidas pelo BCA, de entre os quais destacam-se os seguintes:

Resolução nº 8/2022, de 20 de janeiro - Prorroga a situação de contingência em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica e nos exatos termos da Resolução nº 116/2021, de 28 de dezembro.

Aviso nº 6/2022, de 25 de janeiro - Estabelece as condições Gerais de abertura de contas de depósito bancário nas Instituições de Crédito.

Resolução nº 15/2022, de 16 de fevereiro - Prorroga a situação de contingência em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica e nos exatos termos da Resolução n.º 116/2021, de 28 de dezembro.

Resolução nº 23/2022, de 4 de março - Declara a situação de alerta em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica.

Resolução nº 36/22, de 7 de abril - Aprova a alteração do esquema de vacinação completa contra a COVID-19, passando a integrar uma dose adicional de reforço, para além da segunda dose ou dose única.

Decreto-lei nº 10/2022, de 8 de abril - Procede à sexta alteração ao Decreto-lei nº 38/2020, de 31 de março, que estabelece medidas excecionais de apoio e proteção de famílias, empresas, municípios, instituições particulares de solidariedade social, associações sem fins lucrativos e demais entidades da

economia social, por força dos impactos económicos e financeiros da contração da atividade económica decorrente da pandemia da doença COVID-19.

Aviso nº 1/2022 do BCV, de 12 de abril - Disponibilidades Mínimas de Caixa.

Extrato do despacho nº 43/2022, de 18 de abril - Estabelecendo os requisitos a que deve obedecer o processamento das faturas e documentos fiscalmente relevantes a que se refere o número 3 do artigo 6º do Decreto-lei nº 79/2020, de 12 de novembro.

Aviso nº 2/2022, de 20 de abril - O presente regulamento procede à alteração do Aviso nº 4/2021, de 24 de agosto que regulamenta as medidas de flexibilização prudencial no âmbito das medidas excecionais e temporárias no contexto da pandemia da Covid-19.

Decreto-lei nº13/2022, de 26 de abril - Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 47/2020, de 25 de abril, alterado pelo Decreto-lei n.º 67/2020, de 1 de setembro, que estabelece regras de utilização de máscaras faciais, como medida complementar para limitar a transmissão do Sars-Cov 2 na comunidade, bem como outras medidas de higienização e prevenção do contágio e de vigilância sanitária, em decorrência do princípio da precaução em saúde pública.

Resolução nº 45/2022, de 26 de abril - Estabelece novas regras de conformidade sanitária no contexto de prevenção da COVID-19.

Portaria nº 16/2022, de 03 de maio - A presente Portaria tem por objeto regulamentar o regime jurídico que institui a fatura eletrónica e os documentos fiscalmente relevantes eletrónicos, aprovado pelo Decreto-lei nº 79/2020, de 12 de novembro.

Decreto-lei 18/2022, de 6 de junho - Estabelece o regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro.

Decreto-lei nº 24/2022, de 30 de junho - O presente diploma procede à terceira alteração ao Decreto-lei n.º 58/2020, de 29 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 88/2020, de 28 de dezembro, e n.º 49/2021, de 30 de junho, que estabelece o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Resolução nº 76/2022, de 07 de julho - Renova a situação de alerta em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica.

Aviso nº 03/2022, de 24 de agosto - Alteração ao Aviso nº 5/2021, de 03 de dezembro, sobre medidas de carácter temporário relativas aos critérios de elegibilidade dos ativos de garantia para as Operações Monetárias de Financiamento (OMF).

Decreto-lei n.º 41/2022, de 26 de agosto - Procede à terceira alteração ao Decreto-lei nº 37/2010, de 27 de setembro, que regula as condições de acesso ao crédito para habitação, no regime geral, bonificado e jovem bonificado.

Resolução nº 84/2022, de 14 de setembro - Procede à cessação da situação de alerta em todo o país, com base na evolução da situação epidemiológica.

Aviso nº 04/2022 - Regras para abertura de Contas de Pagamento.

Aviso nº 5/2022 - Regulamenta as condições de emissão, aceitação e utilização de cartões de pagamento.

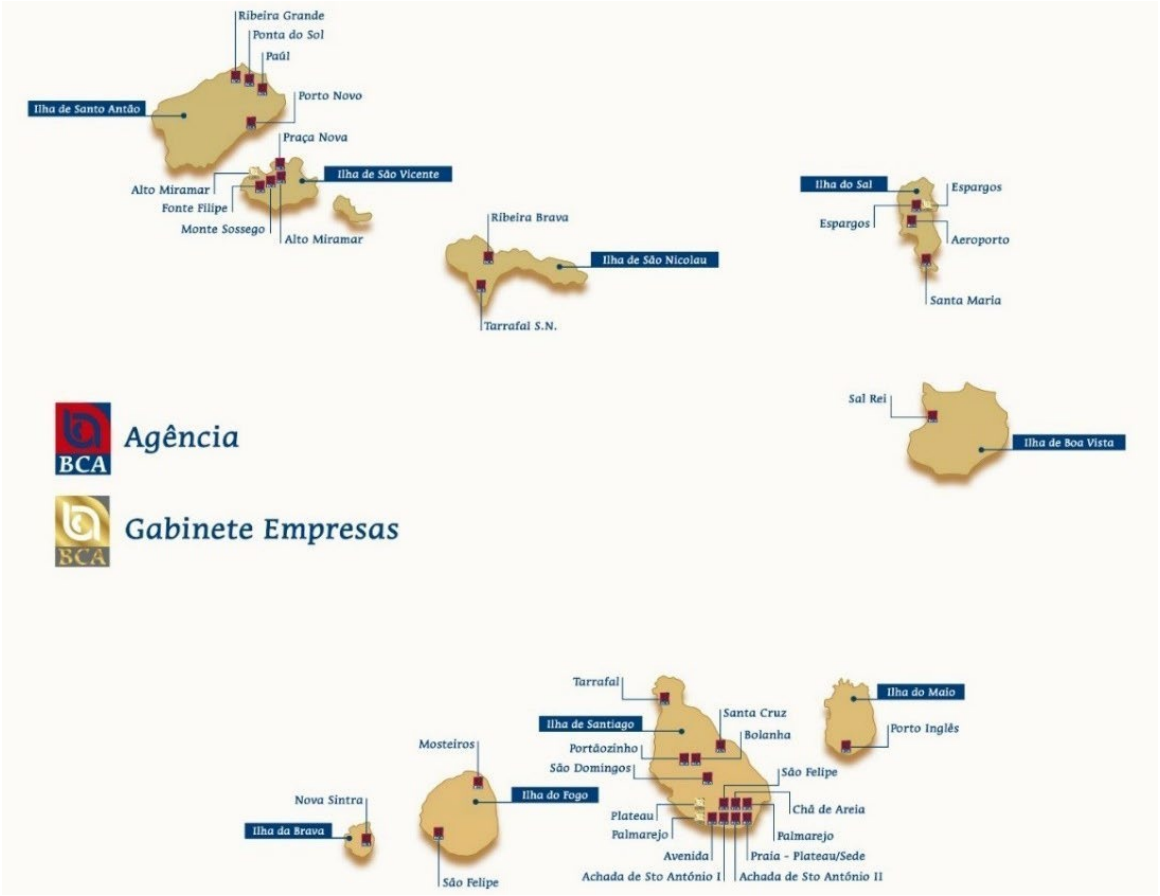
Regulamento nº 1/2022, de 14 de outubro - Normas para a Emissão e Rotulagem de Títulos Azuis em Cabo Verde.

Regulamento nº 2/2022 de 9 de novembro de 2022 - Deveres informativos e publicitários sobre Produtos Financeiros Complexos.

6.2.3. Rede de Balcões e Canais Digitais

O BCA manteve inalterada a sua rede comercial em 2022 com 34 balcões, incluindo 4 Gabinetes de Empresas.

Com a venda do edifício de Chã-de-Areia o Balcão deixou de fazer atendimento ao público e os clientes foram direcionados para Achada de Santo António. O processo de fecho efetivo desse balcão ficou concluído em janeiro de 2023.



Cartões de Débito Vinti4

Durante o ano de 2022, o BCA emitiu cerca de 54.404 cartões Vinti4, correspondente a uma quota de mercado de 37% e representando um crescimento de 5% comparativamente ao ano anterior.

Relativamente aos cartões Vinti4 ativos e em circulação, no final do ano de 2022 o BCA detinha cerca de 94.168 cartões, representando crescimento de 16% em relação ao ano anterior e correspondendo a uma quota de mercado de 31%.

Ainda durante o ano de 2022, foram realizadas cerca de 14,9 milhões de transações com cartões Vinti4 do BCA, representando um crescimento de 8% comparativamente ao ano anterior. Essas transações movimentaram cerca de 43,3 mil milhões de Escudos, representando um crescimento de 16% comparativamente ao ano anterior.

Cartões Visa

Em 2022 o BCA emitiu cerca de 8.513 cartões da marca Visa, equiparando-se á quantidade de cartões Visa emitidos no ano anterior.

Relativamente aos cartões ativos e em circulação, no final do ano de 2022 o BCA detinha cerca de 15.846 cartões da rede Visa, representando um crescimento de 6% em relação ao ano anterior.

No tocante às transações realizadas com os cartões Visa, no ano de 2022 houve um crescimento bastante significativo, tendo sido efetuadas cerca de 232.763 operações que requerem a movimentação de fundos, correspondente a um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

Essas operações com movimentação de fundos realizados com os cartões Visa do BCA, mobilizaram cerca de 1,6 mil milhões de escudos, representando um crescimento de 26% em relação ao ano anterior.

BCA Directo (Internet Banking)

Durante o ano de 2022, foram efetuadas 9.537 novas adesões ao BCADirecto, sendo que no final do ano atingiu-se a quantidade de 88.508 utilizadores do canal, representando um crescimento de 16% e 24%, respetivamente, em relação ao ano anterior.

Ainda, em 2022 foram realizadas 1.501.297 transações com movimentação de fundos no BCADirecto, atingindo o valor de 41.702 milhões de Escudos, representando crescimentos na ordem dos 13% e de 59%, respetivamente, comparativamente ao ano anterior.

Automated Teller Machine (ATM)

O BCA terminou o ano de 2022 com 65 máquinas ATM's, os mesmos que no ano anterior, representando uma quota de mercado na ordem dos 31%.

No ano de 2022, foram realizadas cerca de 5.826.987 operações nos ATM's do BCA, para um montante envolvido de 21.632.494.352 CVE, representando, quanto ao volume, um crescimento na ordem dos 10% e, quanto aos valores, um crescimento na ordem dos 21% relativamente ao ano anterior.

Terminais Pagamento Automático (TPA ou POS)

Em 2022, o parque de terminais de pagamento automático (POS) apoiados pelo BCA manteve a tendência crescente, tendo atingido a quantidade de 2.657 terminais instalados e ativos, representando um crescimento de 6% face ao ano anterior.

Durante o ano, foram realizados 6.839.419 pagamentos nos POS's apoiados pelo BCA, totalizando o montante de 17.038.815.652 CVE, representando um crescimento de 4% e 12% respetivamente, face ao ano anterior.

Em termos de quotas de mercado, registamos um ligeiro decréscimo de 1 p.p. no tocante aos equipamentos POS's instalados passando o BCA a deter uma quota de mercado de 25%.

7. VISÃO ESTRATÉGICA

Visão

O BCA tem como Visão consolidar a liderança do mercado e ser reconhecido como a mais sólida e mais eficiente instituição bancária de Cabo Verde, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros e de confiança com todos os seus *stakeholders*.

Missão

A Missão do BCA é disponibilizar produtos e serviços financeiros com elevados padrões de qualidade, indo ao encontro das necessidades dos clientes, com recurso a tecnologias avançadas, e criar valor para os Acionistas, para os Colaboradores e para a Sociedade Cabo-verdiana em geral.

Valores

A atividade do BCA e a conduta dos seus Colaboradores pautam-se pelos seguintes valores fundamentais:

a) **Rigor**, que inclui objetividade, profissionalismo, competência técnica e diligência, tendo sempre em vista alcançar maiores níveis de qualidade e eficiência económica, financeira, social e ambiental pela adoção das melhores práticas bancárias e financeiras;

b) **Transparência** na informação, nomeadamente no que respeita às condições de prestação de serviços e ao desempenho da organização, atuando com verdade e clareza;

c) **Segurança** das aplicações, sendo critérios indispensáveis a prudência na gestão dos riscos e a estabilidade e solidez da Instituição;

d) **Responsabilidade** organizacional e pessoal pelas próprias ações, procurando corrigir eventuais impactos negativos. Inclui a atuação socialmente responsável e o compromisso com o desenvolvimento sustentável;

e) **Integridade**, entendida como o escrupuloso cumprimento legal, regulamentar, contratual e dos valores éticos e princípios de atuação adotados;

f) **Respeito** pelos interesses confiados, atuando com cortesia, discrição e lealdade, bem como pelos princípios da não discriminação, tolerância e igualdade de oportunidades;

A estratégia do BCA foi redefinida em 2022 após o aprofundamento da análise da evolvente contextual e transacional, identificando oportunidades e ameaças e do diagnóstico interno, identificando pontos fortes e pontos fracos.

Conjugando a missão, a visão e os valores, com os resultados do diagnóstico estratégico efetuado, definiram-se os seguintes Pilares Estratégico e Objetivos Instrumentais:

I. Qualidade de serviço e extração de valor da base de clientes

a) Segmentação da base de clientes e dinamização comercial.
b) Digitalização como meio de simplificação de processos e de incremento da capacidade de resposta aos clientes.

II. Eficiência operacional e rentabilidade

a) Novo modelo de acompanhamento da atividade comercial.
b) Simplificação de processos e racionalização de custos.
c) Redução do risco operacional/Reforço do Controlo Interno.

III. Desenvolvimento do capital Humano

a) Revisão dos instrumentos de gestão dos Recursos Humanos.
b) Ações de Marketing Interno e Comunicação dirigida aos colaboradores.
c) Reforço da oferta formativa

A cada objetivo instrumental estão associados um conjunto de iniciativas que visam materializar a estratégia do Banco e que guiam a preparação dos orçamentos anuais.

8. ATIVIDADE COMERCIAL

8.1. RECURSOS

O saldo dos recursos de Clientes[1] junto do Banco totalizaram aproximadamente 82 milhões de contos, um incremento de 3,2% e 2,5 milhões de contos em relação ao saldo registado em 2021, evidenciando a confiança que os clientes continuam a demonstrar na marca BCA.

O incremento na carteira foi via depósitos a ordem, que à semelhança dos últimos anos continua crescendo – em 2022 os depósitos a ordem cresceram 9,8% (+3,8 milhões de contos), atingindo o saldo de 42,8 milhões de contos, ultrapassando os depósitos remunerados (depósitos a prazo e depósitos de poupança), que averba um decréscimo de 3,15% (-1,3 milhões de contos), fixando o saldo em pouco mais de 39 milhões de contos.

O equilíbrio entre os dois tipos de depósitos continua prevalecendo, contudo no presente período com ligeira vantagem para os depósitos a ordem, que passa a representar 52,2% da carteira, quando no ultimo período representava 49% da carteira.

O quadro que se segue apresenta os saldos dos Recursos de Clientes em 2021 e 2022.

Quadro 3 - Depósitos de Clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2020	2021	Peso	2022	Peso	Variação	
						Absoluta	Relativa
Depósitos	**77.800**	**79.423**		**81.963**		**2.540**	**3,20%**
Depósitos à Ordem	36.624	38.980	*49,1%*	42.794	*52,2%*	3.814	9,8%
Depósitos a Prazo	36.718	36.059	*45,4%*	34.898	*42,6%*	-1.161	-3,2%
Depósitos de Poupança	4.459	4.384	*5,5%*	4.271	*5,2%*	-112	-2,6%

Analisando a carteira de depósitos por segmento de clientes constata-se que os depósitos dos Particulares vêm crescendo de uma forma consistente, o que permite manter uma indiscutível

[1] O montante exclui o saldo dos recursos de Outras Instituições de Créditos

superioridade comparativamente ao segmento Empresas que tem apresentado uma variação inconstante.

No período em análise, o saldo do segmento de Particulares atingiu os 68,6 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 1.858 milhões de escudos, em termos absolutos e 2,8%, em termos relativos.

Igualmente, o peso deste segmento na carteira total tem mantido em valores bastante expressivos – em 2022 estes depósitos representam 83,7% do saldo total da carteira, um valor em linha com 2021 (peso de 84%).

Relativamente aos recursos do segmento Empresas, após as contrações verificadas nos períodos anteriores, reagiu e registou um incremento de 682 milhões de escudos em 2022, representando um acréscimo de 5,4% comparativamente a 2021.

Quadro 4 - Depósitos de Clientes por Segmento

(milhões de CVE)

Segmentos	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
				Absoluta	Relativa
Empresas					
Depósitos à Ordem	10.675	10.576	11.979	1.403	13,3%
Depósitos a Prazo	2.227	2.099	1.379	-721	-34,3%
Total	**12.902**	**12.675**	**13.357**	**682**	**5,4%**
Peso no Total de Depósitos	16,6%	16,0%	16,3%		
Particulares					
Depósitos à Ordem	25.948	28.405	30.815	2.411	8,5%
Depósitos a Prazo	34.491	33.960	33.519	-441	-1,3%
Depósitos de Poupança	4.459	4.384	4.271	-112	-2,6%
Total	**64.898**	**66.748**	**68.606**	**1.858**	**2,8%**
Peso no Total de Depósitos	83,4%	84,0%	83,7%		
Total de Depósitos	**77.800**	**79.423**	**81.963**	**2.540**	**3,2%**

Observando o total de recursos do Banco por tipos de clientes, os Emigrantes destacam-se com um saldo total de cerca de 40 milhões de contos no período, +1,2 milhões de contos que em 2021. Este montante representa aproximadamente metade (48,8%) do total da carteira do Banco, sendo que com

maior preponderância na modalidade a prazo, cujo saldo (27,3 milhões de contos), representa cerca de 70% do total da carteira do segmento da carteira.

Quadro 5 - Depósitos de Clientes por tipo de clientes

(milhões de CVE)

Modalidades	2020	2021	2022	Variação 2021/2022	
				Absoluta	Relativa
Depósito à Ordem					
Emigrantes	9.875	10.920	12.562	1.642	15,0%
Peso Emigrantes	*27%*	*28%*	*29%*		
Outros	26.749	28.061	30.232	2.171	7,7%
Total	**36.624**	**38.980**	**42.794**	**3.814**	**9,8%**
Depósito a Prazo					
Emigrantes	28.299	27.868	27.398	-470	-1,7%
Peso Emigrantes	*68,7%*	*68,9%*	*69,9%*		
Outros	12.878	12.575	11.772	-804	-6,4%
Total	**41.177**	**40.443**	**39.169**	**-1.274**	**-3,1%**
Total de Depósitos	**77.800**	**79.423**	**81.963**	**2.540**	**3,2%**
Depositos Emigrantes Total	**38.174**	**38.787**	**39.960**	1.172	3,0%
Peso Emigrantes na carteira	*49,07%*	*48,84%*	*48,75%*		

8.2. CRÉDITO

8.2.1. Condicionantes da Atividade do Crédito

Após os últimos dois anos, em que o mundo enfrentou diversos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, o ano de 2022 iniciou e ficou marcada pela guerra no leste da Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. E, em solidariedade aos Ucranianos, e ainda como forma de tentar persuadir a Rússia a retirar-se, os Estados Unidos de América e os países da União Europeia impuseram várias sanções à Rússia, que impactaram as ofertas e consequentemente os preços das matérias-primas, agravando a pressão inflacionista que já vinha do ano anterior, afetando as perspetivas de retoma económica global e no país.

Assim, ainda que se verifiquem alguns sinais da retoma económica, resultado da melhoria na situação epidemiológica no país, prevaleceram sinais de incerteza que justificaram a continuidade de algumas medidas de apoio direcionadas aos setores ainda em dificuldades.

Neste sentido, houve necessidade de se manter em 2022 alguns dos estímulos introduzidos na economia em 2020, cujo objetivo é proteger o emprego, apoiar as empresas e gerar rendimentos para as famílias, nomeadamente, as moratórias aos contratos de crédito, exclusivas para certas atividades económicas, principalmente as conexas ao setor do turismo e os novos protocolos celebrados entre o Estado e a Banca comercial, que permitiram criar novas linhas de crédito com garantia do Estado, destinadas a apoiar a retoma das Empresas, nesta fase de retoma após a pandemia da Covid19.

8.2.2. Análise da Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito vivo, i.e., créditos em situação normal, excluindo os créditos titulados, ascendeu em 2022 a 34,8 milhões de contos, o que representa um incremento de ≈2,4% (+807 mil contos) em relação ao saldo registado em 2021, evidenciando assim o montante de novos créditos concedidos superior às amortizações da carteira.

Para este crescimento foi determinante o crescimento da carteira crédito a Particulares (ou famílias), que cresceu 4,3% e 916 mil contos, atingindo o saldo de 22,3 milhões de contos. Já a carteira de Empresas registou uma redução de 110 mil contos em 2022.

A evolução favorável no *stock* de crédito aos Particulares é principalmente reflexo do aumento da carteira de crédito à habitação própria (+784 mil contos), que continua sendo o principal produto do Banco, e cuja posição saiu reforçada, passando de um peso na carteira total de 42,6% em 2021 para 44% no período em análise.

Ainda, contribuiu para a evolução favorável da carteira de crédito a Particulares os destinados a "outros fins", que cresceram de 3,1%, cerca de 178 mil contos (totalizando uma carteira de 5,9 milhões de contos).

Quadro 7 – Carteira de Crédito Vivo por Segmentos

(milhões de CVE)

Segmentos	2020	2021	2022	Variação		Peso na Estrutura	
				Absoluta	Relativa	2021	2022
Empresas	**12.865**	**12.560**	**12.450**	**-110**	**-0,9%**	**37,0%**	**35,8%**
Curto Prazo	1.423	1.101	945	-155	-14,1%	3,2%	2,7%
M/LPrazo	11.442	11.459	11.505	46	0,4%	33,8%	33,1%
Particulares	**20.353**	**21.386**	**22.303**	**916**	**4,3%**	**63,0%**	**64,2%**
Habitação Própria	13.575	14.455	15.239	784	5,4%	42,6%	43,9%
Arrendamento	1.337	1.222	1.177	-45	-3,7%	3,6%	3,4%
Crédito Outros Fins	5.441	5.709	5.886	178	3,1%	16,8%	16,9%
Total do Crédito Vivo	**33.218**	**33.946**	**34.753**	**807**	**2,38%**	**100,0%**	**100,0%**

A Carteira de Crédito Total, que inclui além da carteira de crédito vivo, a carteira vencida e os respetivos juros vencidos, a carteira de crédito titulado[2] e os Proveitos a Receber referente à carteira de créditos (titulado e não titulado), incrementou 1,8% e um milhão de contos, face ao período homólogo.

Contribuíram para este incremento a carteira de crédito vivo, que cresceu 807 mil contos e a carteira de crédito titulado, que cresceu 2,4% e 448 mil contos, sendo 157 mil contos relativos a títulos da dívida pública e 291 mil contos referentes a subscrição de obrigações, neste caso, a subscrição de dois

[2] A carteira de crédito titulado inclui os valores concedidos por compra de Títulos de divida pública, nomeadamente, entre outros, Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e subscrições de empréstimos obrigacionistas públicas e privadas.

novos empréstimos obrigacionistas, (1) Morabi e (2) Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) para as obras do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidade (PRRA).

Quadro 8 - Carteira de Crédito a Clientes

(milhões de CVE)

Crédito	2021	2022	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito Vivo	33.946	34.753	807	*2,4%*
Crédito e Juros Vencidos	3.051	2.906	-145	*-4,7%*
Carteira de Crédito Total - Não Titulada	36.997	37.659	662	*1,8%*
Titulos da Divida Publica	15.453	15.609	157	*1,0%*
Obrigações Públicas/Privadas	3.471	3.763	291	*8,4%*
Obrigações Vencidas	108	108	0	*0,0%*
Carteira de Crédito Total - Titulada	19.032	19.480	448	*2,4%*
Proveitos a Receber	353	271	-81	*-23,0%*
Receitas c/Rendim. Diferido	-248	-260	-12	*5,0%*
Carteira de Crédito Total	56.134	57.151	1.017	*1,81%*

CARTEIRA DE CRÉDITO VENCIDO

A carteira de crédito em situação vencida em 2022, excluído o saldo dos empréstimos obrigacionistas, fixou-se nos 2,9 milhões de contos, uma redução de 4,7% (correspondente a -145 mil contos), em relação ao período homólogo. Esta redução foi transversal aos dois segmentos, i.e., tanto na carteira de particulares (-8,8% e -83 mil contos) como na carteira de empresas (-2,8% e -62 mil contos).

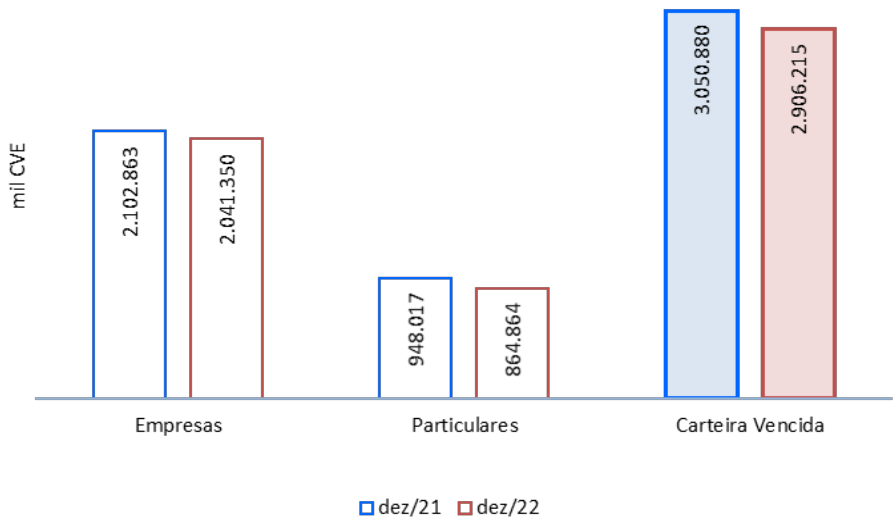
Quadro 9 - Carteira de Crédito Vencido

(milhões de CVE)

	2021	2022	Var. Abs.	Var. %
Carteira Particular				
Habitação Própria	516	433	(84)	*-16,2%*
Arrendamento	288	260	(27)	*-9,5%*
Crédito ao Consumo	22	38	16	*71,7%*
Outros Créditos	122	134	12	*10,2%*
Soma	**948**	**865**	**(83)**	*-8,8%*
Carteira Empresas	**2.211**	**2.150**	**(62)**	*-2,8%*
Carteira Vencida	**3.159**	**3.015**	**(145)**	*-4,6%*

O gráfico a seguir faz apresenta a ilustração da evolução do crédito vencido por segmentos.

Gráfico 1 – Carteira Vencida por Segmentos (mil CVE)



9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. RECURSOS HUMANOS

QUADRO DO PESSOAL [3]

Em 31 Dezembro de 2022 o Quadro do Pessoal era constituído por um total de 419 colaboradores no ativo, sendo 344 do quadro efetivo e 75 contratados a termo certo. Contava, ainda, com 10 colaboradores em situação de inatividade (6 de licença sem vencimento, 1 de licença ilimitada e 3 em comissão de serviço público).

Quadro 10 – Distribuição dos Colaboradores

	ATIVOS			INATIVOS	
	2021	2022		2021	2022
Quadro Permanente	334	344	Comissão de Serviço	3	3
Contratos a Prazo	90	75	Licença	4	7
			Ausência por Doença	0	0
			Ausência Outros Motivos	0	0
TOTAL	**424**	**419**	**TOTAL**	**7**	**10**

Desvinculações, Licenças, Reformas e Admissões

Em 2022 passaram à situação de reforma 15 colaboradores que se encontravam no ativo, dos quais 14 adstritos ao Sistema Privativo de Segurança Social e 1 adstrito ao Sistema Nacional de Previdência Social, todos por limite de idade e/ou tempo de serviço.

Assim e tendo em conta o falecimento de 5 reformados no decurso de 2022 e a entrada na reforma de 2 colaboradores desvinculados, a 31 de dezembro de 2022 o número de reformados adstritos ao Sistema Privativo de Segurança Social do Banco era de 271.

Ainda, foi extinta a relação jurídico-laboral com 8 colaboradores – 1 por mútuo acordo das partes, 1 por renúncia de mandato, 2 por caducidade e 4 por rescisão unilateral do colaborador.

Em 2022 foi autorizada licença sem vencimento a 4 colaboradores.

[3] *Inclui os 5 Administradores Executivos*

Ocorreram 22 entradas durante o ano, sendo 1 reintegração de um colaborador que se encontrava de licença sem retribuição, 1 início de mandato na Comissão Executiva e 20 admissões de novos quadros.

Distribuição por Género e Tipo de Vínculo

Relativamente ao Género, as Mulheres em número de 262, correspondiam a 63% e os Homens em número de 157, representavam 37% do total de 419 colaboradores no ativo.

Quanto ao Tipo de Vínculo 344 colaboradores pertenciam ao quadro efetivo permanente, representando 82% e 75 eram colaboradores contratados a termo certo, correspondendo a 18% do total de colaboradores no ativo.

Distribuição por Grupos Funcionais

No que se refere à distribuição por Grupos Funcionais dos 419 colaboradores no ativo, 5 (1%) exerciam funções de **Administradores Executivos**, 13 exerciam cargos de **Direção** (3%), 94 (22%) exerciam cargos de **Chefia/Gerência**, 203 (49%) desempenhavam funções Técnicas, 50 (12%) desempenhavam funções de técnicos **Multifunções**, 16 (4%) executavam funções **Administrativas** e 38 (9%) exerciam funções **Auxiliares e de Apoio Geral**.

Distribuição por Habilitações Literárias

Ao nível das habilitações literárias, tem-se verificado um aumento anual do número de colaboradores detentores do grau de **Licenciatura**. Em 31 de dezembro de 2022, a maioria dos Colaboradores eram licenciados, 274 (65,4%), 6 (1,4%) o **Ensino Superior Politécnico**, 21 (5%) o **Ensino Técnico Profissional**, 85 (20,3%) o **Ensino Secundário** e 33 (7,9%) o **Ensino Básico**. Nos últimos anos tem diminuído o número de colaboradores com o Ensino Básico. A percentagem dos colaboradores com o Ensino Superior Politécnico manteve-se. Ainda, de assinalar o ligeiro aumento da percentagem dos colaboradores com o Ensino Superior Universitário e com o Ensino Técnico Profissional.

Quadro 11 – Habilitações Literárias

	2021		2022	
	Quant.	%	Quant.	%
Ensino Básico	41	9,7%	33	7,9%
Ensino Secundário	88	20,8%	85	20,3%
Ensino Técnico Profissional	17	4,0%	21	5,0%
Ensino Superior Politécnico	6	1,4%	6	1,4%
Ensino Superior Universitário	272	64,2%	274	65,4%
TOTAL	**424**	**100%**	**419**	**100%**

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta era de novos desafios e de necessidade de acompanhar a dinâmica e a evolução rápida do mercado, o BCA vem apostando, cada vez mais, na capacitação dos seus Colaboradores, alinhada com a estratégia do Banco, daí ter criado mais ferramentas e ter apostado fortemente na formação, tanto interna como externa, como pode ser constatado através do aumento das horas de formação dos colaboradores em 2022, sendo que teve sempre presente o equilíbrio no tratamento do género.

Para além das áreas de controlo, nomeadamente Auditoria, Compliance e Risco, cujas necessidades de formação são específicas e contínuas, destacamos as outras áreas, para as quais se verificou um maior direcionamento de formações face a 2021, nomeadamente, as áreas de Negócio (tanto na vertente de operações domésticas como internacional), de Recursos Humanos, de *Procurement* e a Área Financeira, sendo esta uma aposta a seguir no futuro.

Em 2022, os colaboradores do BCA participaram em 81 ações de formação de diferentes áreas de conhecimento sendo 58 realizadas remotamente e 23 presencialmente, num total de 1.423 participações e com uma carga horária total de 7.157,5 horas.

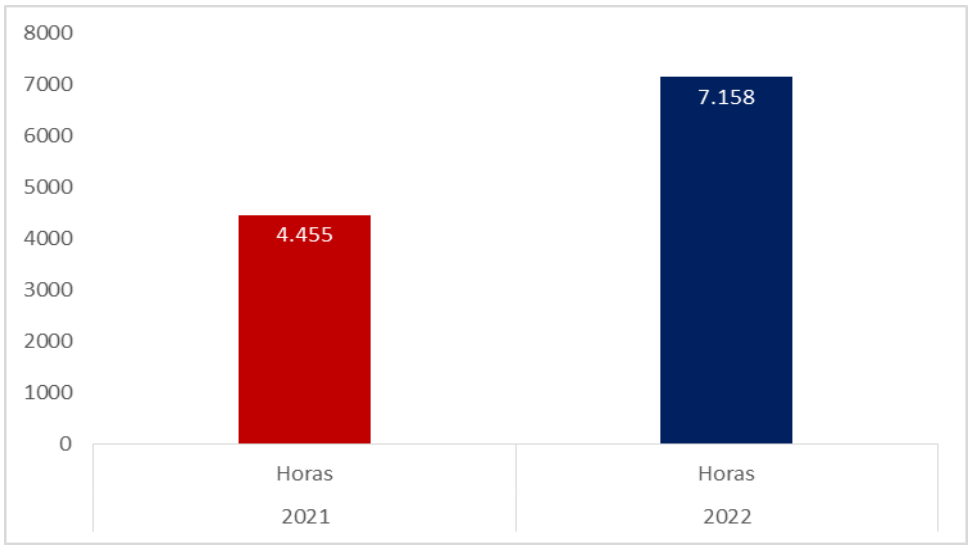
As formações abarcaram diferentes temas dos quais destacam-se:

- Advanced Deep Digital Emersion Executive Program
- Prevenção de Lavagem de Capitais e Combate ao Financiamento de Terrorismo
- Modelos de Imparidade de Crédito
- *Procurement* e Gestão de Contratos
- Excel Avançado
- Aplicações Informáticas Bancárias
- Intermediação Financeira e Valores Mobiliários
- Capital Markets: Practical Analysis of Mechanisms and Study of Principal Investment Types
- Sustainable Finance – Foundation
- IFRS9 for Banks
- Novo Procedimento de Tratamento dos Cartões
- Código de Conduta
- Digital Transformation And Fintech
- Capital Markets And Financial Instruments Certificate
- Risk Management: Credit Risk
- Formação Inicial de Novos Quadros
- Novo Modelo de Rating

- Técnico Superior de Segurança No Trabalho Nível VI
- Risco de Taxa de Juros
- Gestão do Risco Operacional
- Finanças Sustentáveis
- Avaliação de Desempenho
- Contabilidade Analítica e Gestão Orçamental
- Indicadores de Capital Humano
- Relatórios de Auditoria
- Auditoria aos Controlos Aplicacionais
- Prevenção do Abuso de Mercado
- Gestão Estratégica de Recursos Humanos em Tempo de Mudança
- Intermediação Financeira em Valores Mobiliários e Principais Produtos de Bolsa
- Curso Prático de Direito do Trabalho - Legislação Laboral Aplicada à Gestão
- International Compliance Foundation Level
- Detenção e Prevenção De Fraude
- Excelência na Relação com o cliente
- "*Trade Finance*"
- Formação Avançada em Compliance
- Ética nas Finanças
- Auditoria à Gestão de Risco na Banca
- Ética em Auditoria Interna
- Língua Inglesa

O número de horas de formação aos colaboradores aumentou consideravelmente, com uma variação positiva de 61% face a 2021, como consequência, principalmente, da aposta feita em formações sobretudo no formato *e-learning*.

Gráfico 2 – Horas de Formação



Até 31 de dezembro 53 colaboradores tinham 35 ou mais horas de formação, representando 13% dos colaboradores no ativo.

ESTÁGIOS

Durante o ano foram proporcionados 2 estágios, sendo 1 profissional, no âmbito do Programa de Estágio Internacional da Inov Contact/AICEP e 1 curricular.

Dos estágios que decorreram durante o ano, 17 foram convertidos em contrato de trabalho a termo certo em 2022.

APOIO SOCIAL AOS COLABORADORES

Durante o ano de 2022, os colaboradores do Sistema Privativo de Segurança Social do Banco e reformados, bem como os seus agregados familiares beneficiaram, no País, de exames clínicos de diagnóstico, consultas de clínica geral e de especialidade, fornecimento de próteses oculares, auditivas, estomatológicas, tratamentos de enfermaria, cirurgias e internamentos hospitalares.

Ainda, no âmbito do protocolo existente entre o BCA e os SAMS - Serviços de Apoio Médico e Social dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, de Portugal – foram emitidos 84 Termos de Responsabilidade (TR) e 3 Autorizações Prévias (AP), totalizando 87 tratamentos efetuados a colaboradores (consultas, exames médicos, análises clínicas, intervenções cirúrgicas e internamentos hospitalares).

Ocorreram 4 evacuações, para o exterior, de beneficiários do Sistema Privativo, tendo 2 direito a acompanhantes, conforme a opinião da junta médica. Destes 4 evacuados, 1 teve alta e regressou ao País.

O Banco continuou a suportar os custos com 2 evacuações ocorridas nos anos anteriores.
No País, foram evacuados para as ilhas de Santiago (Praia) e São Vicente (Mindelo) 9 beneficiários, do Sistema Privativo de Segurança Social do BCA, tendo 2 direito a acompanhantes.

Os custos com a assistência médica e medicamentosa no País (colaboradores e seus beneficiários no ativo) ascenderam ao montante de 8.372.740,25 CVE, assim alocados:

3.600.000 CVE	Avenças;
11.0000 CVE	Subsídios de doença;
4.761.470 CVE	Consultas, Medicamento, Diagnósticos e Bilhete Passagem;

Os custos com a assistência médica e medicamentosa no Exterior (colaboradores e seus beneficiários no ativo) totalizaram o montante de 965.020,00 CVE, assim alocados:

383.420 CVE	Subsídios de doença/outras despesas (medicamentos, passe, seguro de viagem e visto);
581.600 CVE	Despesas com os SAMS.

Assim, o total com a assistência médica e medicamentosa dos colaboradores e seus beneficiários no ativo foi de 9.337.760,25 CVE.

O Banco continuou a apoiar os seus colaboradores e reformados através da política de concessão de créditos, nomeadamente, para aquisição ou construção de habitação própria permanente, bem como enquadramento das taxas de juros e reforços, tendo sido:

76.660.121 CVE	Aquisição ou construção;
28.540.437 CVE	Enquadramento;
6.800.000 CVE	Reforços.

Foram contratualizados e enquadrados créditos para aquisição de viatura nos termos dispostos nos regulamentos em vigor, O.S nº10/2014, no montante total de 26.785.700,00 CVE, assim alocados:

17.973.000 CVE	Aquisição de viatura;
8.812.700 CVE	Enquadramento.

Os adiantamentos de vencimento para educação, saúde, encargos extraordinários e reparações/benfeitorias contratualizados atingiram o montante de 64.113.011 CVE.

No ano 2022, a Direção de Recursos Humanos passou a analisar créditos, que anteriormente eram analisados a nível comercial, em que os colaboradores e reformados são intervenientes, nomeadamente a emissão e o aumento de *plafonds* de cartões de crédito, créditos de médio e longo prazo e descobertos.

PROJETOS

Destacam-se, ainda, durante o ano em análise, os seguintes projetos:

- **Plano Anual de Formação** com o objetivo de assegurar a capacitação permanente dos colaboradores, de acordo com as necessidades transversais do Banco e específicas das funções, em alinhamento com os Valores do BCA e do Grupo CGD.
- **BCA E-Learning** - plataforma que permite a massificação das ações formativas, com a cobertura de colaboradores geograficamente dispersos, garantindo o reforço das competências de todos os colaboradores.
- ***Project de Engagement & Culture Audit*** com o propósito de fazer o diagnóstico do ambiente social do Banco, com recurso a fontes de informação quantitativas e qualitativas, nomeadamente, entrevistas, questionário e *focus groups*.
- **Revisão do Regulamento de Avaliação de Desempenho** e ajustamento das fichas de Avaliação de Desempenho, com a introdução de KPI´s.
- **Revisão dos Estatutos de Pessoal** – foram iniciados os trabalhos para a revisão dos Estatutos de Pessoal e do quadro normativo diretamente associado.

9.2. GESTÃO DO RISCO E CONTROLO INTERNO

Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A nível do risco de crédito observa-se uma retoma gradual da economia após um período de contração provocado pela pandemia da COVID19. As moratórias legais expiraram oficialmente em outubro de 2022 com a retoma dos planos financeiros e medidas de reestruturação pontuais em clientes mais afetados, sobretudo no setor do turismo e atividades conexas. Contudo, o ano de 2022 manteve-se ainda pautado pela incerteza derivado do conflito na Ucrânia que veio influenciar significativamente os preços das matérias-primas energéticas e diversos bens primários, da qual Cabo Verde depende em larga medida. Outrossim, a inflação esperada e consequente perda de poder de compra na Europa poderá condicionar o fluxo de entrada de turistas no país, o que poderá ter efeitos negativos a nível do turismo, afetando sobretudo o poder de compra das famílias e consequente aumento do risco de crédito nas ilhas mais turísticas.

Para o ano em análise vale, entre outros, destacar os seguintes projetos e/ou atividades:

- Implementação dos planos de ação que visaram a resolução de algumas deficiências de controlo interno, relacionadas ao modelo de imparidade, provisões mínimas regulamentares e política de acompanhamento e recuperação crédito;
- Realizou-se um trabalho exigente de recuperação das normas corporativas com prazo de implementação ultrapassado;
- De realçar a consolidação do processo de *rating*, traduzindo no cumprimento do KPI corporativo de 95%, bem como a introdução do *scoring* no motor de decisão de crédito (*Credibox*);
- Além disso, fizeram-se as diligências necessárias para se encontrar um parceiro para a implementação do Preço Ajustado ao Risco (PAR);
- Trabalho conjunto com a DSI da CGD para avaliar e identificar processo e/ou procedimento automatizáveis/robotizáveis;

Recuperação de Crédito

Desde a chegada da pandemia provocada pela COVID19 a Cabo Verde, 2022 foi o primeiro ano em que a economia funcionou sem nenhuma intervenção específica do Estado de Cabo Verde para o risco de crédito mal parado na banca.

Contudo, o BCA terminou o ano com uma redução na carteira de incumprimento na ordem dos 145 milhões de escudos. A carteira de créditos vencidos a 31 de dezembro de 2022 situou-se em 2.906 milhões de escudos (o valor mais baixo dos últimos 10 anos), de onde resulta um rácio de incumprimento de 7,7% (uma redução de 0,5 p.p. em relação a Dezembro de 2021).

Para este resultado contribuíram uma série de condicionantes externos e internos. Desde logo os sinais de retoma da economia nacional e os níveis esperados de crescimento do PIB nacional, já divulgados pelas autoridades competentes terão exercido efeito favorável no comportamento do crédito vencido. Não obstante, o trabalho feito internamente, através do Gabinete de Recuperação de Créditos (GRE) e os outros Órgãos de Estrutura ligados ao acompanhamento e recuperação de créditos, também revelou-se crucial para o bom desempenho do BCA neste aspeto.

Desenvolveu-se um trabalho de acompanhamento muito próximo dos clientes mais expostos visando uma rápida identificação das situações de risco e de incumprimento e implementaram-se medidas que permitiram acelerar as intervenções, onde eram necessárias, sem perder a necessária assertividade e aproveitamento das sinergias internas entre o Gabinete de Recuperação de Crédito e as áreas comerciais, risco de crédito, assessoria jurídica e suporte operacional. Trata-se de um trabalho de continuidade que vem sendo feito, na sequência da implementação da Política de Acompanhamento e Recuperação de Créditos (PARC) e que tem permitido ao BCA consolidar a tendência de redução da carteira de créditos vencidos e do rácio de incumprimento, mesmo em um ambiente bastante adverso.

Outrossim, a resolução de processos de recuperação contenciosa que se encontravam pendentes junto dos tribunais também contribuíram para o resultado obtido a nível da recuperação de créditos vencidos.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado traduz-se em ocorrência de impactos negativos em resultados e/ou no capital do banco, devido a movimentos desfavoráveis no preço dos títulos detidos na carteira própria ou no valor de mercado de instrumentos derivados, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias. A gestão do risco

de mercado visa balizar as perdas potenciais e procura otimizar a relação entre o nível de exposição assumido e os benefícios esperados.

A estratégia de gestão e a tolerância ao Risco de Mercado encontra-se devidamente articulada com a estratégia global de gestão de risco e continua a ser estabelecida em conformidade com a sua declaração de apetência pelo risco, tendo como objetivo manter o foco da atividade em produtos e serviços que estejam de acordo com a estratégia de um banco de retalho/comercial, limitando a complexidade dos produtos e posições, garantindo que estes estão em linha com as capacidades existentes de monitorização do risco.

O risco de mercado continua pouco material no BCA, visto que a carteira de instrumentos financeiros resume-se basicamente a obrigações e ações, que não foram adquiridas para negociação, ou seja, o BCA detém um conjunto de ativos no seu Balanço cuja variação de preço comporta impacto para as suas reservas de justo valor. Tratam-se de posições com objetivo de detenção duradoura que advêm de participações estruturais, com *dividend yield* expressiva ou da participação em sociedades de pagamento ou de telecompensação. A VISA é a única participação com cotação frequente. Contudo, a intenção do BCA na sua detenção não passa pela alienação do título, em virtude de se tratar de uma participação estratégica fundamental para participar e usufruir desta rede de pagamentos. A quantidade detida em títulos reconhecidos ao justo valor no balanço do Banco Comercial do Atlântico tem-se mantido inalterada, sendo as alterações em balanço resultantes apenas de variações no justo valor de cada uma das operações. Neste contexto, a monitorização é feita mediante o acompanhamento da carteira, de modo a garantir a uniformização dos preços utilizados para valorização dos títulos classificados ao justo valor ou com cotações disponíveis em mercados oficiais ativos.

Relativamente à Posição cambial, que apresenta um nível de risco com maior relevância, aplicam-se as regras de gestão específicas para risco cambial, onde são definidas balizas de posição aberta líquida, posição aberta por moeda e limites de consumo de VaR. A monitorização do consumo de limites de risco cambial e de limites de perda aceitável é objeto de medição, controlo e reporte, no mínimo, diários. Os procedimentos de atuação em caso de quebra de limites estão perfeitamente definidos no normativo interno.

O *Value at Risk* (VaR) é a métrica de monitorização de Risco cambial utilizada no BCA. Essa métrica é apurada segundo a metodologia de simulação histórica, com intervalo de confiança de 99% e período de detenção de 10 dias.

A fiabilidade do modelo de VaR (*Value at Risk*) é monitorizada diariamente através da análise comparativa entre o valor em risco e o resultado diário teórico (*backtesting* teórico) e o resultado real (*backtesting* real). O número de exceções obtidas permite avaliar a fiabilidade do modelo e equacionar eventuais medidas de ajustamento ou calibração.

Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos e testes de normalidade.

Ao longo do ano de 2022 as posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira e quando ultrapassaram foram prontamente justificados, corrigidos e reportados à Administração, no sentido de garantir um processo de gestão do risco cambial sem sobressaltos. US dólar (USD), franco suíço (CHF) e libra esterlina (GBP) continuam sendo as moedas com maiores exposições em termos de risco cambial.

Ao longo de 2022 as posições totais abertas mantiveram-se muito confortável relativamente aos limites de tolerâncias estabelecidos no RAS.

Portanto, as métricas de monitorização da posição cambial continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais, na medida em que continuam apresentando valores dentro dos níveis de tolerância definidos na estratégia da gestão do risco cambial.

Risco de Liquidez

O Gabinete de Risco de mercado e Liquidez (GRM) é a área da Direção de Gestão de Risco que faz a mensuração, monitorização e reporte deste tipo de risco.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de cash inflows e cash outflows, bem como os respetivos gaps (diferenciais) de liquidez.

A avaliação do Risco de Liquidez no BCA continua a ser acompanhada de forma sistemática através das análises mensais e reportes de evolução das métricas de monitorização do risco de liquidez, tanto para a CE como para a CGD.

Ao longo do ano de 2022, o BCA continuou a evidenciar uma ampla disponibilidade de liquidez, prosseguindo com a estratégia de aplicações em Instituições Financeiras Nacionais e Estrangeiras e nos Títulos da Dívida Pública, mantendo, assim, um *buffer* de ativos líquidos muito confortável, acima

do limite e fora da zona de tolerância, para fazer face a quaisquer eventos de liquidez de maior gravidade.

O volume de depósitos, que representa mais de 90% do passivo do banco, continua a crescer gradualmente por via de aumento de depósitos a ordem contra brando decréscimo de depósitos a prazo, sobretudo nos segmentos de emigrantes e outros residentes. O BCA continua apresentando um rácio de *rollover of funding* superior a 98% em todos os prazos contratuais e baixa concentração face aos 10 maiores depositantes do banco.

O BCA apresentava um LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) confortável de 659,86% em 31.12.2022, significativamente acima dos requisitos mínimos estabelecidos (rácio superior a 100%), confirmando a excelente posição de liquidez da Instituição.

Também a confirmar a excelente posição de liquidez do BCA, o NSFR (*Net Stable Funding Ratio*) apresentava um valor confortável de 251,95% em 31.12.2022.

Risco de Taxa de juro

Risco de Taxa de juro do balanço é a possibilidade de ocorrência de perdas, quer nos resultados quer no valor económico de uma instituição, em resultado do impacto de uma variação adversa das taxas de juro. O risco de taxa de juro insere-se na categoria mais vasta dos riscos de mercado. Numa perspetiva analítica, é útil distinguir diferentes tipologias de risco de taxa de juro, com vista a isolar, com maior precisão, a origem do risco na estrutura de balanço das instituições. Portanto, no BCA, os tipos/fontes de risco de taxa de juro mais analisados são Risco de Refixação de Taxa que resulta de desfasamentos de maturidades residuais e/ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros e Risco de Indexantes que está associado à ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos.

A avaliação do risco de taxa de juro do balanço continua sendo feita através da análise de gaps que foi uma das primeiras técnicas desenvolvidas para mensuração do risco da taxa de juro, e continua a ser muito utilizada pelos bancos, dado produzir um indicador simples da sensibilidade da conta de resultados à variação das taxas de juro (perspetiva do rendimento). Do ponto de vista operacional, esta técnica resulta do apuramento do designado *repricing gap*, ou seja, a diferença entre ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro em cada banda temporal de uma tabela de maturidade/*repricing*. Este *repricing gap* pode ser multiplicado por uma variação da taxa de juro para obter uma aproximação à variação na margem financeira para cada banda temporal *(bucket)* que resultaria de tal movimento na taxa de juro.

A estratégia de gestão de risco de taxa de juro tem sido minimizar a exposição aos choques e movimentos das taxas de juro com cálculos de impactos de alterações na taxa de juro sobre a margem financeira e o valor económico do capital, indicadores dos limites definidos em sede de *Risk Appetite Statement* – RAS.

A dimensão da exposição a risco de taxa de juro mantém o cumprimento do respetivo nível de apetência pelo risco estabelecido na Declaração de Apetência pelo Risco do BCA, permitindo assegurar um nível de risco de taxa de juro controlado, e alinhado com o foco em banca de retalho/comercial.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional do BCA, sob a responsabilidade da Direção de Gestão de Risco, através do Gabinete de Risco Operacional, encontra-se alinhada com a estratégia de gestão de risco global do BCA e do Grupo CGD, visando uma gestão eficiente do risco operacional, e a mitigação de outros impactos negativos relevantes, nomeadamente, na concretização de objetivos estratégicos, de reputação ou do cumprimento de requisitos regulamentares.

O Gabinete de Risco Operacional, por sua vez, comporta 03 áreas funcionais, sendo a Área de Risco Operacional, a Área de Controlo Interno e a Área de Riscos Não Financeiros

A nível de risco operacional, em linha com os procedimentos corporativos, procedeu-se a atualização de todo o quadro normativo corporativo.

Teve-se igualmente grande foco na identificação, avaliação, monitorização/ comunicação e a mitigação dos impactos dos eventos de risco operacional, através da aplicação de diversos procedimentos de controlo instituídos internamente, da definição de planos de ação para mitigar a ocorrência e impactos futuros de eventos de risco operacional, da monitorização dos diferentes *Key Risk Indicators* (KRI), aplicação e avaliação dos questionários de autoavaliação dos riscos e controlos e avaliação dos processos de subcontratação.

Controlo Interno

No que toca a área de controlo interno, durante o ano de 2022, deu-se continuidade ao processo de estruturação do sistema de controlo interno, que permitiu a obtenção de resultados positivos a nível da identificação, gestão e resolução de deficiências de controlo interno, o que proporciona um adequado nível de segurança à gestão, relativamente à consecução dos objetivos em matéria de Cultura Organizacional, Sistemas de Governo e Controlo Interno.

De referir ainda que, decorrente da atualização da norma corporativa sobre a gestão de deficiências de controlo interno, a política foi atualizada em duas ocasiões no ano findo, sendo uma no início, e outra no final.

Riscos Não Financeiros

A nível de riscos não financeiros pretende-se, para além da monitorização e gestão das métricas identificadas no *Risk Appetite Statement* (RAS), também dar continuidade ao processo de operacionalização da sua estruturação e gestão, com formação sobre o tema e com a operacionalização dos processos e procedimentos instituídos com os normativos corporativos publicados em 2022.

Risco Compliance

Decorrente das disposições legais e das recomendações internacionais, o BCA tem formalmente instituído uma Função Compliance que se carateriza por ser independente, permanente e efetiva, de controlo do cumprimento das obrigações que emanam de leis, regulamentos, regras de conduta, princípios éticos e outros deveres a que o BCA se encontra sujeito. Fomenta assim a prevenção e mitigação de riscos de Compliance e a implementação de medidas adequadas para a resolução de deficiências ou incumprimentos detetados, em estreita colaboração com os restantes OE do BCA e da CGD. Neste sentido, a gestão do Risco Compliance é da responsabilidade de todos os Órgãos de estrutura, sob a coordenação da Direção de Função Compliance (DFC).

Este órgão de estrutura é também responsável pela salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como da prevenção de crimes de abuso de mercado e prevenção da corrupção e infrações conexas.

Neste sentido para 2022 foram desenvolvidos alguns projetos a enumerar:

- No que toca à salvaguarda da boa execução dos procedimentos em matéria de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento do terrorismo, em 2022 o BCA implementou uma nova ferramenta informática de prevenção à lavagem de capitais por forma a dotar o Banco de uma ferramenta mais robusta bem como a revisão e reforço dos procedimentos de prevenção;

- Avaliação dos riscos de Fraude com o objetivo de fazer uma avaliação dos cenários atuais e avaliação dos riscos de fraude externa no BCA e a definição do Modelo Operativo Antifraude e desenho dos controlos Antifraude. O projeto encontra-se ainda a decorrer;

- Relativamente ao Risco Compliance, deu-se continuidade e foi possível mapear e elaborar as matrizes de risco da taxonomia de risco de Compliance permitindo informação essencial para a avaliação desta tipologia de risco;

- Projeto "Cultura de Compliance" que teve como objetivo alavancar a cultura de compliance em todo o Banco. Foram desenvolvidas e implementadas um conjunto de ações que passaram pela sensibilização dos colaboradores ao tema nomeadamente através de mensagens alusivas, colocação de cartazes e formação em Código de Conduta;

A divulgação e garantia de conformidade para com a legislação e regulamentação aplicável é garantida através de processos e procedimentos instituídos, mantendo-se o foco na identificação das medidas necessárias à sua implementação visando a prevenção dos riscos de incumprimento dos deveres legais e regulamentares neles consagrados.

9.3. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Cumprindo o seu papel de órgão de *staff* de âmbito nacional com as principais funções ao nível da análise, conceção e desenvolvimento de produtos e serviços financeiros, bem como o desenvolvimento de campanhas publicitárias do BCA e realização de ações externas de representação e responsabilidade de gestão da imagem do banco, o Gabinete de Marketing e Relações Públicas (GMR) manteve em 2022 a sua atenção focada em 5 grandes áreas de atuação, sendo eles a Inovação de produtos, a segmentação, a dinamização comercial, a análise de mercado e a comunicação. Assim orientado pelos pilares estratégicos do banco, o GMR pautou a sua atuação desenvolvendo as suas atividades nos seguintes segmentos:

- Produtos e serviços;
- Publicidade e Imagem;
- *Merchandising* e Canais;
- Patrocínios e responsabilidade social

PRODUTOS E SERVIÇOS

Crédito Automóvel

O BCA promoveu em 2022 uma alteração no prazo do Crédito Automóvel para viaturas novas e usadas, bem como para o *leasing* auto, no sentido de proporcionar aos clientes que pretendam adquirir um veículo para uso pessoal com recurso a crédito, maior capacidade em termos de taxa de esforço e atenuando o efeito do aumento dos preços dos veículos. Ainda dentro da linha de Crédito Automóvel, o BCA celebrou um protocolo com o Grupo Caetano, que visou oferecer condições diferenciadas para veículos em lançamento por parte das empresas daquele grupo económico.

Protocolos de financiamento à economia nacional

Em 2022 o BCA assinou com a Pró-Garante 2 protocolos que visam oferecer às empresas nacionais condições favoráveis para o desenvolvimento da sua atividade, superando assim as dificuldades impostas por dois anos de pandemia e a ameaça de crise inflacionista. Neste sentido, foram assinados dois protocolos: o primeiro que visa o financiamento às microempresas, contragarantido a 100% pela Pró-Garante e com uma taxa de juro de 5,5%; o segundo, que visa apoiar a retoma da economia nacional, através de um protocolo que prevê condições muito competitivas para as empresas, nomeadamente com uma taxa de juro fixa de 3,5% e colateralizado através de garantia da Pró-Garante ou Aval do Estado.

PUBLICIDADE E IMAGEM

Dinamização de venda de imóveis do BCA

Com a implementação do novo modelo de Gestão de Imóveis do BCA, centrado no pilar estratégico da eficiência operacional e rentabilidade, o Banco colocou em marcha o plano de comunicação e divulgação dos imóveis à venda.

Atualização de dados de clientes

Ciente da importância que os dados dos clientes têm para uma boa e profícua relação comercial, o BCA manteve em 2022 a sua estratégia de divulgação através do *site* institucional e das redes sociais da campanha sobre a importância de atualização dos dados junto do banco, bem como adicionou a possibilidade de, sempre que se justificar ou os dados se encontrem desatualizados, os clientes passarem a receber uma mensagem personalizada com a informação em falta.

Participação em Feiras

No decurso do ano 2022 o BCA participou em duas feiras comerciais. A primeira junto do Grupo Caetano, dedicada à exposição e comercialização de veículos automóveis do Grupo, na qual o BCA aproveitou para expor o produto de crédito automóvel e *leasing*, com condições promocionais para os créditos contratados durante a feira. Ainda no ano de 2022 o BCA também participou na FIC, que teve lugar em São Vicente, na qual o grande destaque foi o crédito ao consumo, com uma campanha alusiva ao *Black Friday*, oferecendo condições especiais nesse produto.

MERCHANDISING E CANAIS

BCAExpresso

A atividade do BCA e a conduta dos seus colaboradores pautam-se por um conjunto de valores de entre os quais de destaca a inovação, assente na aposta no progresso tecnológico. Neste sentido, o BCA lançou o serviço BCA Expresso, uma solução que visa diferenciar o atendimento nas agências de maior afluência. Este serviço visa melhorar a gestão do atendimento, facilitando a realização das operações de curta duração, como levantamento de um cartão de débito, levantamento de extrato ou outras operações rápidas.

Nova solução de Gestão de Acolhimento de Clientes

Em parceria com a *IT Solutions* o BCA deu início à renovação da solução de Gestão de acolhimento de clientes nos balcões, apresentando assim uma solução moderna e capaz de gerir e de diferenciar melhor as senhas e o acolhimento dos clientes.

Brindes de final de ano

Como forma de valorizar a relação com os seus *stakeholder*s o BCA promove anualmente a produção de blocos de notas personalizados com a marca e informações sobre produtos e serviços oferecidos, que são distribuídos aos clientes, acionistas e fornecedores.

PATROCÍNIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Patrocínio Aldeias SOS

A responsabilidade é um dos valores intrínsecos da marca BCA e com este valor em mente o BCA acordou com as aldeias SOS em Cabo Verde o apoio institucional para 3 anos. O apoio tem o propósito de ajudar as crianças que perderam, ou estejam em risco de perder os cuidados parentais, familiares e ou comunitários.

Apoio Associação Colmeia

A Associação Colmeia é uma organização sem fins lucrativos que tem por objetivo promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida das crianças e jovens com necessidades especiais. O BCA, tendo definido como uma das principais áreas de atuação em termos de apoios e patrocínios a área da saúde e a área social, entendeu apoiar com um patrocínio que permitirá suportar os custos operacionais da Associação para desenvolver ações de informação e sensibilização da sociedade e em especial da comunidade educativa contra comportamentos discriminatórios em relação às crianças e jovens com necessidades especiais e promover a articulação entre instituições de especialidades médicas.

Protocolo com a Universidade de Cabo Verde

O BCA celebrou em 2022 um protocolo de parceria com a Universidade de Cabo Verde, maior Instituição Pública de ensino superior no país. Este acordo de parceria com diversas áreas de cooperação, permitirá o desenvolvimento de programas de estágio, a atribuição de bolsas de estudo e a produção de pesquisas de investigação científica. Este protocolo surgiu na senda do acordo de cedência do espólio das Mediatecas da cidade da Praia e do Mindelo à Uni-CV.

9.4 GESTÃO INTERNACIONAL E DE LIQUIDEZ

Relações com Bancos Correspondentes

O Banco Comercial do Atlântico possuía, a 31 dezembro 22, uma carteira de 15 bancos correspondentes e 133 RMA's - *Relationship Management Agreement*, o que permite, com alguma folga, dar cobertura a todas as operações dos clientes e do próprio banco ao nível do negócio internacional. Nestes termos, os correspondentes continuam a ter um papel decisivo, com vista à satisfação das necessidades de negócio das empresas e dos particulares, no que respeita à viabilização de operações de comércio externo.

A gestão dos correspondentes tem permitido melhoria das condições oferecidas para a execução do negócio, procurando garantir a cobertura dos principais mercados no mais curto espaço de tempo e a custos mais racionais. O *Bank-on-line* é sem dúvida uma mais-valia decorrente desta gestão, com ganhos visíveis direcionando às operações para correspondentes com despesas mais atrativas.

Gestão da Liquidez

O banco tem seguido a sua estratégia de rentabilização do excesso de liquidez, com preferências para aplicações em moedas estrangeiras, sobretudo em EUR cujas taxas se encontravam em terreno negativo até meados de 2022. As aplicações em USD tiveram um aumento significativo não só pelo volume aplicado mas sobretudo pelas taxas oferecidas no mercado internacional. As aplicações no mercado doméstico mereceram também a nossa atenção sobretudo no Banco de Cabo Verde (BCV) nomeadamente *Overnight,* Títulos de Intervenção Monetária - TIM e Títulos de Regularização Monetária.

A rentabilização do excesso de liquidez do banco é marcada também pelos limites de apetite ao risco (RAS) definido no âmbito corporativo para as entidades do Grupo CGD. As aplicações nos títulos da Dívida Pública Cabo-verdiana continuam a revelar uma importante fração de aplicação do banco, com uma combinação risco/rentabilidade muito atrativa, e responsável por ≈602 mil contos anuais de proveitos.

Continuando ainda no mercado de capitais, durante o ano de 2022 foram subscritas 3 (três) obrigações no montante global de 442,7 mil contos, dos Correios de Cabo Verde, da Morabi e da ACE PRRA, a taxas de 4,5%, 4% e 3,5% e maturidades de 9 (nove), 10 (dez) anos e 5 (cinco) anos respetivamente.

Ainda durante o ano de 2022 foram concluídos vários projetos em carteira com impacto na estrutura do banco, a saber:

- Transposição de normas corporativas e atualização de normas internas, incluindo manuais de procedimentos, com maiores controlos e melhores arquivos;
- Aprovação de Função de Mercados Financeiros (FMF) e nomeação de um representante local, no âmbito do processo de Corporativização com reportes para a área de mercados da CGD;
- Encerramento de deficiências de controlo interno com impacto positivo na melhoria e controlo dos processos, mitigando sobretudo o risco operacional.
- Seguimento do PEG Plataforma das Entidades do Grupo no âmbito do *lay-out* único;
- Implementação de GestWare, ERP que permite fazer a interface entre o Banka e o swift;
- Início de implementação do projeto BAD BVCV infraestrutura tecnológica em colaboração com a Bolsa de Valores de Cabo Verde para dinamização do mercado Secundário;

9.5. OUTRAS ATIVIDADES DE SUPORTE

Segurança e Logística

O controlo de custos e o aumento da eficiência continuou a orientar a atuação da Direção de Segurança e Logística (DSL).

Considerando que o país vem apostando nas energias renováveis, sendo a energia Solar indicada como fonte viável e visando alguma poupança energética e no quadro da sua responsabilidade social e ambiental, em 2022, a DSL conseguiu implementar/operacionalizar o projeto energias renováveis/fotovoltaicos no edifício da DAL/AGF.

A instalação do sistema com potência instalada de 40 kWp, ligação trifásica de 40 kW (inversores) ficou concluída e o BCA começará a sentir o impacto efetivo na redução de custos no consumo de eletricidade, a partir de janeiro de 2023. Foi contratado, igualmente, instalação de um sistema fotovoltaico de 35 kWp ligado à rede elétrica pública, que alimenta o edifício do BCA na Ilha do Sal - Cidade dos Espargos.

Dando continuidade ao projeto de digitalização de aquivos, o ano de 2022 foi considerado como sendo de consolidação da digitalização/recuperação de *backlogs* de processos de crédito. No ano findo, o BCA entendeu, igualmente, alargar a digitalização de arquivos aos documentos da contabilidade.

Foi implementado um novo processo de gestão do consumo de papel A4 (fotocopia) em 2022, com novos procedimentos de controlo, resultando numa redução considerável dos custos com o papel e reforçando o alinhamento com a visão de sustentabilidade ambiental.

Gestão do Património Imobiliário

Em 2022 foi criado o Gabinete de Negócio Imobiliário (GNI) enquadrado na estratégia de aumento da eficiência operacional e da rentabilidade e no objetivo instrumental de simplificação de processos e redução de custos.

Efetivamente o GNI geriu e dinamizou os diferentes canais de comercialização dos imóveis destinados à venda, promovendo a maximização do valor dos ativos imobiliários, incluindo o acompanhamento e controlo da atividade e performance comercial dos diferentes canais de venda utilizados pelo BCA. Assegurou ainda a realização de todas as tarefas inerentes à formalização de contratos de compra e venda, mediação ou arrendamento de imóveis e acompanhamento de clientes no decorrer do

processo e procedeu à validação dos relatórios de avaliações solicitadas/efetuadas por avaliadores contratados.

Com esta medida verificou-se um crescimento significativo do número de imóveis vendidos e de receitas associadas às vendas.

Com a colaboração do Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), Gabinete de Recuperação de Crédito (GRE), Direção de Suporte Operacional (DSO), efetuou-se a atualização de certidões matriciais, prediais e certidões de identificação predial (CIP) de praticamente todos os imóveis em carteira e atualizaram-se as plantas de localização de imóveis, bem como o cancelamento de penhoras e hipotecas, sobretudo, na região Sul.

Sistemas Informáticos

A Direção de Sistemas Informáticos (DSI) tem como principais atribuições, gerir o sistema informático, implementar soluções informáticas integradas com as novas tecnologias de informação, operacionalizar a simplificação e otimização dos processos de negócio, dotar o Banco de ferramentas de operação e de gestão modernas e que propiciam a potenciação do negócio, garantir o nível de segurança (confidencialidade, integridade e disponibilidade) dos sistemas e a consistência e coerência da base de dados do Banco.

A DSI faz o alinhamento dos termos da arquitetura de informação e aplicacional (SI), arquitetura tecnológica (TI) e arquitetura de governo das Tecnologias e Sistemas de Informação (TSI). Isso permite trabalhar a informação de forma a responder ao potencial de informatização do negócio, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo BCA e das melhores práticas internacionais de segurança da informação, transparência e proteção de dados.

No âmbito das suas atribuições, as principais ações, iniciativas e projetos desenvolvidos pela DSI, devidamente alinhadas com o Plano de Modernização de Sistemas de Informação (PMSI), foram as seguintes:

i. **Processos de Governação, ITSM e Certificação ISO 27001**
   a. Definição de Políticas e Estratégia de Segurança e informação, Projeto de Implementação de Certificação / SGSI - Norma ISO/IEC 27001, Implementações de políticas de segurança de informação e Transposição de Normativos Corporativos. Atingimos um grau de execução de 90% nesta vertente colocando o Banco num

patamar muito elevado no que toca à governação, controlo dos riscos de IT e segurança de informação

ii. Modernização dos sistemas, disponibilização e otimização de ferramentas e plataformas.

a. Fechado o projeto de implementação do novo Portal de *Front End* da Asseco PST adicionando ainda as operações fracionadas (vertente obrigatório por causa da temática branqueamento de capital).

b. Plataforma concessão e tratamento do Crédito (*WorkFlow* de credito) a entrar em produção em 2023, incorporando uma série de vantagens como regras de negócio, métricas, fichas normalizadas, métricas e alertas automáticos, atendendo assim às demandas das áreas comercias.

c. Implementação a 100% da nova plataforma para o AML, Profilig e Filtering (EAGLE da Asseco) para a Direção de Função de Compliance, reduzindo praticamente a zero as fragilidades e inconsistências da plataforma anterior.

d. Consolidação do processo de criação de um Repositório Único de Report à CGD através da implementação de um modelo sistematizado de governação de dados (BCBS239). Criação de uma golden *source* de informação com todas as vantagens inerentes não só quanto à governação mas também à consistência da informação produzida, garantindo a qualidade das informações quando disponibilizadas.

e. Entrada em piloto em finais de dezembro, das novas plataformas tecnológicas que suportam os canais digitais (Internet Banking, APP Mobile e Portal BCA) trazendo novas funcionalidades e experiência de utilização, substituindo assim uma plataforma obsoleta em termos de arquitetura tecnológica.

iii. Modernização da infraestrutura dos servidores, equipamentos de segurança bem como a Implementação de nova arquitetura de rede de comunicação, sendo de salientar:

a. Conclusão da instalação de um sistema de *firewall* com 4 equipamentos segmentando as zonas de controlo (perímetro interno e externo). Tratam-se de novos equipamentos

que respeitam os novos desígnios de segurança para fazer face ao atual ambiente de riscos emergentes de ciber incidentes.

b. Concluída a instalação de novos switch core descontinuando a 100% os equipamentos centrais de comunicação colocando assim o BCA num patamar muito elevado dos requisitos de segurança IT.

c. Implementação de uma nova arquitetura de rede e comunicações sobre a tecnologia IP MPLS em fibra, tendo sido ainda efetuado um aumento de largura de banda para todas as agências e edifícios do BCA. Com isto, passamos a disponibilizar melhores condições de trabalho, rapidez de acesso aos dados e capacidade de utilização de novas tecnologias, nomeadamente a possibilidade de reuniões virtuais sobre a rede interna, VOIP.

d. Concluída a substituição do parque de Virtualização (novo *storage* e servidores mais robustos no CPD principal).

e. Finalizada a implementação de SIEM/SOC (Security Operations Center), uma estrutura operacional, orientado pelas melhores práticas do mercado, que permite controlar e monitorizar as ameaças e nível de risco de segurança do BCA em tempo real junto da camada de gestão.

iv. Outros

a. Plataforma *SmartGovernance*

Visando modernizar as ferramentas de trabalho para a gestão de topo, implementou-se uma plataforma de *SmartGovernance* modernizando os processos formais de tomada de decisão topo, podendo inclusive ser estendido aos outros Órgãos de Governance. O processo está todo ele sustentado em uma tecnologia robusta e madura da Microsoft (sharepoint) em um conceito sólido de workflow com processos 100% desmaterializado.

b. E-learning

Implementou-se durante o ano de 2022 para a DRH um moderno sistema de *e-learning* colmatando assim uma premente e oportuna necessidade manifestada pela DRH. A ferramenta permite realizar formação à distância, disponibilização de

conteúdos on-line, realização de testes de avaliação, relatórios estatísticos, definição de período das formações, entre outras funcionalidades.

c. *Upgrade* Sistema Central e Deslocalização dos CPD's

Por causa da venda do edifício em Chã d'areia, foi necessário: i. Deslocalizar o CPD de *backup* e o CPD principal para outros locais, procedendo a profundas beneficiações dos novos espaços com ganhos em termos de segurança física e ambiental.

Meios de pagamento e canais eletrónicos

Compete à Direção de Meios e Canais (DMC) a gestão e o desenvolvimento da atividade comercial no âmbito dos meios de pagamentos eletrónicos e dos canais eletrónicos não presenciais, mormente através da disseminação e o aumento da utilização dos meios e canais eletrónicos de pagamento, bem como na evolução tecnológica que garanta a competitividade do Banco.

Durante o ano de 2022 a DMC centrou a sua atividade na operacionalização dos meios de pagamentos e canais eletrónicos do BCA e desenvolveu um conjunto de ações tendentes à melhoria da qualidade do serviço prestado aos clientes, à otimização dos circuitos operacionais e também à disseminação e aumento da utilização dos meios de pagamento e canais digitais, destacando-se os seguintes projetos mais relevantes:

- **Reformulação dos Canais digitais do BCA (Site Institucional, Internet Banking e App Mobile)**

  Este projeto de reformulação do Site, Internet Banking e App Mobile do BCA, possibilitou ao BCA implementar uma nova arquitetura tecnológica, *design* e funcionalidades nos canais digitais, alinhados com a estratégia de reforço da digitalização e promoção dos canais alternativos de atendimento. Pretende-se dinamizar a utilização dos canais digitais do BCA com impacto na melhoria da qualidade do serviço prestado e redução das filas de espera, oferecendo um leque diversificado de opções aos nossos clientes.

- **Envio da Chave de Confirmação do BCADirecto através do correio eletrónico (*e-mail*)**

  Com a finalidade de facilitar a entrega das chaves de confirmação aos clientes, dinamizar a utilização do canal BCADirecto, sem descurar dos aspetos de segurança, a DMC implementou a alteração no processo de entrega das chaves de confirmação aos clientes, passando a ser através do correio eletrónico (*e-mail*) e com obrigatoriedade de alteração na 1ª entrada no BCADirecto. Esta alteração processual foi concluída em 2022 e veio contribuir para a redução do número de deslocações dos clientes ao balcão.

- **Atualização tecnológica do Contact Center e refresh de Formação dos operadores**

  Com este projeto pretende-se modernizar a plataforma do Contact Center do BCA, por forma a possibilitar o atendimento eficiente aos clientes no referido canal. A atualização já foi concluída e terá um contributo importante na diversificação dos canais de atendimento a clientes, bem como na disponibilização de um canal dedicado a suporte a clientes mais ágil e eficiente, com vantagens para os clientes e para o BCA.

- **Renovação do parque de máquinas ATM's do BCA**;

  O BCA deu início á renovação do parque de máquinas ATM's em 2022, processo que se encontra em curso. Essa renovação visa contribuir para a melhoria do serviço prestado no canal e reduzir custos operacionais relacionados principalmente com a manutenção.

Assessoria Jurídica

No âmbito das suas atribuições de assessoria jurídica, em 2022 o Gabinete de Apoio jurídico desenvolveu uma série de atividades destacando-se as seguintes:

- Coordenação das ações judiciais movidas contra o Banco, preparando e enviando os processos para os advogados constantes da lista de prestadores de serviço na modalidade de mandato, prestando toda a informação jurídica, em estreita colaboração com os órgãos de estrutura competentes;
- Patrocínio e acompanhamento de cerca de 53 processos judiciais, sendo 45 para a recuperação contenciosa de crédito, 3 declarativos e 5 processos crimes instaurados pelo Banco;
- Apoio ao GRE no acompanhamento das ações movidas pelo Banco para a recuperação contenciosa de créditos, e no relacionamento com os advogados externos;
- Colaboração na assinatura de escrituras, designadamente nos de compra e venda de bens, dação em cumprimento, prestação de serviços, entre outros;
- Elaboração, uniformização e aperfeiçoamento de minutas de contratos;

10. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

10.1. EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Quadro 12 - Balanço

(milhões de CVE)

	2021	2022	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo				
Caixa e Disponibilidades no Banco Central	4.160	3.880	-280	*-6,7%*
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	670	881	211	*31,5%*
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	117	104	-12	*-10,7%*
Aplicações em Instituições de Crédito	25.686	28.817	3.131	*12,2%*
Crédito a Clientes Líquido	53.292	54.536	1.244	*2,3%*
Outros Ativos Tangíveis Líquidos	1.901	1.726	-175	*-9,2%*
Ativos Intangíveis	41	115	74	*182,2%*
Propriedade de Investimento	1	1	0	*0,0%*
Investimentos Filiais/Associadas/Empreend.Conjunto	454	503	49	*10,9%*
Ativos por Impostos Correntes	164	160	-4	*-2,4%*
Ativos por Impostos Diferidos	121	151	30	*24,7%*
Outros Ativos	3.754	3.125	-629	*-16,7%*
Total ATIVO	**90.362**	**94.001**	**3.640**	***4,0%***
Passivo				
Recursos de Outras Instituições de Créditos	674	435	-239	*-35,4%*
Recursos de Clientes e Outros Emprésitimos	79.671	82.191	2.521	*3,2%*
Provisões Passivas	321	327	7	*2,0%*
Passivos por impostos correntes	232	178	-54	*-23,4%*
Outros Passivos	585	1.026	441	*75,4%*
Total PASSIVO	**81.482**	**84.157**	**2.675**	***3,3%***
CAPITAIS PRÓPRIOS	**8.879**	**9.844**	**965**	***10,9%***
Dos quais : Resultado Líquido	**1.424**	**1.798**	**374**	***26,2%***
PASSIVO + CAPITAIS PROPRIOS	**90.362**	**94.001**	**3.640**	***4,0%***

Da análise do Balanço no período verifica-se uma variação positiva dos ativos líquidos em +4,0%, correspondendo a +3,6 milhões de contos, e um saldo de fecho de 94 milhões de contos. Para esta evolução nos ativos contribuíram, entre outros, a variação positiva verificada nas Aplicações em

Instituições de Créditos (+3,1 milhões de contos aplicados) e na carteira líquida de crédito a clientes (+1,25 milhões de contos).

Em contrapartida do balanceamento verificou-se, também, um incremento nos Passivos (+3,3% e +2,7 milhões de contos) e nos Capitais Próprios (+10,9% e +965 mil contos). Do lado do passivo, o que mais contribuiu para a variação averbada foram os Recursos dos clientes que cresceram 3,2% e 2,5 milhões de contos.

Crédito a Clientes

A Carteira de Crédito a Clientes, líquida de imparidades, atingiu os 54,6 milhões de contos, uma variação positiva de 2,3%, o que em termos absolutos representou, aproximadamente, mais 1,25 milhões de contos na carteira, em comparação ao valor alcançado no período homólogo. Contribuíram para este incremento tanto a carteira de crédito não titulado, nomeadamente, a carteira de crédito vivo, que cresceu 0,8 mil contos, quanto a carteira de crédito titulada que cresceu aproximadamente 2,4% e 0,45 milhões de contos.

A Imparidade de Crédito, que inclui a imparidade para os títulos, atingiu o saldo aproximado de 2,6 milhões de contos, exprimindo uma redução de -8% e -227 mil contos comparativamente ao período homólogo, refletindo essencialmente a utilização de imparidades no abate de créditos ao ativo.

Aplicações em Instituições de Crédito

O saldo das aplicações em Instituições de Crédito, que inclui aplicações junto do Banco de Cabo Verde e nas outras instituições financeiras no exterior, no final de 2022 foi de 28,8 milhões de contos, revelando um aumento de 12,2% o que equivale em termos absolutos a mais 3,1 milhões de contos. Esta variação advém particularmente do incremento registado nas aplicações junto das instituições financeiras no exterior (+3,9 milhões de contos aplicados relativamente ao período homologo).

Recursos de Clientes

A carteira de Recursos de Clientes, que incluindo os quais se soma os juros a pagar, apresenta um saldo acumulado de 82,2 milhões de contos, refletindo o acréscimo de 3,2% e 2,5 milhões de contos alcançados relativamente ao período homólogo, resultado, principalmente, da variação verificada nos depósitos a ordem, que passaram de um saldo de 38,9 milhões de contos em 2021 para cerca de 42,8 milhões de contos em 2022, i.e., um acréscimo de aproximadamente 10% e +3,8 milhões de contos.

Do total da carteira de recursos de clientes, os depósitos de emigrantes representam praticamente metade (≈49%). Em 2022 este segmento registou um aumento de mais de um milhão de contos em relação ao período homólogo (equivalentes a 44% da variação da carteira total), com isto atingiu um saldo total de 40 milhões de contos, dos quais 121 mil contos relativos a juros a pagar.

Quadro 13 - Depósitos de Emigrantes

(milhões de CVE)

Rúbricas	2021	2022	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos à Ordem	10.920	12.562	1.642	*15,0%*
Depósito Poupança	3.274	3.198	-76	*-2,3%*
Depósitos a Prazo	24.593	24.200	-394	*-1,6%*
Juros a pagar (Dep. Emigrantes)	173	121		
Deposito Emigrantes + Juros a pagar	**38.960**	**40.080**	**1.120**	***2,9%***
Carteira de Depositos + Juros a pagar	**79.671**	**82.191**	**2.521**	***3,2%***
Peso Emigrante/ Depositos Totais	**48,9%**	**48,8%**		

Provisão para Benefícios dos Empregados

Nesta rubrica são contabilizados as provisões para despesas de tratamento no exterior do pessoal afeto ao Sistema Privativo de Segurança Social (SPSS). O saldo do Fundo de Saúde em 2022 ascendeu a aproximadamente 277 mil contos, um reforço de 17,7 mil contos, referente a variação positiva entre as comparticipações do Banco e dos Trabalhadores, em 20 mil contos e 10 mil contos, respetivamente, as utilizações para os tratamentos dos reformados no exterior que totalizaram 26 mil contos, e os ganhos decorrentes do estudo atuarial ao fundo de pensões (+33,5 mil contos).

Quadro 14 - Valor Patrimonial da Provisão para Benefícios aos Empregados

(mil CVE)

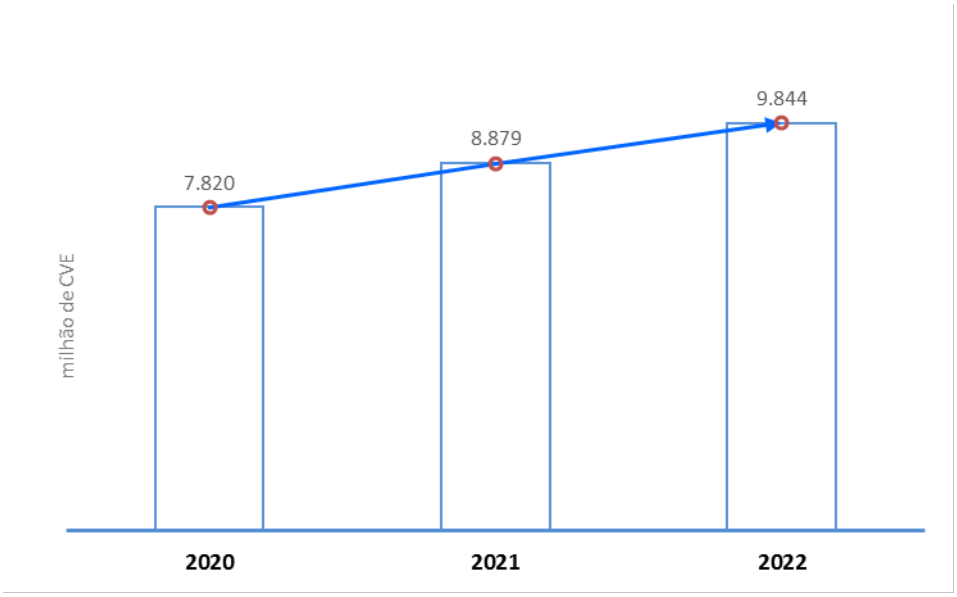
	Movimento no Periodo							
Rubricas	Valor Inicial	Custos do Banco	Utilização	Reposição e Anulações	Comparticipação dos Trabalhadores	Desvios Atuariais	Regulariz ações	Valor Final
Sistema Privativo Segurança Social	**258.904**	19.933	(26.327)	(19.429)	9.966	33.597		**276.645**

Igualmente, eram ainda contabilizados nesta rubrica as provisões para o Fundo de Pensões, mas este foi transferido para o INPS. Contudo o BCA continua a comparticipar para o referido Fundo de Pensões com 11% da massa salarial dos trabalhadores afetos e que se encontram no ativo. Em 2022 o montante da contribuição foi de 12 mil contos, uma redução de 2,8 mil contos face ao período homólogo (14,9 mil contos), por conta da redução do número de trabalhadores no ativo afetos ao fundo.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios do Banco aumentaram em cerca de 11% e 965 mil contos em 2022, atingindo o montante aproximado de 9,85 milhões de contos. Esta variação é explicada, principalmente, pela incorporação de 50% dos lucros líquidos obtidos em 2021.

Gráfico 3: Evolução dos Capitais Próprios



10.2. CONTAS DE RESULTADOS

Quadro 15 – Demonstração de Resultados

(milhões de CVE)

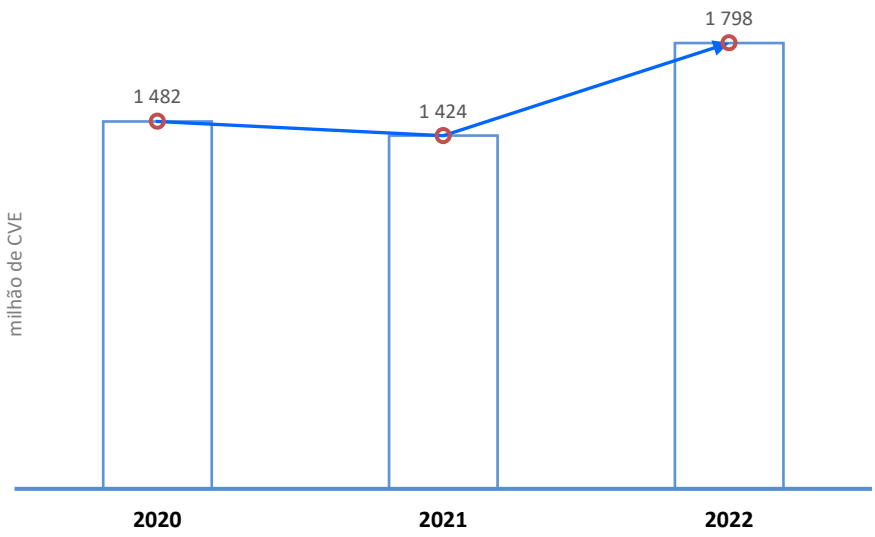
	2021	2022	Variação Absoluta	Variação Relativa
Juros e Rendimentos Similares	3.415	3.402	(12,2)	-0,4%
Juros e Encargos Similares	487	445	(41,7)	-8,6%
Margem Financeira	**2.928**	**2.957**	**29**	**1,0%**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1,7	1,7	0,1	3,8%
Rendimentos de Serviços e Comissões	432	498	67	15,4%
Encargos de Serviços e Comissões	64	71	7	10,8%
Resultados de Reavaliação Cambial	177	198	21	11,9%
Resultados de Alienação de Outros Ativos	44	191	147	330,4%
Outros Resultados de Exploração	174	131	(43)	-24,7%
Margem Complementar	**764**	**949**	**185**	**24,2%**
Produto Bancário	**3.692**	**3.906**	**214**	**5,8%**
Custos com Pessoal	1.016	1.034	18	1,8%
Gastos Gerais Administrativos	614	695	81	13,3%
Amortizações do Exercício	182	201	19	10,6%
Custos Operativos	**1.812**	**1.931**	**119**	**6,6%**
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	8	(8)	(16)	-199,3%
Imparidade Líquida de Outros Ativos Financeiros	427	201	(226)	-52,9%
Resultados de filiais Excluídas de Consolidação	73	91	18	25,2%
Resultados Antes de Impostos	**1.518**	**1.873**	**356**	**23,4%**
Impostos	**93**	**75**	**(18)**	**-19,4%**
Impostos Correntes	110	131	21	19,0%
Impostos Diferidos	(16)	(30)	(14)	-
Exc. Estimativa Impostos Anos ant.	-	25	25	-
Resultado Líquido	**1.424**	**1.798**	**374**	**26,2%**

Resultado Líquido

O resultado líquido situou-se em cerca de 1, 8 milhões de contos, traduzindo-se num crescimento, relativamente ao ano de 2021, de 26,2% e uma variação absoluta de cerca de 374 mil contos, o que representa o melhor resultado da história do BCA.

Contribuíram para este resultado, principalmente, os ganhos angariados tanto na margem financeira (2,96 milhões de contos) quanto na margem complementar (949 mil contos), que compensaram os custos operativos (1,9 milhão de contos), assim como um menor registo de imparidades comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 4: Evolução dos Resultados Líquidos



Margem Financeira

A Margem Financeira fixou-se nos 2,96 milhões de contos, uma ligeira variação de pouco mais de 29 mil contos face ao período homólogo. Este ganho deriva da redução dos custos com Juros e Encargos Similares em cerca de -41,7 mil contos, porque os ganhos com juros e rendimentos similares contraiu 12,2 mil contos no período.

Da redução dos ganhos com Juros e Rendimentos Similares destacam-se, entre outros, o decréscimo dos juros de créditos a clientes, em cerca de 1% (-22 mil contos) e dos juros dos títulos do Tesouro (-14,5 mil contos), refletindo essencialmente um efeito taxa, pois a carteira de crédito e de títulos do Tesouro cresceram em 2022.

Paralelamente verificaram-se ganhos que mitigaram esta redução, nomeadamente incremento nos ganhos com as Aplicações em outras Instituições de Crédito (+16,6 mil contos) e com os créditos titulados (+15 mil contos), ambos resultados do aumento da carteira, e no caso das Aplicações em Instituições de Crédito, o aumento das taxas de juro no contexto internacional.

Relativamente aos ganhos alcançados com a redução de Juros e Encargos Similares (42 mil contos), resultou da redução das taxas de juro dos recursos dos clientes, na sequência das alterações introduzidas no preçário em janeiro de 2022.

Margem Complementar

A margem complementar registou uma boa evolução, com um crescimento homólogo superior a 24% e atingindo o valor de 949 mil contos, mais 184,8 mil contos em relação a 2021. Este resultado resultou dos ganhos verificados em todas as rubricas que compõem esta margem, com destaque para Comissões Líquidas (+67 mil contos) e Resultados de Alienação de Outros Ativos (+147 mil contos). O curso da atividade económica exercer um efeito favorável sobre as comissões e a venda do Edifício de Chã-de-areia teve um contributo importante para o incremento dos resultados de alienação de outros ativos.

Produto Bancário

Com o crescimento mais modesto da margem financeira, tendência verificada nos últimos exercícios, foi a margem complementar, com um crescimento homólogo de cerca de 185 mil contos, que mais contribuiu para o crescimento de 5,8% registado no Produto Bancário e que atingiu o valor de 3,9 milhões de contos.

Custos Operativos

Os custos operativos, que incluem os custos com Pessoal, Gastos Gerais e Administrativos e Amortizações, aumentaram no período 6,6% (+119 mil contos), face ao período homólogo, atingindo 1,9 milhões de contos. Essa variação foi justificada com aumentos que se verificaram em todas as rúbricas, Gastos Gerais Administrativos (+ 81 mil contos), custos com pessoal (+18 mil contos) e amortizações (+19 mil contos).

Quadro 16 - Evolução dos Custos Operativos

(milhões de CVE)

RUBRICAS	2021	2022	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	**1.016**	**1.034**	**18**	**1,8%**
Remunerações	867	870	3	0,3%
Encargos Sociais Obrigatórios	133	130	-3	-2,0%
Encargos Sociais Facultativos e Outros Custos	16	34	18	115,5%
Gastos Gerais Administrativos	**614**	**695**	**81**	**13,3%**
Amortizações	**182**	**201**	**19**	**10,6%**
TOTAL CUSTOS OPERATIVOS	**1.812**	**1.931**	**119**	**6,6%**

Imparidades e Provisões liquidas

O acréscimo verificado em 2022 nas imparidades e provisões líquidas do exercício (193 mil contos) foi significativamente mais baixo do que o registado em 2021 (435 mil contos), impactando positivamente a variação dos Resultados Líquidos.

10.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Os Banco continua a evidenciar rácios bastante robustos, tendo, inclusive, registado alguns casos de melhorias, comparativamente com o período homólogo.

Os rácios de rentabilidade (ROA e ROE) melhoraram, efeito do crescimento do resultado líquido ter sido superior, proporcionalmente, aos incrementos registados nos Ativos líquidos e nos Capitais Próprios – O rácio de Rentabilidade dos Ativos (ROA) passou de 1,6% para 2,0% e o de Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se nos 18,3%, uma melhoria de 2,3 p.p. face a 2021.

O rácio de eficiência – *Cost-to-Income* – que relaciona os Custos Operativos com o Produto Bancário, em 2022 registou um ligeiro incremento, mas continua abaixo dos 50%. Este rácio atingiu os 49,4% no exercício contra os 49,1% registados no período homólogo, fundamentado pelo aumento relativo dos custos operativos superior aos ganhos relativos verificados no Produto Bancário.

Relativamente aos demais indicadores destacam-se:

O comportamento do rácio de Crédito em Incumprimento/Carteira Total de Crédito que tem variado positivamente – em 2020 era 8,4%, em 2021 diminuiu para os 8,2% e em 2022 voltou a diminuir, situando-se em 7,7%, consequência da diminuição da carteira em incumprimento, contrariando as expetativas de agravamento, pós-moratórias.

O rácio de transformação dos Depósitos em Crédito registou uma ligeira redução de 0,8pp, considerando o crescimento, de +2,5 milhões de contos, na carteira de depósitos, superior ao crescimento averbado pela carteira de Crédito Bruto (+553 mil contos);

A autonomia financeira medida pelo rácio entre o capital próprio e o ativo total melhorou em 0,6pp, atingindo os 10,5%, i.e., a proporção dos ativos que são financiados por capitais próprios do Banco elevou-se, reflexo do maior crescimento relativo dos capitais próprios (≈11%) comparativamente ao crescimento verificado nos ativos (≈4%);

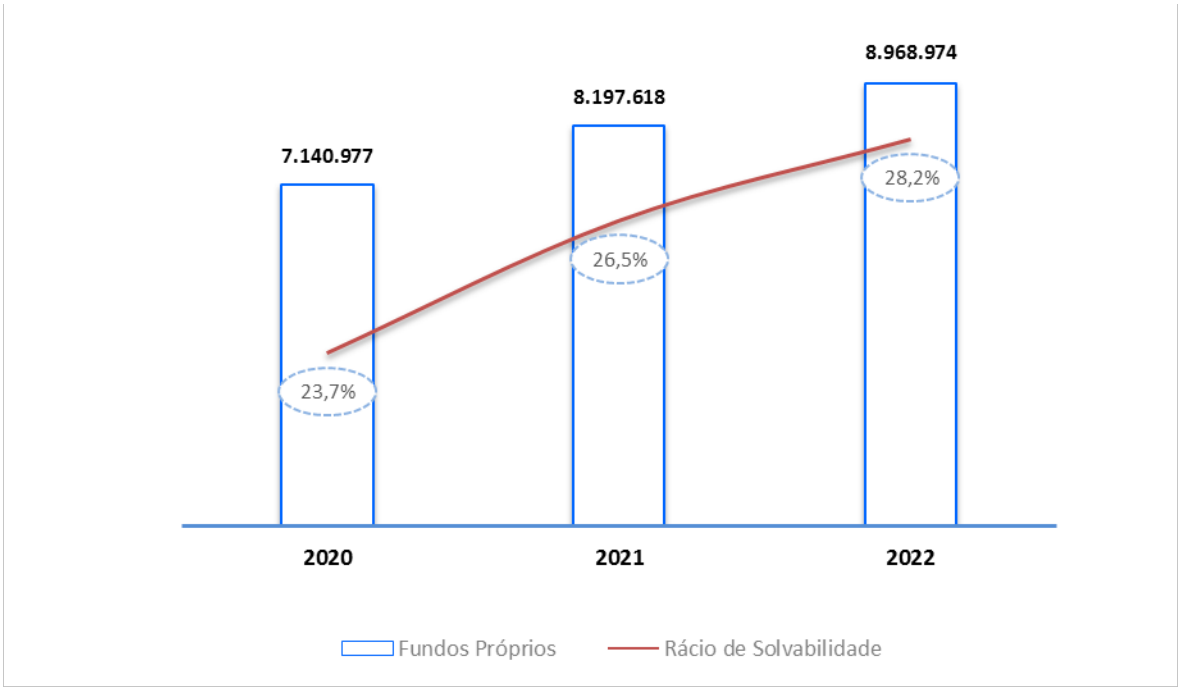
10.4. RÁCIOS PRUDENCIAIS

Em termos prudenciais o BCA continua a evidenciar sinais de elevada solidez. Em 2022 os Fundos Próprios atingiram cerca de 8,97 milhões de contos, um acréscimo de aproximadamente 0,8 milhões de contos, resultado do reforço dos capitais em 50% dos lucros líquidos de 2021. Paralelamente, os demais rácios prudenciais registaram variações positivas, em razão do aumento dos fundos próprios: a Cobertura de Imobilizado atingiu os 428% e o Rácio Solvabilidade os 28,2%, valores muito acima dos mínimos legalmente exigidos, 100% e 12%[4], respetivamente.

Quadro 17 - Evolução dos Rácios Prudenciais

Rácios	Unidade	2022	2021	2020	Minimo
Fundos Próprios	Milhões CVE	8.968.974	8.197.618	7.140.977	---
Cobertura de Imobilizado	%	428,4%	364,4%	332,4%	100%
Rácio de Solvabilidade	%	28,2%	26,5%	23,7%	12%

Gráfico 5 - Evolução dos Rácios Prudenciais



[4] O BCV, com o objetivo de atenuar o impacto da pandemia provocada pela Covid-19 na economia e no sistema financeiro, adotou algumas medidas prudenciais, de carater excecional e temporária. Entre outras medidas, reduziu o **rácio** de **solvabilidade** dos bancos em dois pontos percentuais até Setembro de 2022 (de 12% para 10%).

11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que no artigo 32.º do Código dos Benefícios fiscais (CBF) é expressamente referido que os lucros retidos pelos bancos para reforço dos Fundos Próprios possam ser deduzidos à coleta do Imposto sobre Rendimentos Pessoa Coletiva (IRPC), não podendo em cada exercício exceder 20% da mesma e, dependendo a sua aplicação da constituição de uma reserva especial não distribuível durante um período de 5 (cinco) anos, do Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 1.797.776.221$00 (Um bilhão, setecentos noventa e sete milhões, setecentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e um Escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Quadro 18 – Aplicação de Resultado Liquido

Resultado Líquido	**1 797 776 221**
Reserva Legal (10%)	179 777 622
Cobertura de Resultados Transitados	41 314 196
Outras Reservas - Lucros Retidos (código beneficio fiscal)	228 352 237
Distribuição de Resultados (75%)	1 348 332 166

12. BANCOS CORRESPONDENTES

Portugal

Caixa Geral de Depósitos SA, Lisboa

Banco Português de Investimento SA, Porto

Banco Santander Totta SA, Lisboa

Reino Unido

Bank of America, N.A. London

Austria

Bank of Austria Creditanstald, Viena

Noruega

DnB NOR Bank ASA, Oslo

Espanha

Banco Sabadell SA TSB, Sabadell

Japão

Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Tokyo

Estados Unidos da América

Bank Of America, N.A. New York

França

Caixa Geral de Depósitos SA, Paris

Itália

Intesa Sanpaolo SPI, Milão

UniCrédito Italiano SPA, Milão

Bélgica

IngBelgium SA/NV, Bruxelas

China

BNU - Banco Nacional Ultramarino (Macau)

Suíça

UBS Swiss Bank Corporation AG Zurique

BCA
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO

NÔS BANCO NA NÔS TERA

ANEXOS



13. ANEXOS

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Demonstração Resultados a 31/12/2022

Descritivo	CVE Valor
Juros e Rendimentos Similares	3 402 367 344
Juros e Encargos Similares	445 184 567
Margem financeira	**2 957 182 777**
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1 723 219
Rendimentos com Serviços e Comissões	498 267 926
Encargos com Serviços e Comissões	70 782 982
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-
Resultados de Reavaliação Cambial	197 841 096
Resultados de Alienação de Outros Activos	191 360 465
Outros Resultados de Exploração	130 868 886
Produto Bancário	**3 906 461 386**
Custos com Pessoal	1 034 497 624
Gastos Gerais Administrativos	695 225 639
Amortizações do Exercício	201 233 523
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-8 076 416
Imparidade Out. Activos Financeiros Líquida Reversões/Recuperações	38 248 503
Imparidade Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	163 197 266
Resultados Filiais excluidas Consolidação, Associadas Empreend. Conjunto	90 906 941
Resultados antes Impostos	**1 873 042 188**
Impostos	75 265 968
Correntes	130 701 037
Diferidos	-29 971 325
Excesso estimativa imposto anos anteriores	25 463 744
Resultados Líquido	**1 797 776 221**

A Diretora Contabilidade e Gestão Financeira

Maria Fátima Veiga Pires

O Administrador Contabilidade e Gestão Financeira

Hernâni Lopes Trigueiros

O Presidente da Comissão Executiva

Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Balanço a 31/12/2022

CVE

Rubricas	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Valor Liquido
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3 879 621 169		3 879 621 169
Disponibilidades em Out. Instituições Crédito	881 487 350		881 487 350
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	104 123 021	0	104 123 021
Aplicações em instituições de crédito	28 816 889 037		28 816 889 037
Créditos a clientes	57 150 524 926	-2 614 104 420	54 536 420 506
Propriedades de investimento	1 529 000	-103 600	1 425 400
Outros activos tangíveis	4 070 221 607	-2 344 348 273	1 725 873 333
Activos intangíveis	531 772 032	-416 637 522	115 134 510
Investimentos em filiais excl.Consol. Assoc. e Empreend.Conjuntos	503 494 831		503 494 831
Activos por Impostos Correntes	159 984 200		159 984 200
Activos por impostos diferidos	151 353 280		151 353 280
Outros Activos	3 907 419 081	-781 986 147	3 125 432 934
Total de Activos	**100 158 419 534**	**-6 157 179 962**	**94 001 239 571**
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito			435 193 624
Recursos de Clientes e outros empréstimos			82 191 337 512
Provisões Para Beneficios aos empregados e Outros			327 073 581
Passivos por impostos correntes			177 824 892
Passivos por impostos diferidos			0
Outros passivos			1 025 679 798
Total do Passivo			**84 157 109 406**
Capital			
Capital Social			1 318 522 814
Reservas de reavaliação			55 275 870
Outras reservas e resultados transitados			6 672 555 260
Resultado do exercício			1 797 776 221
Total de Capital			**9 844 130 165**
Total do Passivo + Capital			**94 001 239 571**

A Diretora Contabilidade e Gestão Financeira

Maria Fátima Veiga Pires

O Administrador Contabilidade e Gestão Financeira

Hernâni Lopes Nogueiros

O Presidente da Comissão Executiva

Francisco Santos Silva

Banco Comercial do Atlântico, S.A.

Cost to Income - Custo Operativo/Produto Bancário

Produto Bancário

CVE

Rúbricas	2021	2022	Variação	
			Relativa	Absoluta
Margem Financeira	2.927.736.382	2.957.182.777	1,0%	29.446.395
+ Margem Complementar	764.480.351	949.278.610	24,2%	184.798.258
= Produto Bancário	**3.692.216.733**	**3.906.461.386**	**5,8%**	**214.244.653**

Custo Operativo

CVE

Rúbricas	2021	2022	Variação	
			Relativa	Absoluta
Custo Administrativo	1.629.903.954	1.729.723.262	6,1%	99.819.309
Amortizações	182.024.820	201.233.523	10,6%	19.208.703
= Custo Operativo	**1.811.928.774**	**1.930.956.785**	**6,6%**	**119.028.012**

Cost-to- Income

Rúbricas	2021	2022
Cost to Income	49,1%	49,4%

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Estrutura

CVE

Rúbricas	2021		2022	
	Valores	%	Valores	%
1-Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	1.580.999.392	**4,3%**	1.347.233.488	**3,6%**
	37.105.181.415		37.658.911.020	
2-Crédito M.L. Prazo/Crédito Clientes	35.415.832.052	**95,4%**	36.311.677.532	**96,4%**
	37.105.181.415		37.658.911.020	
3-Crédito e obrigações Vencidos/Crédito Clientes	3.159.229.668	**8,5%**	3.014.564.815	**8,0%**
	37.105.181.415		37.658.911.020	
4-Imparidade Crédito Vencido/Crédito Vencido	2.533.303.717	**83,0%**	2.303.638.980	**79,3%**
	3.050.879.696		2.906.214.843	
5-Crédito Clientes/Depósitos	37.105.181.415	**46,7%**	37.658.911.020	**45,9%**
	79.423.442.443		81.963.324.953	
6-Crédito Clientes/Depósito a Prazo	37.105.181.415	**91,7%**	37.658.911.020	**96,1%**
	40.442.959.521		39.169.315.806	
7-Crédito Normal/Depósito a Prazo	33.945.951.008	**83,9%**	34.752.696.177	**88,7%**
	40.442.959.521		39.169.315.806	
8-Crédito Curto Prazo/Depósito Prazo	1.580.999.392	**3,9%**	1.347.233.488	**3,4%**
	40.442.959.521		39.169.315.806	
9-Crédito M.L. Prazo/Depósito Prazo	35.415.832.052	**87,6%**	36.311.677.532	**92,7%**
	40.442.959.521		39.169.315.806	
10-Depósito Ordem/Depósitos Totais	38.980.482.923	**49,1%**	42.794.009.147	**52,2%**
	79.423.442.443		81.963.324.953	
11-Depósito a Prazo/Depósitos Totais	40.442.959.521	**50,9%**	39.169.315.806	**47,8%**
	79.423.442.443		81.963.324.953	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Avaliação de Desempenho

CVE

Rúbricas	2021		2022	
	Valores	%	Valores	%
1-ROE=Resultado Líquido/Capitais Próprios	1.424.163.191	**16,0%**	1.797.776.221	**18,3%**
	8.879.376.475		9.844.130.165	
2-ROA=Resultado Líquido/Activo Médio	1.424.163.191	**1,6%**	1.797.776.221	**2,0%**
	88.890.620.545		91.445.930.058	
3-ML = Resultado Líquido/Proveitos	1.424.163.191	**26,2%**	1.797.776.221	**34,1%**
	5.443.843.176		5.271.548.797	
4-RA = Proveitos/Activo	5.443.843.176	**6,0%**	5.271.548.797	**5,6%**
	90.361.530.546		94.001.239.571	
6-MF=(Proveito Juros-Custos Juros)/Activo	2.927.736.382	**3,2%**	2.957.182.777	**3,1%**
	90.361.530.546		94.001.239.571	

ROE = Rentabilidade dos Capitais Próprios
ML = Margem de Lucro
MF = Margem Financeira

ROA = Rentabilidade dos Activos
RA = Rotação dos Activos

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Rácios de Medição de Liquidez

CVE

Rúbricas	2021		2022	
	Valores	%	Valores	%
1-Depósitos Totais/Activo	79.423.442.443	87,9%	81.963.324.953	87,2%
	90.361.530.546		94.001.239.571	
2-Crédito Clientes / Activo	37.105.181.415	41,1%	37.658.911.020	40,1%
	90.361.530.546		94.001.239.571	
3-Crédito Curto Prazo / Activo	1.580.999.392	1,7%	1.347.233.488	1,4%
	90.361.530.546		94.001.239.571	
4-Crédito M.Longo Prazo / Activo	35.415.832.052	39,2%	36.311.677.532	38,6%
	90.361.530.546		94.001.239.571	
5-Crédito Clientes / Depósitos Totais	37.105.181.415	46,7%	37.658.911.020	45,9%
	79.423.442.443		81.963.324.953	

Indicadores de Produtividade

Rúbricas	2021		2022	
	Valores	Contos	Valores	Contos
1-Cr. e Depósitos / Nº de Empregados Activo	116.528.624	274.832	119.622.236	285.495
	424		419	
2-Produto Bancário / Nº de Empregados Activo	3.692.217	8.708	3.906.461	9.323
	424		419	
3-Crédito e Depósitos / Nº de Balcões	116.528.624	3.427.312	119.622.236	3.518.301
	34		34	

Banco Comercial do Atlântico, S.A

Principais Indicadores

Principais Indicadores	Unidade	2021	2022
1. ROE	%	16,0%	18,3%
2. ROA	%	1,6%	2,0%
3. Cost/income sem Fundo Pensões	%	49,1%	49,4%
4. Volume do Crédito Vencido	Contos	3.159.230	3.014.565
5. Rácio de Solvabilidade	%	26,5%	28,2%
6. TIER 1 (Fundos Próprios de Base / Activo Ponderado)	%	28,3%	34,9%
7. Conversão de Depósitos em Créditos	%	46,7%	45,9%
8. Produtividade por Empregado (Resultado Liquido/Nº Empregados)	Contos	3.258.955	4.290.635
8.1. Volume de Negócios (Crédito+ Depósitos) / Nº empregados	Contos	266.656	285.495
8.2. Produto Bancário / Nº empregados	Contos	7.720	9.323
9. Cobertura do Imobilizado	%	364,4%	428,4%
10. Fundos Próprios	Contos	8.197.618	8.968.974

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2022

Presidente do Conselho de Administração **Dr.ª Maria Manuela Martins Ferreira (desde 19.04.22)**

Presidente da Comissão Executiva **Dr. Francisco José dos Santos Silva**

Administrador **Dr.ª Herminalda Augusta Fonseca Modesto Rodrigues**

Administrador **Hernâni Lopes Trigueiros**

Administrador **Dr.ª Anabela Conceição Freire Tomás**

Administrador **Dr. Rui Pedro Vieira Vidal (desde 11.01.2022)**

Administrador **Dr.ª Carla Maria Moniz Brigham Gomes**

Cristina Leite
Cristina Leite (Apr 21, 2023 09:00 GMT-1)

Administrador **Dr.ª Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite**

Jorge Freire Cardoso (Apr 27, 2023 12:51 GMT+1)

Administrador **Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso**

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO ECONÓMICO 2022
BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, SA

I. RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do Relatório de Gestão, das Demonstrações Financeiras e do respetivo Anexo às Demonstrações Financeiras do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (BCA), referentes ao exercício de 2022.

A responsabilidade do Conselho Fiscal, de acordo com as suas competências, é a de apreciar os documentos de prestação de contas, a qualidade e integridade da informação financeira, os procedimentos contabilísticos, o cumprimento das normas legais e estatutárias e elaborar um Relatório sobre a sua atividade fiscalizadora e emitir o Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do Banco e a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

II. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

Assim, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências apreciou o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do BCA e o respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2022, e o correspondente Relatório de Auditoria emitido pela Ernest & Young Audit & Associados - SROC (EY), tendo como matérias relevantes:

1. Imparidade para crédito a Clientes;
2. Imparidade para imóveis recebidos por Recuperação de Créditos.

Estas matérias mereceram também a nossa concordância.

Como resultado da apreciação destes documentos o Conselho Fiscal pode concluir que:

a) O Relatório de Gestão cumpre os requisitos legais e estatutários e espelha, com propriedade, a atividade desenvolvida na prossecução da estratégia e objetivos definidos e apresenta uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Banco se enfrenta;

b) O Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração

dos Fluxos de Caixa, bem como o Anexo às demonstrações financeiras, satisfazem os preceitos legais e estatutários, refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco tal como consta do Relatório de Auditoria;

c) A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração cumpre igualmente as disposições legais e estatutárias;

Tomando por base a informação constante do relatório e das demonstrações financeiras o Conselho Fiscal destaca ainda os indicadores seguintes.

III. INDICADORES DE GESTÃO

Em termos de Demonstração dos Resultados, o Resultado líquido apurado no exercício de 2022 foi de 1 798 mil contos, apresentando relativamente ao período homólogo, um acréscimo de 374 mil contos (26,2%).

O quadro seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores de "perfomance" ao longo dos últimos três anos:

Quadro 1 – Indicadores de Performance

Indicadores	2020	2021	2022	Variação 2020/2021
Margem Financeira	2 819	2 928	2 957	1,0%
Produto Bancário	3 374	3 692	3 906	5,8%
Resultado Líquido	1 482	1 424	1 798	26,2%

Unidade: Mil Contos

Comparando o exercício de 2022 com o exercício anterior, verifica-se que o valor da Margem Financeira atingido em 2022 de 2 957 mil contos, corresponde a uma variação positiva de 1,0% (+29 mil contos) relativamente a 2021. Este resultado deriva da evolução positiva (5,8%) do Produto Bancário com um crescimento de 214 mil contos, tendo a Margem Complementar, revelado uma boa performance, com um ganho total de 949 mil contos, mais 185 mil contos em relação ao ano 2021. Contribuíram ainda para este

resultado, as Comissões Líquidas com um crescimento de 16.3% e os Resultados de Alienação de Outros Ativos com um crescimento de 330,4%.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos principais indicadores de rentabilidade, eficiência e solvabilidade:

Quadro II – Indicadores de Rentabilidade, Eficiência e Solvabilidade

Indicadores	2020	2021	2022
ROA	1,70%	1,60%	2,00%
ROE	18,90%	16,00%	18,03%
Cost to Income	51,80%	49,10%	49,40%
Solvabilidade	23,67%	26,47%	28,20%

O BCA continua a apresentar bons rácios. Importa frisar que em 2022, houve uma ligeira melhoria de alguns indicadores, nomeadamente dos indicadores ROA e ROE. O BCA atingiu em 2022 um Cost to Income de 49,40% ligeiramente acima do verificado em 2021 e continua a reforçar a sua solidez, atingindo um Rácio de Solvabilidade em 2022 de 28,20%, significativamente acima do mínimo legal (10%).

A situação patrimonial do Banco, apresenta os valores abaixo indicados (mil contos) e as variações percentuais por comparação com o período homólogo:

Ativo Total	**94 001**	**4,0%**
Crédito a Clientes Líquido	**54 536**	**2,3%**
Recursos de Clientes e Out. Empréstimos	**82 191**	**3,2%**
Situação Líquida	**9 844**	**10,9%**

O Ativo líquido total atingiu em 2022, 94 001 mil contos, tendo registado um aumento, de +4,0% (+3 639 mil contos), face ao ano anterior. Em relação à carteira de crédito, importa realçar que o crédito a clientes, líquido de imparidades, atingiu 54 536 mil contos, o que representa uma variação positiva de 1.244 mil contos, isto é, mais 2,3% do valor alcançado

no período homólogo anterior. O crédito normal em 2022 aumentou 2,4% e alcançou 34 753 mil contos. No que se refere ao crédito e juros vencidos houve um decréscimo de aproximadamente -4,7% em relação ao período homólogo de 2021, traduzindo num montante de (-145 mil contos).

Quanto aos recursos de clientes e outros empréstimos o BCA apresenta em 31.12.2022 um valor de 82 191 mil contos, registando um aumento de 3,2%, comparando com o ano de 2021. De destacar os depósitos de emigrantes, que atingiram 40 080 mil contos, e representam 48,8% do total dos depósitos em 2022, perfazendo +1 120 mil contos (2,9%) em relação a 2021.

Relativamente aos capitais próprios, estes atingem em 31.12.2022 um total de 9 844 mil contos, registando um aumento de 965 mil contos.

PARECER E PROPOSTAS

Neste contexto, considerando a informação prestada pelo Órgão de Gestão do BCA e a apreciação das contas e demais documentos feita pelo Conselho Fiscal, declaramos que foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização do Banco e que, na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram observadas as normas contabilísticas aplicáveis.

Assim, o Conselho Fiscal é do parecer que as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, todos relativos ao exercício de 2022, cumprem as disposições estatutárias aplicáveis e traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e dos resultados financeiros, pelo que reúnem as condições necessárias para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral de Acionistas:

a) Aprove o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2022, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em conta o Relatório de Auditoria, emitido pela SROC, sobre as demonstrações financeiras;

b) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados;

c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as necessárias conclusões.

O Conselho Fiscal deseja manifestar ao Conselho de Administração e às Direções do Banco o seu maior apreço pela prestimosa colaboração.

Do mesmo modo agradece-se ainda ao Auditor Externo o apoio que prestou.

Cidade da Praia, 18 de Abril de 2023

O Conselho Fiscal

Manuel Lázaro Oliveira Brito
Manuel Lázaro Oliveira Brito (Apr 18, 2023 15:16 GMT+1)

Manuel Lázaro Oliveira de Brito

Presidente

Emanuel Moreira
Emanuel Moreira (Apr 18, 2023 11:23 GMT-1)

José Emanuel Tavares Moreira

Vogal

Maria Conceição Mendes Landim
Maria Conceição Mendes Landim (Apr 18, 2023 11:28 GMT-1)

Maria da Conceição Landim

Vogal

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Edifício Santa Maria - Complexo Atlântico
Apartamento 305 - 3º andar
Avenida Cidade de Lisboa
Praia - Santiago
Tel: + 238 3561351

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Banco Comercial do Atlântico, S.A. (o Banco), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 94.001.240 milhares de escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 9.844.130 milhares de CVE, incluindo um resultado líquido de 1.797.776 milhares de CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Banco Comercial do Atlântico, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tem registadas perdas acumuladas por imparidade sobre a carteira de crédito no montante de 2.614.104 milhares de CVE, representando 4,6% do valor do crédito. O detalhe da imparidade para crédito a clientes e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados nas notas às demonstrações financeiras (Notas 2.2.5 c); 7 e 16).	A nossa abordagem de auditoria para a imparidade para crédito a clientes incluiu (i) uma resposta global com efeito na forma como a auditoria foi conduzida e (ii) uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► entendimento, avaliação do desenho e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A imparidade representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre a perda esperada nas exposições de crédito concedido a clientes com referência a 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e dados históricos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do banco na avaliação de risco de crédito e o conhecimento da realidade e situação financeira dos clientes e das garantias associadas às operações em questão. Para além da complexidade dos modelos de quantificação de perdas por imparidade da carteira de crédito, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados, cuja disponibilidade e qualidade podem estar condicionadas. Adicionalmente, os efeitos da pandemia Covid-19 poderão não estar totalmente ultrapassados, nem integralmente materializados, sendo ainda incerta a sua extensão total, aos quais acresce os potenciais efeitos financeiros decorrentes da atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia. Na Nota 36 é divulgada a evolução das exposições com moratórias legais que expiraram em outubro de 2022, designadamente com retoma dos planos financeiros, com medidas de reestruturação e crédito vencido. Em face do grau de subjetividade e complexidade que a estimativa de imparidade envolve, a utilização de abordagens, modelos ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material no valor da imparidade estimada, o que, juntamente com a materialidade do seu valor, faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.	existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para crédito a clientes; ▸ testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expetativas formadas, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas na carteira de crédito e alterações dos pressupostos e metodologias de imparidade; ▸ seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para avaliação dos pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais, assim como indagações aos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados; ▸ com o apoio dos nossos especialistas em matéria de gestão de risco, testámos a razoabilidade dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade coletiva, destacando-se: i) o entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efetivamente utilizada; ii) a apreciação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para refletir a perda esperada; iii) a análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) o seguimento das medidas corretivas de deficiências anteriormente identificadas no modelo de imparidade coletiva; e v) o teste por amostragem à classificação das operações nos *stages* 1, 2 e 3; e vi) avaliação da razoabilidade dos ajustamentos realizados, em particular aqueles para responder às áreas de julgamento adicionais resultantes das moratórias e apreciação do processo de gestão associado a esses ajustamentos. ▸ análise das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

2. Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Em 31 de dezembro de 2022, a imparidade acumulada registada para os imóveis recebidos por recuperação de crédito, registados na rubrica de Outros Ativos, ascende a 659.340 milhares de CVE, representando 26,5% do valor daqueles ativos (Notas 13 e 16). Estas perdas por imparidade são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2.5 g). Periodicamente, o Banco solicita, a peritos avaliadores externos, na sua maioria registados no Banco Central de Cabo Verde ("BCV"), avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de crédito. Caso o valor da avaliação, deduzido de custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor do balanço, são registadas perdas por imparidade. A avaliação dos imóveis considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o facto do uso de diferentes técnicas de valorização e pressupostos poder originar diferentes estimativas de justo valor.	A nossa abordagem de auditoria sobre a imparidade de imóveis recebidos por recuperação de crédito incluiu uma resposta específica que se traduziu no desenho, e subsequente execução, de procedimentos de auditoria que incluíram, designadamente: ► testes de revisão analítica sobre o valor dos imóveis incluídos em "Outros ativos", comparando-o com o período homólogo e com a expetativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas e alterações dos pressupostos e metodologias; ► para uma amostra de imóveis, apreciação da razoabilidade da metodologia e dos pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos e confirmação do seu registo no BCV. Para estes imóveis, analisámos, quando aplicável, contratos promessa de compra e venda ou ofertas vinculativas recebidas e certidões de teor da conservatória do registo predial; e ► análise das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o sector bancário e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Banco se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

17 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**
Num. de Identificação: 08539023
Data: 2023.04.17 18:29:48+01'00'

CHAVE MÓVEL

Ana Salcedas
Diretora Geral/Partner

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

ACTIVO	Notas	2022 Ativo bruto	2022 Imparidade e amortizações	2022 Ativo líquido	2021 Ativo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	3.879.621	-	3.879.621	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	881.487	-	881.487	670.181
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5	104.123	-	104.123	116.561
Aplicações em instituições de crédito	6	28.816.889	-	28.816.889	25.685.645
Crédito a clientes	7	57.150.525	(2.614.104)	54.536.421	53.292.467
Propriedades de investimento	8	1.529	(104)	1.425	1.425
Outros ativos tangíveis	9	4.070.222	(2.344.348)	1.725.873	1.901.066
Ativos intangíveis	10	531.772	(416.638)	115.135	40.793
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11	503.495	-	503.495	454.179
Ativos por impostos correntes	12	159.984	-	159.984	163.934
Ativos por impostos diferidos	12	151.353	-	151.353	121.382
Outros ativos	13	3.907.419	(781.986)	3.125.433	3.753.964
Total de ativos		100.158.420	-6.157.180	94.001.240	90.361.531

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2022	2021
Recursos de outras instituições de crédito	14	435.194	674.020
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	82.191.338	79.670.738
Provisões	16	327.074	320.514
Passivos por impostos correntes	12	177.825	232.110
Passivos por impostos diferidos	12		
Outros passivos	17	1.025.680	584.772
Total do passivo		84.157.109	81.482.154
Capital	18	1.318.523	1.318.523
Reservas de Justo Valor	19	55.276	60.332
Outras reservas	19	6.713.869	6.027.832
Resultado Transitados	19	(41.314)	48.526
Resultado do exercício	19	1.797.776	1.424.163
Total do capital próprio		9.844.130	8.879.376
Total do passivo e do capital próprio		94.001.240	90.361.531
		0	0

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2022	2021
Juros e rendimentos similares	20	3.402.367	3.414.613
Juros e encargos similares	21	(445.185)	(486.877)
MARGEM FINANCEIRA		2.957.183	2.927.736
Rendimentos de instrumentos de capital	22	1.723	1.660
Rendimentos com serviços e comissões	23	498.268	431.616
Encargos com serviços e comissões	23	(70.783)	(63.906)
Resultados de reavaliação cambial	24	197.841	176.807
Resultados de alienação de outros ativos	25	191.360	44.456
Outros resultados de exploração	26	130.869	173.846
PRODUTO BANCÁRIO		3.906.461	3.692.217
Custos com pessoal	27	(1.034.498)	(1.016.096)
Gastos gerais administrativos	29	(695.226)	(613.808)
Depreciações e amortizações do exercício	9 e 10	(201.234)	(182.025)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	8.076	(8.132)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	16	(38.249)	(151.621)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	16	(163.197)	(275.628)
Resultados em empresas associadas e filiais mensuradas através do MEP	11	90.907	72.620
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		1.873.042	1.517.527
Impostos			
Correntes	12	(130.701)	(109.813)
Diferidos	12	29.971	16.449
Excesso estimativa imposto anos ant.	12	25.464	-
		(75.266)	(93.364)
Resultado do Exercício		**1.797.776**	**1.424.163**
Número médio de acções ordinárias emitidas	30	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	30	1,36	1,08

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

				Outras reservas e resultados transitados					
	Notas	Capital	Reservas de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total Reservas e Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total do capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	18,19	1.318.523	42.655	990.060	3.938.467	48.631	4.977.160	1.481.638	7.819.974
Distribuição do resultado do exercício de 2020:									
Incorporação em reservas				148.163	963.065		1.111.228	(1.111.228)	(0)
Distribuição de Dividendos							-	(370.410)	(370.410)
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			17.678			(105)	(105)		17.573
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos					(15.374)		(15.374)		(15.374)
Transição para a IFRS9							-		-
Transferência entre rúbricas					3.450		3.450		3.450
Resultado líquido do exercício							-	1.424.163	1.424.163
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	18,19	1.318.523	60.333	1.138.223	4.889.608	48.526	6.076.359	1.424.163	8.879.377
Distribuição do resultado do exercício de 2021:									
Incorporação em reservas				142.416	569.665		712.082	-712.082	-
Distribuição de Dividendos							-	-712.014	(712.014)
Aquisição de acções próprias							-		-
Rendimento integral do exercício							-		-
Alterações de justo valor, líquidas de imposto			-5.057				-		(5.057)
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (reservas Livres)					-26.058	-89.861	(115.919)		(115.919)
Transição para a IFRS9							-		-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					14	21	35	-68	(33)
Resultado líquido do exercício							-	1.797.776	1.797.776
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	18,19	1.318.523	55.277	1.280.639	5.433.229	(41.314)	6.672.556	1.797.776	9.844.130

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2022	2021
ıtros rendimentos integrais			
Rubricas que não serão reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Remensurações relativas a planos de benefícios definidos (Nota 2.3)			
Variação ocorrida no exercício	28	(26.058)	(11.924)
Alterações no justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Variação no exercício	19	(5.057)	5.296
Rubricas que poderão ser reclassificadas para a demonstração de resultados:			
Outros		35	(105)
ıtros rendimentos integrais		(31.080)	(6.733)
ɜsultado do exercício		1.797.776	1.424.163
tal do rendimento integral do exercício		1.766.696	1.417.431

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde)

	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões		3.996.625	3.796.760
Pagamento de juros e comissões		(541.351)	(552.962)
Recuperação de crédito e juros vencidos		176.858	206.083
Resultados cambiais		197.841	176.807
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1.616.520)	(1.586.293)
Pagamentos de pensões e assistência médica		(37.430)	(15.863)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		335.784	634.066
Pagamentos de impostos sobre o rendimento		(148.033)	(271.381)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		2.363.774	2.387.217
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito		(3.123.372)	(200.197)
Créditos sobre clientes		(1.219.599)	(1.035.294)
Títulos de dívida pública		(156.156)	(989.761)
Outros ativos		146.195	(805.431)
		(4.352.931)	(3.030.683)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito		(238.717)	234.132
Recursos de clientes		2.551.546	1.609.075
Outros passivos		258.152	51.731
		2.570.981	1.894.938
Caixa líquida das atividades operacionais		581.824	1.251.472
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		41.591	26.987
Ativos intangíveis		(108.318)	(19.899)
Outros ativos tangíveis		131.667	(231.532)
Dividendos recebidos		1.723	1.660
Caixa líquida das atividades de investimento		66.664	(222.784)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Locação Operacional		(5.447)	(6.111)
Dividendos Pagos		(712.082)	(370.410)
Outras Variações CP		35	(104)
Caixa líquida das atividades de financiamento		(717.494)	(376.626)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		(69.006)	652.062
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3,4	4.830.115	4.178.053
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3,4	4.761.109	4.830.115

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Comercial do Atlântico, S.A. (Banco) é um banco comercial, constituído por destaque de parte do património do Banco de Cabo Verde, nos termos do Decreto-Lei nº 43/93, de 16 de julho. No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, e conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. passou a deter a maioria do capital social do Banco. A partir de dezembro de 2005, as ações do Banco passaram a ser cotadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

O Banco tem por objeto o exercício da atividade bancária, incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essas atividades e permitidas por lei.

O Banco tem sede na cidade da Praia, República de Cabo Verde, dispondo de uma rede de 34 agências para a realização das suas operações.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade individual do BCA. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de Abril de 2023 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As contas do Banco são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. com sede em Lisboa.

O ano de 2022 foi marcado por um cenário macro económico de grandes desafios. O mundo já vinha sendo fustigado pela COVID19 e pelos riscos de novas mutuações do SARS COV2, agravado pelas incertezas da recuperação da crise pandémica e viu-se novamente desafiado com a invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de Fevereiro de 2022. Note-se que a Rússia é a principal responsável pela exportação e o segundo maior produtor de gás natural no mundo e tem uma forte presença na produção e na exportação de petróleo. Por outro lado, a Ucrânia, por sua vez, garantia 12% das exportações mundiais de trigo e 15% das exportações de milho. As duas partes em conflito, juntas detêm uma fatia bastante significativa do comércio mundial de vários cereais como o trigo, milho, cevada, sementes e farelo de girassol. Em resultado o mundo, e em especial a Europa foi confrontada com uma crise energética e escassez de oferta de alguns produtos, com perdas de eficiência na circulação de bens e conturbações graves nas cadeias de abastecimento (que iniciaram na pandemia), com impacto geral nos preços de bens e serviços

Os Bancos Centrais de vários países, sobretudo os desenvolvidos, aumentaram quase de forma generalizada as de taxas de juros, numa tentativa de controlo da inflação.

Perante todos estes fatores o FMI no WEO de outubro de 2022 previa uma recessão global para 2023, no entanto, com os movimentos surpreendentes de consumo no último trimestre de 2022, as previsões publicadas no WEO update de janeiro de 2023, apresentam uma melhoria que descarta esta possibilidade. Ainda assim, o crescimento económico estimado para 2022 de 3,4% é um dos mais baixos dos últimos anos. O que é explicado sobretudo pelo fraco crescimento económico que levou a abrandamentos significativos das três maiores economias mundiais, os EUA, Zona Euro e a China.

Para 2023 o FMI projeta uma queda do ritmo de crescimento, situando-se nos 2,9%, impulsionado especialmente pelas economias avançadas.

Nos Estados Unidos projeta-se que o crescimento reduza de 2,0% em 2022 para 1,4% em 2023. No entanto, há uma revisão em alta de 0,4 p.p. para o crescimento anual em 2023, refletindo ainda

alguns efeitos desfasados da resiliência da procura doméstica verificada no último trimestre de 2022.

O FMI prevê que o crescimento na Zona Euro chegue a 0,7% em 2023. A revisão em alta de 0,2 pontos percentuais na previsão de 2023 reflete sobretudo os aumentos mais rápidos das taxas do Banco Central Europeu, preços de retalho de energia mais baixos e anúncio de medidas fiscais adicionais de suporte ao poder de compra através do controlo dos preços de energia e transferência de dinheiro.

No Reino Unido a variação do PIB está projetada para -0,6% em 2023. Isto significa uma revisão em baixa de 0,9 pontos percentuais relativamente ao WEO de Outubro de 2022, refletindo políticas fiscais e monetárias mais restritivas e preços de retalho da energia ainda muito altos, com peso significativo nos gastos das famílias.

Na China o crescimento estimado para 2022 é de 3,0% e o projetado para 2023 é de 5,2%. O que significa uma revisão em baixa de 1,2 p.p. para 2022 e uma revisão em alta de 1,1 p.p. para o ano 2023 ao compararmos com aos dados do WEO de Outubro de 2022.

Na sub-região da África subsaariana projeta-se que o crescimento permaneça moderado. As previsões rondam 3,8% em 2023, devido às prolongadas consequências da pandemia de COVID-19.

Para economias emergentes e em desenvolvimento, projeta-se que o crescimento aumente modestamente, de 3,9% em 2022 para 4,0% em 2023. É esperado ainda que cerca de metade das economias emergentes e em desenvolvimento tenham crescimento menor em 2023 do que em 2022.

Quanto à inflação no WEO update de janeiro de 2023 o FMI prevê que a esta deverá cair de 8,8% em 2022 para 6,6% em 2023 a nível global. Ou seja ainda acima da média dos níveis pré-pandêmicos (2017-19) de cerca de 3,5%.

Para o ano em curso o BCV prevê uma desaceleração do crescimento da economia nacional, situando-se entre 2,9% no cenário adverso (CA) e 4,8% no cenário base (CB), em consequência da guerra no Leste da Europa. Antevê que a economia continue a sofrer os impactos deste conflito, com tendência a piorar dado o agravamento da crise energética na Europa, as interrupções de abastecimento de energia da Rússia, o aumento das restrições na oferta e as pressões inflacionistas no país.

Este panorama afeta a confiança dos atores económicos, leva a perdas crescentes no rendimento real, bem como, ao aperto das condições de financiamento, o que em conjunto irá contribuir para um forte abrandamento da atividade económica no país.

As Contas Nacionais Trimestrais (CNT) do INE referentes ao 4º trimestre de 2022 evidenciam que em termos homólogos o PIB real registou uma variação homóloga positiva de 17,7%.

Do lado da procura, esta evolução resultou do aumento do consumo privado em 16.8% e das exportações (+53.4%). Do lado da oferta, destacam-se as atividades de Alojamento e Restauração (+62.9%), do Comércio (20.8%) e dos Transportes (34.1%). Os Impostos líquidos de Subsídios apresentaram uma evolução homóloga positiva de 16,8%.

Inflação: com os preços elevados das matérias-primas energéticas e dos bens alimentares no mercado internacional, as pressões provocadas pela reabertura da economia e as reduções na oferta, em 2022 a taxa de inflação situou-se em 7,9%, segundo informações do INE. Para 2023 o BCV apresenta dois cenários: o base de 4,2% e o adverso de 5%.

Crédito à economia: estima-se um aumento anual em 2022 de 5,1%. Em 2023 no cenário base o valor poderá atingir 4% e num cenário menos favorável poderá não ir além dos 3,6%.

A taxa de desemprego fez uma curva descendente entre 2016 (15%) e 2019 (11,3%), no entanto, registou um aumento relevante em 2020 (14,5%), resultante essencialmente da crise provocada pela pandemia da Covid19.

Quanto à evolução recente, embora a proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023 (OE 2023) não faça referência à taxa de desemprego, as projeções apresentadas no OE 2022 apontavam para uma taxa de 14,5% para 2021 e 14,2% para 2022. Caso vier a confirmar, estaremos perante uma ligeira redução de 0,3 p.p. em 2022 face ao estimado em 2021.

Em face deste contexto, as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022, refletem a melhor estimativa realizada pelo Conselho de Administração quanto aos potenciais efeitos financeiros decorrentes da atual instabilidade geopolítica decorrente do conflito militar entre a Ucrânia/Rússia bem como dos impactos da Covid-19 com o fim das moratórias na valorização dos seus ativos e na mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito, os quais não deixarão de ser sujeitos a monitorização e revisão contínua ao longo deste período. Os principais impactos desta situação na componente de mensuração do risco de crédito são apresentados em maior detalhe na Nota 36.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde.

2.2. Políticas contabilísticas

2.2.1 - Alterações de políticas contabilísticas.

Não ocorreram durante o exercício de 2022, modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também, alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

2.2.2 – Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Descrição
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração clarifica que, quando uma subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Assim no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	Esta alteração elimina o requisito previsto no parágrafo 22 da IAS 41, de exclusão dos fluxos de caixa relacionados com imposto sobre o rendimento na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13.
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação. Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a

	COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16. Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021. Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios: • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras do BCA

2.2.3. Novas normas e interpretações aplicáveis a exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	**Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após**	**Descrição**
IFRS 17 – Contratos de Seguro	1-jan-2023	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-2023	Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17. A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um '*overlay*' na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O '*overlay*' permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-2023	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-2023	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-2023	A alteração esclarece que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo. Assim, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.

O BCA não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

2.2.4 - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	**Descrição**
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "*covenant*". No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo e é de aplicação retrospetiva.
Alterações à IFRS 16 - Passivos de locação em transações de venda e relocação	Esta alteração específica os requisitos relativos à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação ("sale & leaseback") que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15, com enfoque nos pagamentos de locação de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Na mensuração subsequente, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma a que não reconheça qualquer ganho ou perda relacionado com o direito de uso retido. A aplicação desses requisitos não impede que o vendedor-locatário reconheça, na demonstração dos resultados, qualquer ganho ou perda relacionado à "venda" parcial ou total, conforme exigido pelo parágrafo 46(a) da IFRS 16. Esta alteração é de aplicação retrospetiva.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela BCA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

2.2.5. Políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Especialização de exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que este opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais do Banco e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em escudos de Cabo Verde, salvo indicação explícita em contrário, a moeda funcional e de apresentação do Banco.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês. As transações em moedas diferentes do escudo de Cabo Verde são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por valores não monetários, tal como ações, classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, cujas variações de justo valor são registadas em capital próprio.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como instrumentos de capital relativamente aos quais tenha sido exercida a opção de classificação ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, que são registadas diretamente em "Outras reservas".

Nos exercícios de 2022 e 2021, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o câmbio médio de divisas face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte: 103,633

	2022	2021
1 USD	103,633	97,554

c) Ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 24 de julho de 2014 a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" que veio substituir a IAS 39 - "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", para exercícios económicos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Os requisitos da norma foram aplicados retrospetivamente, mediante ajustamento dos valores de balanço a 1 de janeiro de 2018.

O BCA aplicou a exceção que permite a não reexpressão da informação financeira comparativa de períodos anteriores. Adicionalmente, o enquadramento do modelo de negócio, assim como a designação e/ou revogação prévia de certos ativos financeiros em classes de mensuração ao justo valor por contrapartida de resultados, ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (por instrumentos de capital que não de negociação), foi realizada por referência nos factos e circunstâncias existentes à data da aplicação inicial da mesma.

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos diretamente atribuíveis à transação. O Banco não tem ativos de "trading" ou outros ativos registados ao justo valor através de resultados, pelo que quando do reconhecimento inicial os ativos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na IFRS 9:

a) Ativos Financeiros ao Custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio de entidade e das características dos cash flows contratuais do instrumento

financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

O BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os cash flows contratuais e estes cash flows possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida.

Por outro lado, o BCA classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral quando este seja incluído num portfolio gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos cash flows contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI.

No entanto, no momento do reconhecimento inicial o BCA pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo justo valor através de outro rendimento integral um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constitua uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o BCA considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiro, nomeadamente:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão do BCA; e
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos;

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos cash flows contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI).

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro,

permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, sendo registados na rubrica "Juros e Rendimentos Similares, se cobrados no mesmo exercício ou na rubrica "Outros Resultados de Exploração", se cobrados no exercícios posteriores.

De acordo com as políticas em vigor no Banco, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificada em crédito vencido 30 dias após o vencimento. Periodicamente, o Banco abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração". Assim, o abate de créditos só ocorre após (i) ter sido exigido o vencimento da totalidade do crédito; (ii) terem sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados; e (iii) as expectativas de recuperação de crédito sejam muito reduzidas, conduzindo a um cenário extremo de imparidade total.

b) <u>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</u>

Os ativos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral são valorizados ao justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) se cumprir, simultaneamente, com as características seguintes e não for designado ao FVTPL por opção (utilização da Fair Value Option):

• O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro (HTC and Sell – Held to collect and Sell); e os fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida da rubrica "Reservas de justo valor".

Atualmente a rubrica de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apenas contém Instrumentos de capital.

No âmbito da IFRS 9, não é reconhecida imparidade em instrumentos de capital registados ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos/perdas acumuladas na reserva de justo valor transferidos para Resultados transitados no momento da alienação.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não seja detido para negociação, o Banco pode irrevogavelmente designá-lo ao FVOCI. Esta designação é efetuada numa base casuística, investimento a investimento. Esta opção está disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efetuada ao abrigo das exceções previstas nos parágrafos 16A e 16D da IAS 32.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

d) Compensação de Instrumentos Financeiros

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe o direito legal executável de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal executável não pode ser contingente de eventos futuros, e deve ser executável no decurso normal da atividade do BCA, assim como em caso de default, falência ou insolvência do Grupo ou da contraparte.

e) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Banco efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente em empréstimos e contas a receber.

Os ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

- Stage 1 – Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,
- Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em default).

Dependendo da classificação do stage da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- Perdas esperadas a 12 meses: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em stage 1; e,

- Perdas esperadas lifetime: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais.

A observação de um aumento significativo do risco de crédito (Significant Increase in Credit Risk - SICR) desde o reconhecimento inicial, é efetuada de acordo com os seguintes indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Inexistência de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

O Banco efetua uma análise individual de clientes que apresentem responsabilidades superiores a mCve. 30.000 ou de 15.000 com atrasos superiores a 90 dias.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não foram objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Estes ativos encontram-se em stage 3 quando i) se verifica evidência objetiva de imparidade que resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, e ii) quando esse evento (ou eventos) produza impactos ao nível dos fluxos de caixa futuros destes instrumentos, os quais podem ser razoavelmente estimados.

Para este efeito o Banco definiu os seguintes segmentos da sua carteira de crédito concedido:

- Crédito a empresas
- Crédito à habitação
- Crédito ao consumo
- Crédito a pequenos negócios

- Crédito ao Setor Público
- Crédito a empresas do Grupo
- Garantias prestadas
- Outros créditos a particulares

Adicionalmente, a imparidade ou deriva da análise individual ou coletiva.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações", sendo refletido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

No âmbito da implementação da norma IFRS 9, foi definida uma abordagem metodológica para apuramento de imparidade para a carteira de dívida soberana do Grupo CGD (carteira titulada e crédito concedido). Em síntese apresenta-se os pressupostos do Modelo de Imparidade Dívida Soberana:

- Aplicar parâmetros de Risco Externo (fonte: Moody's) - Probabilidade de Default (PD):
- Para exposições diretas a risco Soberano (exemplo: obrigações do Tesouro e Crédito) e no stage 1, aplica-se a PD correspondente ao upgrade de um nível de rating, desde que sejam observáveis informações externas com perspetivas económicas positivas e que o outlook do rating não seja negativo;
- Para exposições indiretas ao Soberano em stage 1 (exemplo: empresas com aval do Estado) será aplicada a PD 12 Meses do rating do Pais do Soberano;
- Operações classificadas em stage 2 e 3, aplica-se a PD Life Time ajustada à maturidade residual da notação externa atribuída ao Estado com base nas default rates acumuladas de uma agência de rating.
- Utilização da LGD de 45% (regulamentar);

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme referido na Nota 2.2. c), os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas diretamente em capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor".

f) Passivos financeiros

O Banco classifica os seus instrumentos financeiros enquanto passivos financeiros quanto existe uma obrigação contratual para que a sua liquidação seja realizada mediante a entrega de dinheiro, ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros passivos".

Os passivos financeiros são valorizados subsequentemente pelo custo amortizado sendo os juros, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, a mesma é desreconhecida do Balanço sendo o diferencial entre o valor contabilístico do mesmo e o valor de recompra reconhecido em resultados do período.

g) Ativos recebidos por recuperação de créditos

Em 2022, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados tendo em consideração o estabelecido na Politica contabilística de reconhecimento inicial de imóveis recebidos em reembolso de crédito. De acordo com a referida política os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o valor de arrematação e o valor do balanço líquido de imparidade do (s) crédito (s) concedido (s) objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associado (s). Com a adoção deste procedimento pretende-se assegurar que não ocorrerão reversões de imparidade originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades em uso no BCA conforme requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" terão tido em consideração a existência deste colateral.

Subsequentemente ao seu registo inicial em balanço, estes ativos serão valorizados ao menor entre o custo de aquisição determinado de acordo com os princípios prescritos na referida política e o respetivo justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

Em geral, as seguintes condições devem ser atendidas para que um ativo seja classificado como mantido para venda:

- A gestão está comprometida com um plano de venda;
- O ativo está disponível para venda imediata;
- Um programa ativo para localizar um comprador é iniciado;
- A venda é altamente provável, dentro de 12 meses de classificação como mantido para venda (sujeito a exceções limitadas);
- O ativo está sendo ativamente comercializado para venda a um preço de venda razoável em relação ao seu valor justo;
- As ações necessárias para completar o plano indicam que é improvável que o plano seja significativamente alterado ou retirado.

Estes ativos têm um acompanhamento sistemático sobre o valor atribuído aos imóveis adquiridos, identificando eventuais indícios de alterações significativas de valor e consequente ajuste dos valores das últimas avaliações disponíveis ou obtenção de novas avaliações.

Quando o valor contabilístico dos ativos não correntes corresponde ao justo valor menos custos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde maioritariamente ao nível 3.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do ativo, sendo os ganhos ou perdas registados na rubrica "Outros resultados de exploração".

h) Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, sendo incluídos na sua valorização os custos de transação diretamente relacionados e incorridos com a sua aquisição. As propriedades de investimento não são depreciadas, sendo subsequentemente valorizadas ao justo valor, determinado periodicamente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica "Outros resultados de exploração".

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica é integralmente composta por terrenos.

i) Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento:	
Mobiliário e material de escritório	8
Máquinas e ferramentas	5 - 6
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8
Material de transporte	3 a 5
Equipamento de segurança	8
Outro equipamento	5

Para os bens adquiridos a partir de 2015 as taxas aplicadas são as constantes da tabela fixada pelo Boletim Oficial nº 52 de 28 Agosto 2015, nomeadamente:

	Anos de vida útil
Imóveis Serviço próprio	33
Material Transporte	3 e 7
Equipamento Informático	3
Equipamento Segurança	3 e 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em regra, ao longo de um período de 10 anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedades de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de ativos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso, calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no final da vida útil definida, e o justo valor menos custos estimados de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, até ao limite de valor que o ativo teria, caso nunca lhe tivessem sido imputadas perdas de imparidade.

O cálculo das amortizações tem em consideração uma estimativa de valor residual dos equipamentos, nomeadamente no caso das viaturas. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os seus ativos tangíveis.

j) Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com desenvolvimento interno, são registados como gasto quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase ou a probabilidade de fluírem benefícios económicos para a entidade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

k) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas controladas (“filiais/subsidiárias”). Subsidiárias são todas as entidades (incluído as entidades estruturadas) sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividade relevantes da entidade. A rubrica inclui ainda empresas em que o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Banco se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, o Banco faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas/subsidiárias.

Quando a quota-parte das perdas atribuíveis ao Banco é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas filiais e associadas, este reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

Os ganhos e perdas não realizados entre o Banco e as suas filiais e associadas são eliminados na proporção do interesse do Banco nestas entidades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação dê evidência adicional de uma imparidade sobre o ativo transferido.

As políticas contabilísticas das filiais e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as do Banco.

l) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, com base nas regras fiscais em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos ao reconhecimento inicial de goodwil e de diferenças temporárias que não resultem de concentrações de atividades empresariais, e que não tenham sido originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem ao registo de responsabilidades com benefícios dos empregados e à valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

m) Provisões e passivos contingentes

Esta rubrica do passivo engloba as provisões constituídas para fazer face a riscos associados a processos judiciais, com base na avaliação da probabilidade de condenação indicada pelos advogados que acompanham os processos. Assim sendo, uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser mensurado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. As provisões são mensuradas ao valor presente dos custos estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de juro antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Banco divulga tal facto como passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para o pagamento da mesma seja considerada remota. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões relacionadas com processos judiciais, opondo o Banco a entidades terceiras, são constituídas de acordo com as avaliações internas de risco efetuadas pela Gestão, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

O Banco reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que, para o contrato em curso, se determine que o custo de satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

O Banco reconhece uma provisão, sempre que tenha assumido a obrigação de restituir locais arrendados a terceiros, nos quais efetuou obras ou implantou ativos, de acordo com as condições em que estes se encontravam à data do início do contrato de arrendamento. A provisão é calculada com base na estimativa dos custos a suportar com o desmantelamento, e o período em que se estima a sua realização, considerando o prazo de arrendamento negociado.

Os reforços e reversões de provisões relacionados com processos judiciais são registados nas rubricas “Provisões líquidas de reposições e anulações”.

n) Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

o) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados". Os principais benefícios concedidos pelo Banco são relativos aos encargos com saúde.

i) Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em agosto de 2019, na sequência do acordo tripartido assinado entre o Estado, o INPS e o BCA, o Sistema Privativo de Segurança Social do BCA- SPSS foi transferido para o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS por contrapartida dos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMFs, deixando o BCA de ter quaisquer responsabilidades adicionais com o fundo de pensões de reforma e sobrevivência desses trabalhadores.

De acordo com o regime aplicável, o Banco e os empregados contribuem com uma percentagem de 11% e 6%, respetivamente, da massa salarial (excluindo subsídios de férias e de Natal).

O Banco não tinha responsabilidades com os empregados que passaram ao quadro efetivo a partir de julho de 1998, dado que estes se encontram abrangidos pelo regime geral de Segurança Social, nos termos dos contratos de trabalho celebrados.

O Banco assumiu o compromisso de suportar uma parte dos encargos com saúde dos seus funcionários, para os empregados que passaram ao quadro efetivo até junho de 1998. Para este efeito, o Banco e os seus funcionários contribuem mensalmente com montantes correspondentes a 4% e 2%, respetivamente, da massa salarial.

As responsabilidades definidas com base na avaliação atuarial dos encargos estimados com as despesas de saúde são registadas na rubrica "Provisões para encargos com benefícios a empregados – assistência médica" (Nota 16).

ii) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O Banco não regista qualquer provisão para subsídio de férias dos seus empregados, dado o direito a estes benefícios ser adquirido no ano em que são usufruídos/recebidos pelos empregados.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando o Banco cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. O Banco reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual o Banco deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual o Banco reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

p) Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período, sendo as restantes reconhecidas em rendimentos no momento do seu recebimento.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como rendimento ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

q) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

r) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito", correspondendo a instrumentos financeiros imediatamente mobilizáveis, ou com maturidades iguais ou inferior a 3 meses, e com risco de variação de justo valor reduzido.

s) Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

No caso de aumento de capital, o prémio de emissão corresponde à diferença entre o valor de subscrição e o valor nominal.

As prestações suplementares de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento nas rubricas de capital próprio.

t) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

u) Segmentos Operacionais

O Banco prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte são os seguintes:

-Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

-Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

-Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

-Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

-Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

-Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

v) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Banco incluem as abaixo apresentadas.

a) Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e outros valores a receber

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. e). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação. A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia implicar o reconhecimento de perdas de imparidade, que não as que se encontram atualmente contabilizadas.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia, apresentada, na Nota 16 permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS9.

b) Valorização de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Conforme descrito na Nota 2.2. c) i) b), as menos-valias resultantes da valorização destes ativos são reconhecidas por contrapartida das “Reservas de reavaliação”. Sempre que

exista evidência objetiva de valorização, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas nas Reservas de reavaliação devem ser desreconhecidas.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de valorização pode revestir-se de alguma subjetividade. O Banco determina a existência ou não de desvalorização nestes ativos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IFRS9 (ver Nota 2.2. e).

De acordo com a IFRS 9, o Banco valoriza ao justo valor alguns instrumentos registados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.2. c), em conformidade com a IFRS 13 – justo Valor. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço (ver Nota 5).

c) Valorizações de imóveis

A valorização dos imóveis registados na rubrica de Outros Ativos – Bens Arrematados considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Banco para a sua comercialização. Os pressupostos acerca de acontecimentos futuros poderão não ocorrer ou, mesmo que ocorram, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

d) Benefícios dos empregados – Plano de saúde

Conforme referido na Nota 2.2. o), as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis (ver Nota 29).

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correto enquadramento das suas operações o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É

entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Os impostos diferidos ativos são desreconhecidos na medida em que se prevê a existência de resultados tributáveis futuros. Tantos os impostos diferidos ativos como os impostos diferidos passivos são calculados com base na legislação fiscal Cabo-Verdiana – alterações na interpretação que a Gestão realiza sobre esta legislação podem influenciar os impostos diferidos reconhecidos nas contas do Banco.

w) Resultados por ação – básico e diluídos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

y) Locações

A IFRS 16 – “Locações” estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, mensuração, à apresentação e à divulgação dos contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

Locador

As locações continuam a ser classificadas locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente.

Locatário

A norma define um único molde de contabilização de contratos de locação, que emerge no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo de locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, sendo que nesse caso, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas.

Na data de entrada em vigor de um contrato de locação, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo seu custo. O custo do ativo inclui: i) o montante de mensuração inicial do passivo de locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados na data da entrada em vigor ou antes desta, deduzidos os incentivos à locação recebidos e, iii) uma estimativa dos custos a serem suportados pelo locatário com o desmantelamento e a remoção do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário mensura o ativo sob direito de uso pelo custo: i) depois de deduzidas as depreciações e as perdas por imparidade acumuladas; e ii) depois de ajustado em função de uma eventual remensuração do passivo de locação.

A depreciação dos ativos sob direito de uso é efetuada de acordo com os requisitos previstos na IAS 16 – "Ativos Tangíveis". Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente para o locatário no fim do prazo da locação, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o locatário ir exercer uma opção de compra, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. Caso contrário, o locatário deve depreciar o ativo sob direito de uso desde a data de entrada em vigor até à data de termo da vida útil do ativo sob direito de uso, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja inferior.

À data de entrada em vigor, o locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. Os pagamentos de locação devem ser descontados à taxa de juro implícita na locação, se essa taxa puder ser facilmente determinada. Se a taxa não puder ser facilmente determinada, o locatário deve utilizar a taxa incremental de financiamento do locatário.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem os seguintes pagamentos pelo direito de usar o ativo subjacente durante o prazo de locação que não tenham sido efetuados nessa data: i) os pagamentos fixos (incluindo os pagamentos fixos em substância descritos no parágrafo B42) da IFRS 16, deduzidos os incentivos à locação a receber; ii) os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor; ii) as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual; iii) o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e iv) os pagamentos de sanções por rescisão e locação quando aplicável.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo da locação: i) aumentando a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados; e iii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa		
. Moeda nacional	537.835	532.757
. Moeda estrangeira	667.612	717.288
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde		
. Moeda nacional	2.674.174	2.909.888
	3.879.621	4.159.933

A rubrica Caixa – Moeda estrangeira, foi alvo de uma redução relevante, em cerca de 280.312cts, justificado maioritariamente pelo stock de CVE no BCV, que, relativamente ao ano anterior, diminuiu cerca de 236 mil contos. O stock de Euro aumentou cerca de 51 mil contos e o stock de Dólar diminuiu cerca de 104 mil contos.

Os depósitos à ordem constituídos no Banco de Cabo Verde visam satisfazer as exigências de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com as disposições do Banco de Cabo Verde, estas disponibilidades correspondem a 10% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes, emigrantes e não residentes. A partir de 2014, foi fixada uma percentagem mínima diária de 20% do montante de reservas mínimas que as instituições financeiras devem manter nas contas de depósito à ordem.

Nos exercícios de 2022 e 2021, estes depósitos não foram remunerados. A partir de 01 de janeiro de 2018 estas disponibilidades passaram a corresponder a 13% da média das responsabilidades efetivas em moeda nacional e estrangeira, para com residentes e emigrantes. Devido a pandemia da Covid19, umas das medidas do BCV recaiu sobre a alteração da taxa para 10% a partir de abril de 2020.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos à ordem		
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	401.780	262.558
. Unicredito Italiano SpA	19.865	-
. Outras	288.937	320.564
	710.582	583.122
Cheques a cobrar:		
Sobre o país	144.886	60.981
Sobre o estrangeiro	26.019	26.078
	170.905	87.059
	881.487	670.181

Nos exercícios de 2022 e 2021, estes depósitos não foram remunerados.

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do mês seguinte.

Em termos de rating do país, considerando as classificações da agência Fitch os correspondentes encontram-se classificadas como Investimento (Credit Rating de AAA até BBB).

De notar que a CGD, onde constata-se maior exposição, foi recentemente (março 2022) classificada como Investimento, afirmado na melhoria da qualidade de ativos mesmo durante o período pandémico, a resiliência da rendibilidade assente na liderança de mercado e fortes níveis de eficiência e os melhores rácios de capital.

5. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Instrumentos de capital	104.123	116.561
	104.123	116.561

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros classificados na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

			2022			2021		
Título	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)	Reserva de Justo Valor (Nota 19)	Valor de balanço (Líquido)	Reserva por Imposto Diferido (Nota 19)
Instrumentos de capital valorizados ao justo valor								
Visa International Service Association	0,01%	1.313	35.167	38.670	-	37.073	38.057	-
A Promotora, Sociedade Capital de Risco CV, S.A.R.L.	11,11%	50.000		40.100	-		50.000	-
Sociedade Cabo Verdiana de Tabacos, S.A.	0,65%	10.134	6.602	16.736	-	6.602	16.736	-
Fundo G.A.R.I.	2,97%	4.203		4.203	-		4.203	-
SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	0,28%	1.750	2.665	4.415	-	5.816	7.566	-
		67.399	44.434	104.123	-	49.491	116.561	-

A reavaliação anual de ações, nomeadamente SCT- Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, VISA, Fundo Gari e SITA, foram enquadradas na norma sobre Politica de Avaliação de Posições Próprias em Títulos e Derivados reconhecidos ao Justo Valor, onde se incluiu a reavaliação das participações com base nas informações observáveis no mercado.

Relativamente a “A Promotora”, que se encontra em fase de liquidação, o Valor de Balanço líquido reduziu, 9.900cts, comparativamente a 2021, devido ao reembolso parcial do capital investido pelo BCA na constituição da “A Promotora”.

No caso em específico da SCT – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, em função de alguns argumentos, nomeadamente a expetativa de prorrogação por mais 5 anos do regime de monopólio, ainda que o mesmo tenha terminado a empresa continua a operar em iguais condições, o desafio ao justo valor da participada resultou numa valorização, com aumento do preço por ação.

A informação referente aos dividendos obtidos com os instrumentos financeiros que se encontram valorizados de acordo com o justo valor através de outro rendimento integral encontra-se na “Nota 22”.

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Aplicações de crédito no país:		
. No Banco de Cabo Verde:		
- Títulos de intervenção monetária	3.450.000	2.652.000
- Aplicações a muito curto prazo	21.000.000	22.500.000
	24.450.000	25.152.000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
. Aplicações a muito curto prazo		
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.	3.241.630	-
. Depósitos a prazo		
- Caixa Geral de Depósitos	1.102.650	487.770
. Contas caução		
- Outras instituições de crédito no exterior	23.471	47.228
	4.367.751	534.998
Juros a receber	1.642	36
Proveitos diferidos	(2.504)	(1.389)
	28.816.889	25.685.645

Esta rubrica incluí uma caução junto da VISA, sendo de mCve 23.471 em 2022 e mCve 47.228 em 2021.

Registou-se evolução positiva das transações comerciais em Moeda Estrangeira apresentando maiores disponibilidades nos Correspondentes. De frisar que as aplicações em Instituições de Crédito no Estrangeiro, realizadas na CGD, representam as aplicações efetuadas e que estiveram em carteira, sendo que em Dezembro constaram aplicações que totalizaram um montante de 10,0MUSD, registando um aumento face ao período homólogo de dezembro de 2021 (5MUSD) e 30,0MEUR.

7. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Crédito interno a curto prazo:		
. Créditos em conta corrente	964.761	937.511
. Descobertos em depósitos à ordem	53.070	70.921
. Cartões de crédito	166.294	123.364
Crédito interno a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	31.788.009	31.051.962
Crédito externo a curto prazo:		
. Créditos em conta corrente	700	
. Descobertos em depósitos à ordem	249	368
. Cartões de crédito	6.746	3.145
Crédito externo a médio e longo prazo:		
. Empréstimos	227.533	220.929
Outros créditos e valores a receber (titulados)	3.762.733	3.471.369
Crédito ao pessoal	1.545.335	1.537.750
	38.515.429	37.417.320
Juros a receber	107.403	185.101
Comissões e outros proveitos diferidos	(260.176)	(247.897)
Custos diferidos	1.043	1.270
Crédito e juros vencidos	3.014.565	3.159.230
	41.378.263	40.515.022
Imparidade de crédito a clientes (Nota 16)	(2.614.104)	(2.841.404)
	38.764.159	37.673.618
Títulos da Dívida Pública		
Valor Nominal	15.609.330	15.452.568
Juros a receber	162.932	166.280
	15.772.262	15.618.848
	54.536.421	53.292.467

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outros créditos e valores a receber (titulados) ” reflete o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de “Empréstimos e contas a receber” (Nota 2.2. c) i) a)). Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

Título	2022	2021	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	1.458.220	1.458.220	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche E	982.727	982.727	14/06/2025
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche F	287.078	318.976	27/07/2026
Câmara Municipal da Praia	171.386	192.809	23/07/2030
ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A.	149.253	149.253	25/08/2027
Câmara Municipal do Sal	34.935	46.580	15/07/2025
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	66.569	66.569	18/02/2017
Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	41.781	41.781	31/07/2024
IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. - Tranche G	77.315	94.253	06/01/2023
ANMCV - Associação Nacional Municipio Cabo Verde	182.841	228.551	12/11/2026
CORREIOS CABO VERDE	105.000	-	03/03/2031
MORABI-Cooperativa Poupança Crédito	100.000	-	15/03/2032
A.C.E.PRRA_O	213.978	-	24/03/2027
	3.871.083	3.579.719	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L., IFH – Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde.

Os empréstimos aos colaboradores em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são remunerados a taxas de juro reduzidas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as obrigações com aval do Estado de Cabo Verde ascendem a mCve. e 2.905.341e 2.854.176, respetivamente. O crédito vivo com Aval do Estado ascende em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a mCVe 1.032.855 e 1.087.431 e os com carta conforto do Estado ascende a mCve 1.338.068 e 72.198 respetivamente.

A análise dos prazos residuais encontra-se na Nota 34 (divulgações relativas a instrumentos financeiros).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o crédito bruto concedido a clientes, incluindo crédito e juros vencidos e excluindo “Outros créditos e valores a receber – titulados”, dívida Pública, juros corridos, comissão e custos diferidos, apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Escudos de Cabo Verde – mCve.)

	31.12.2022								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	116.190.045	28.828.292	145.018.337	116.190.045	28.828.292	145.018.337
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	1.023.317.974	161.175.571	1.184.493.545	1.023.317.974	161.175.571	1.184.493.545
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-			-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	16.958.981	500	16.959.481	16.958.981	500	16.959.481
Construção			-	952.770.690	178.111.349	1.130.882.039	952.770.690	178.111.349	1.130.882.039
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	2.515.248.417	733.461.526	3.248.709.943	2.515.248.417	733.461.526	3.248.709.943
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1.816.233.696	179.680.961	1.995.914.657	1.816.233.696	179.680.961	1.995.914.657
Transportes, armazenagem e comunicações	70.537		70.537	668.173.304	4.678.646	672.851.950	668.243.841	4.678.646	672.922.488
Actividades de informação e de comunicação	180.197.492		180.197.492	550.594.722	1.800.298	552.395.020	730.792.215	1.800.298	732.592.513
Actividades financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	271.812.715	570.030.102	841.842.816	271.812.715	570.030.102	841.842.816
Actividades imobiliárias			-	271.812.715	570.030.102	841.842.816	271.812.715	570.030.102	841.842.816
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	1.303.919		1.303.919	63.110.795	63.540.693	126.651.489	64.414.714	63.540.693	127.955.407
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-	-	-	-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.937.270.124	221.101	2.937.491.225	-	-	-	2.937.270.124	221.101	2.937.491.225
Educação			-	36.426.392	1.621.102	38.047.494	36.426.392	1.621.102	38.047.494
Saúde e segurança social			-	473.215.428	7.841.427	481.056.855	473.215.428	7.841.427	481.056.855
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	2.261.391	2.140	2.263.531	824.821.608	110.356.677	935.178.285	827.082.999	110.358.817	937.441.815
Famílias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	3.121.103.463	223.241	3.121.326.704	9.328.874.768	2.041.127.143	11.370.001.912	12.449.978.232	2.041.350.384	14.491.328.616
Particulares									
Habitação			-	16.416.476.095	693.165.673	17.109.641.767	16.416.476.095	693.165.673	17.109.641.767
Outros fins			-	5.886.241.851	171.698.786	6.057.940.637	5.886.241.851	171.698.786	6.057.940.637
	-	-	-	22.302.717.946	864.864.458	23.167.582.404	22.302.717.946	864.864.458	23.167.582.404
	3.121.103.463	223.241	3.121.326.704	31.631.592.714	2.905.991.602	34.537.584.316	34.752.696.177	2.906.214.843	37.658.911.020

	31.12.2021								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura			-	134.632.358	3.537.931	138.170.289	134.632.358	3.537.931	138.170.289
Pesca			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas			-			-	-	-	-
Extracção de produtos energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras			-	928.294.812	52.095.270	980.390.082	928.294.812	52.095.270	980.390.082
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco			-			-	-	-	-
Indústria têxtil			-			-	-	-	-
Indústria do couro e de produtos de couro			-			-	-	-	-
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras			-			-	-	-	-
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão			-			-	-	-	-
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. quim. e de fibras sintéticas ou artificiais			-			-	-	-	-
Fabrico de prod. farmacêut. de base e de preparações farmacêuticas			-			-	-	-	-
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas			-			-	-	-	-
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos			-			-	-	-	-
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos			-			-	-	-	-
Fabrico de máquinas e de equipamentos			-			-	-	-	-
Fabrico de mobiliário e de colchões			-			-	-	-	-
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica			-			-	-	-	-
Fabrico de material de transporte			-			-	-	-	-
Indústrias transformadoras não especificadas			-			-	-	-	-
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás			-	10.286.327	500	10.286.827	10.286.327	500	10.286.827
Construção	58.474.101		58.474.101	776.111.577	251.404.673	1.027.516.249	834.585.678	251.404.673	1.085.990.350
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.			-	2.024.771.544	882.364.173	2.907.135.717	2.024.771.544	882.364.173	2.907.135.717
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)			-	1.701.137.040	177.880.829	1.879.017.868	1.701.137.040	177.880.829	1.879.017.868
Transportes, armazenagem e comunicações	623.150.098		623.150.098	750.942.426	4.785.309	755.727.735	1.374.092.524	4.785.309	1.378.877.833
Actividades de informação e de comunicação			-	674.015.967	1.791.067	675.807.035	674.015.967	1.791.067	675.807.035
Actividades financeiras			-			-	-	-	-
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões			-			-	-	-	-
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social			-			-	-	-	-
Actividades auxiliares de intermediação financeira			-			-	-	-	-
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas			-	168.810.624	559.367.162	728.177.786	168.810.624	559.367.162	728.177.786
Actividades imobiliárias			-	168.810.624	559.367.162	728.177.786	168.810.624	559.367.162	728.177.786
Outras actividades			-			-	-	-	-
Actividades de consultadoria, científica, técnicas e similares	1.966.131		1.966.131	56.874.694	63.542.057	120.416.751	58.840.826	63.542.057	122.382.882
Actividades administrativas e dos serviços de apoio			-			-	-	-	-
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	2.813.439.295	369.723	2.813.809.018			-	2.813.439.295	369.723	2.813.809.018
Educação			-	38.623.644	25.344	38.648.988	38.623.644	25.344	38.648.988
Saúde e segurança social			-	438.877.178	2.896.094	441.773.272	438.877.178	2.896.094	441.773.272
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	468.776.335	2.140	468.778.475	890.484.899	102.800.740	993.285.638	1.359.261.233	102.802.880	1.462.064.113
Familias com empregados domésticos			-			-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais			-			-	-	-	-
	3.965.805.960	371.863	3.966.177.823	8.593.863.091	2.102.491.146	10.696.354.238	12.559.669.051	2.102.863.009	14.662.532.060
Particulares									
Habitação			-	15.677.577.803	804.402.212	16.481.980.015	15.677.577.803	804.402.212	16.481.980.015
Outros fins			-	5.708.703.414	143.615.215	5.852.318.628	5.708.703.414	143.615.215	5.852.318.628
	-	-	-	21.386.281.216	948.017.426	22.334.298.643	21.386.281.216	948.017.426	22.334.298.643
	3.965.805.960	371.863	3.966.177.823	29.980.144.308	3.050.508.573	33.030.652.881	33.945.950.268	3.050.880.436	36.996.830.703

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as imparidades de crédito tem a seguinte composição:

	31.12.2022				31.12.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Administrações Públicas	253.671	-	0	253.671	224.452	48.004	0	272.455
Empresas Não Financeiras	100.572	345.729	1.301.058	1.747.359	31.792	290.201	1.586.425	1.908.418
Familias	51.315	115.123	446.636	613.074	46.842	129.412	484.276	660.530
	405.559	460.852	1.747.693	2.614.104	303.085	467.617	2.070.702	2.841.403

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as tabelas seguintes consideram como exposição total o crédito concedido, com exceção de crédito titulado (nomeadamente crédito e juros vivos e vencidos e comissões e outros valores diferidos):

		Dias de atraso <90									
Segmento	Esposição Total 31.12.2022	Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito	Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2022	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
Construção e CRE	2.796.231.943	1.778.903.596	106.896.618	1.885.800.215	87.236.523	910.431.728	691.646.586	3.518.898	15.996.615		631.880.022
Consumo e outros part.	6.005.321.970	5.777.918.738	93.912.080	5.871.830.819	54.566.773	133.491.151	140.697.273	8.999.127	2.998.179	49	58.823.959
Empresas (exc. Const e CRE)	11.670.751.369	10.468.473.826	179.181.235	10.647.655.061	135.312.965	1.023.096.308	936.239.738	14.853.262	25.559.695		461.399.416
Habitação	17.006.553.659	16.064.251.020	289.780.768	16.354.031.788	196.796.579	652.521.871	472.376.428	11.233.644	4.415.881		301.305.456
Total	**37.478.858.941**	**34.089.547.181**	**669.770.701**	**34.759.317.882**	**473.912.840**	**2.719.541.059**	**2.240.960.025**	**38.604.932**	**48.970.370**	**49**	**1.453.408.854**

		Dias de atraso <90									
Segmento	Esposição Total 31.12.2021	Baixo risco de crédito	Aumento Significativo risco de crédito	Sub-total	Dias de atraso <=90*	Dias de atraso >90 dias	Imparidade Total 31.12.2021	Dias de atraso<30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <= 90*	Dias de atraso > 90 dias
Construção e CRE	2.609.105.442	1.563.097.784	152.153.339	1.715.251.123	152.153.339	893.854.319	743.596.975	39.298.902			667.646.498
Consumo e outros part.	6.541.364.175	6.317.553.084	95.385.625	6.412.938.709	74.386.100	128.425.465	147.328.936	14.287.133	1.322.460		57.569.650
Empresas (exc. Const e CRE)	12.093.911.125	10.796.170.687	106.037.591	10.902.208.278	94.885.457	1.191.702.847	958.545.429	6.664.894	950.508	13.422	568.006.791
Habitação	15.665.947.690	14.725.110.513	204.536.486	14.929.646.999	167.276.697	736.300.691	513.201.163	11.837.473	4.751.493		347.104.800
Total	**36.910.328.431**	**33.401.932.068**	**558.113.041**	**33.960.045.109**	**488.701.593**	**2.950.283.322**	**2.362.672.502**	**72.088.402**	**7.024.461**	**13.422**	**1.640.327.739**

Ano de produção	Empresas (exc. Const e CRE)			Construção e CRE			Habitação			Consumo e outros part.		
	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida	Número de operações	Montante	Imparidade Constituida
2009 e anteriores	71	450.464.477	124.310.995	29	641.894.835	305.503.664	1506	3.037.338.293	177.456.200	1900	129.613.828	23.207.389
2010	16	133.518.149	60.969.654	7	42.087.700	8.710.114	287	884.091.279	33.955.004	112	31.313.231	12.336.637
2011	28	425.263.693	43.641.047	3	14.488.977	4.680.910	306	1.122.385.318	73.226.131	165	18.952.750	1.697.203
2012	25	313.311.172	31.645.428	5	31.058.545	1.560.909	220	839.673.788	55.895.379	159	33.915.057	5.837.776
2013	31	241.725.290	55.485.922	6	38.885.016	33.612.487	155	563.232.550	22.138.233	194	23.585.896	1.490.596
2014	21	79.114.415	2.725.904	8	93.437.566	28.328.678	149	552.735.289	18.234.609	184	33.359.578	6.640.628
2015	52	512.814.827	25.577.726	6	240.879.301	155.295.150	123	491.273.745	7.434.961	285	41.454.447	1.126.373
2016	62	964.018.329	173.884.181	14	69.511.110	6.705.507	154	545.213.051	6.404.828	459	102.688.477	3.685.131
2017	82	698.634.451	19.166.021	13	53.477.794	6.904.478	162	706.463.186	22.330.328	683	109.682.943	6.068.766
2018	131	1.300.989.223	108.237.587	21	209.546.566	86.658.138	338	1.357.240.453	10.709.466	1415	268.599.728	8.098.583
2019	233	1.515.534.694	44.072.509	30	83.093.412	2.686.393	287	1.171.953.968	12.721.774	1989	610.643.193	25.662.987
2020	396	1.518.395.673	157.660.388	68	332.992.991	16.888.390	311	1.533.635.606	7.903.496	2046	858.084.230	10.210.291
2021	288	1.500.483.703	35.582.357	43	200.710.295	27.833.951	416	2.233.007.420	6.172.890	2931	1.506.041.248	14.447.753
2022	432	2.016.483.273	53.280.021	72	744.167.836	6.277.817	407	1.968.309.714	17.793.130	5155	2.237.387.363	20.187.159
Total	**1.868**	**11.670.751.369**	**936.239.738**	**325**	**2.796.231.943**	**691.646.586**	**4.821**	**17.006.553.659**	**472.376.428**	**17.677**	**6.005.321.970**	**140.697.273**

31.12.2022	Empresas (exc. Const e CRE)		Construção e CRE		Habitação		Consumo e outros part.		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação										
Colectiva	10.688.523.846	517.253.234	1.904.070.403	79.282.997	16.916.849.103	424.109.953	5.977.622.638	128.980.786	35.487.065.990	1.149.626.970
Individual	982.227.523	418.986.504	892.161.541	612.363.588	89.704.556	48.266.475	27.699.331	11.716.487	1.991.792.950	1.091.333.054
Total	11.670.751.369	936.239.738	2.796.231.943	691.646.586	17.006.553.659	472.376.428	6.005.321.970	140.697.273	37.478.858.941	2.240.960.025

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente. por segmento e setor {continuação}

Sector

31.12.2022	G-Comércio por grosso e a retalho		F-Construção		R-Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas		I-Atividades de alojamento e restauração		Q-Serviços de saúde humana e atividades de ação social		C-Indústrias transformadoras		P-Educação	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Colectiva	2.537.125.046	60.561.864	945.167.082	41.822.667	82.832.349	2.663.213	1.776.359.828	282.675.569	479.104.709	6.752.045	1.215.889.925	13.199.249	65.264.002	3.540.331
Individual	754.752.848	282.990.832	135.865.143	83.051.222			171.443.050	82.790.692			136.226.239	77.369.592		
Total	3.291.877.894	343.552.696	1.081.032.225	124.873.889	82.832.349	2.663.213	1.947.802.878	365.466.261	479.104.709	6.752.045	1.352.116.164	90.568.841	65.264.002	3.540.331

H-Transportes e armazenagem		A-Agricultura, silvicultura e pesca		J-Informação e comunicação		E-Abastecimento de água		L-Atividades imobiliárias		O-Administração pública e defesa, segurança social obrigatória		S-Outros serviços	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
670.475.068	32.512.667	159.019.765	24.660.972	741.586.179	10.689.067	16.810.556	36.923	283.288.183	20.172.301	2.935.092.427	54.960.104	134.693.262	2.964.608
								556.898.940	408.631.566				
670.475.068	32.512.667	159.019.765	24.660.972	741.586.179	10.689.067	16.810.556	36.923	840.187.123	428.803.867	2.935.092.427	54.960.104	134.693.262	2.964.608

B - Industrias Extractivas		D - Eletrecidade, Gas, Vapor, Água quente e fria e ar frio		K - Atividades financeiras e de seguros		M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares		N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio		Total Não Particular	
Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
19.415.334	15.445	2.022.840	179	1.459.223	5.329	106.854.882	12.194.258	420.133.589	27.109.439	12.592.594.249	596.536.231
						44.931.186	38.944.710	74.271.656	57.571.479	1.874.389.063	1.031.350.093
19.415.334	15.445	2.022.840	179	1.459.223	5.329	151.786.069	51.138.967	494.405.245	84.680.918	14.466.983.312	1.627.886.324

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2022											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédito			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoes	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	5	19.058.971	96.357	11	28.107.353	1.777.520	20	46.874.620	8.553.444	36	94.040.943	10.427.321
Periodo de carência				1	13.801.450	2.083.718				1	13.801.450	2.083.718
Redução da taxa de juro	2	5.743.468	8.682	12	35.493.187	1.461.613	21	244.056.878	101.519.360	35	285.293.534	102.989.655
Outros	2	7.477.236	20.690	16	86.176.197	4.691.731	56	1.212.537.892	616.973.237	74	1.306.191.325	621.685.658
Total	**9**	**32.279.675**	**125.729**	**40**	**163.578.186**	**10.014.583**	**97**	**1.503.469.390**	**727.046.041**	**146**	**1.699.327.251**	**737.186.352**

Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada

	31.12.2021											
	Exposição com baixo risco de crédito			Exposição com aumento significativo de risco de crédi			Exposições em situação de imparidade			Total		
Medida	Número de operaçoe	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade	Numero de Operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	6	9.496.868	8.854	8	19.426.600	643.005	31	217.354.038	126.191.315	45	246.277.505	126.843.173
Periodo de carência									0	0	0	0
Redução da taxa de juro	1	5.552.647	8.440	2	3.439.385	113.490	15	86.889.566	21.391.040	18	95.881.598	21.512.969
Outros	8	13.684.421	37.077	7	17.811.527	360.895	54	1.183.312.294	576.666.749	69	1.214.808.242	577.064.721
Total	**15**	**28.733.936**	**54.370**	**17**	**40.677.512**	**1.117.390**	**100**	**1.487.555.897**	**724.249.103**	**132**	**1.556.967.345**	**725.420.863**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.2022
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		1.556.967.345
Créditos reestruturados no periodo		398.568.879
Juros corridos da carteira reestruturada		1.156.903
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	205.774.445
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	51.688.304
Outros		96.872
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		**1.699.327.251**

Movimentos de entradas e saidas na carteira de crédito reestruturado

		31.12.2021
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		1.705.311.235
Créditos reestruturados no periodo		114.105.795
Juros corridos da carteira reestruturada		309.916
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-	153.912.816
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	-	109.113.918
Outros		267.133
Saldo Final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)		**1.556.967.345**

31.12.2022	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
	Empresas (exc. Const e CRE)				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	2	874.567	73	122.792.048			12	10.346.077	9	1.154.939		
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	11	5.530.287	35	49.449.558	3	1.878.282	11	13.869.408	28	8.300.496	2	729.654
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	189	251.962.254	263	423.702.673	31	47.122.876	30	66.356.747	2210	4.121.962.912	12	21.896.078
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	144	433.144.861	36	103.351.524	21	69.447.820	8	26.510.084	1815	7.503.810.297	11	45.165.832
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	155	814.914.601	20	150.060.468	36	237.422.063	5	27.700.692	608	4.262.563.457	9	48.159.679
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	105	965.933.039	22	366.344.381	44	535.422.739	2	34.476.851	83	872.873.692		
>= 50 MCVE	75	3.504.043.221	28	1.421.494.711	24	1.286.648.500	2	74.444.932	1	36.425.253		
Total	681	5.976.402.830	477	2.637.195.363	159	2.177.942.280	70	253.704.792	4.754	16.807.091.046	34	115.951.243

31.12.2021	Empresas não-financeiras								Para aquisição habitação			
	Empresas (exc. Const e CRE)				**Construção e CRE**				**Habitação**			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	3	1.400.181	66	58.384.133			10	10.525.839	13	1.541.200	1	4.937.500
>= 0,5 MCVE e < 1 MCVE	11	9.114.394	41	50.708.191	3	822.466	12	12.125.902	37	10.825.266	3	1.245.530
>= 1 MCVE e < 5 MCVE	175	256.152.964	240	406.052.087	32	60.382.224	31	73.152.200	2277	4.134.821.543	33	69.031.127
>= 5 MCVE e < 10 MCVE	140	436.795.710	40	125.358.988	18	53.682.186	12	31.299.642	1582	6.546.800.137	61	269.463.507
>= 10 MCVE e < 20 MCVE	143	760.848.956	26	188.587.991	31	186.477.992	10	54.010.886	504	3.621.907.188	37	245.928.762
>= 20 MCVE e < 50 MCVE	79	797.961.351	34	536.599.133	36	512.454.101	3	50.606.478	52	579.344.768	10	131.956.443
>= 50 MCVE	69	3.178.750.219	28	1.643.669.921	19	1.183.509.291	3	144.190.456				
Total	620	5.441.023.775	475	3.009.360.443	139	1.997.328.259	81	375.911.403	4.465	14.895.240.102	145	722.562.869

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e Habitação

Empresas não-financeiras

		31.12.2022				
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		2.843.133.458	178.345.190	35.674.529	105.235.915
1	>= 150%	408	3.137.043.063	1.367.822.517	851.911.094	552.566.005
2	<= 150% e > 125%	41	669.348.321	125.278.546	131.971.959	87.005.546
3	<= 125% e > 100%	18	1.014.327.665	404.036.214	123.980.263	159.614.093
4	< 100%	19	639.117.616	133.889.508	14.871.428	31.818.180
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		303.596.707	15.122.488	45.865.677	15.844.207
1	>= 150%	91	866.424.234	117.559.300	696.795.313	472.802.887
2	<= 150% e > 125%	13	140.108.760		201.593.281	148.049.780
3	<= 125% e > 100%	6	135.068.401	49.840.993	46.038.624	54.541.185
4	< 100%	6	169.271.790	2.323.345	6.623.029	408.526
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		64.910.238	6.537.941	12.063.191	11.460.414
1	>= 150%	2420	6.064.941.905	278.237.853	178.904.899	58.265.362
2	<= 150% e > 125%	1168	5.359.640.418	140.826.787	203.494.402	106.227.343
3	<= 125% e > 100%	744	3.629.711.295	363.333.808	354.677.864	234.313.556
4	< 100%	29	172.207.620	76.976.387	100.089.050	62.109.753

Rácio de Cobertura pela garantia de operações dos segmentos de Empresas (exc. Const e CRE), construção, cre e OAR e H

Empresas não-financeiras

		31.12.2021				
	Segmento / Rácio	Número de imóveis	Exposições com baixo risco de crédito	Exposições com aumento significativo do risco de crédito	exposições em situação de imparidade	imparidade
	Empresas (exc. Const e CRE)					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		2.649.397.031	966.401.986	27.727.890	125.055.636
1	>= 150%	481	2.461.411.907	1.336.414.308	848.083.664	460.554.547
2	<= 150% e > 125%	70	1.033.707.314	169.300.342	221.217.945	159.949.653
3	<= 125% e > 100%	41	883.398.822	396.193.110	129.397.147	158.971.288
4	< 100%	28	746.383.975	165.704.190	59.171.494	54.014.305
	Construção e CRE					
Sem colateral associado	Sem colateral associado		210.811.503	14.578.898	10.475.379	12.761.846
1	>= 150%	109	656.043.466	96.077.304	733.179.872	481.965.064
2	<= 150% e > 125%	15	148.507.214	25.622.441	256.315.596	205.480.944
3	<= 125% e > 100%	9	97.464.811	56.889.405	46.036.811	42.903.160
4	< 100%	6	255.450.274	1.652.468		485.961
	Habitação					
Sem colateral associado	Sem colateral associado	0	41.593.596		6.551.123	6.671.399
1	>= 150%	2404	5.184.656.622	267.253.729	168.778.375	52.400.621
2	<= 150% e > 125%	1058	4.572.158.637	198.674.357	193.928.918	99.344.317
3	<= 125% e > 100%	952	3.866.308.305	391.391.817	434.364.985	279.259.373
4	< 100%	51	134.545.547	105.787.692	99.953.987	75.525.453

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica é composta por terrenos detidos pelo Banco, reclassificados de "Outros ativos tangíveis" na transição para as NIRF.

9. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022							
	Saldo em 31.12.2021							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2022
móveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-					(21.379)	53.655
Edifícios	2.334.159	(916.728)		3.369		(40.277)	(203.233)	1.177.290
Obras em imóveis arrendados	429.618	(365.067)	1.654	(16.080)		(7.362)		42.762
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	259.211	(238.036)	5.328	4.152		(8.407)		22.248
Máquinas e ferramentas	34.658	(29.237)	3.140	-		(2.079)	(6)	6.476
Equipamento informático	288.527	(248.171)	24.513	8.005		(25.892)	(119)	46.863
Instalações interiores	147.517	(127.550)	13.901	16.443		(5.391)	(689)	44.231
Material de transporte	192.184	(99.620)	19.956	10.000		(27.924)	(6.220)	88.375
Equipamento de segurança	179.129	(159.327)	7.451	26.387		(18.696)	(118)	34.825
Património Artístico					10.838			10.838
Outro equipamento	173.049	(146.011)	34.528			(9.134)		52.432
Ativos em Locação Operacional	96.818	(35.301)	18.182			(22.094)	(4.415)	53.190
Activos tangíveis em curso	56.211		88.753	(52.275)				92.689
	4.266.113	(2.365.047)	217.406	0	10.838	(167.257)	(236.180)	1.725.873

	2021							
	Saldo em 31.12.2020							
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Adições	Transfe--rências	Reclassi--ficações	Amortiza-ções do exercício	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2021
Imóveis de serviço próprio								
Terrenos	75.034	-					-	75.034
Edifícios	2.330.674	(872.179)	3.485			(44.549)	-	1.417.431
Obras em imóveis arrendados	379.295	(357.765)	49.477	845		(7.302)	-	64.550
Equipamento								
Mobiliário e material de escritório	266.258	(240.018)	4.011	161		(9.061)	(176)	21.175
Máquinas e ferramentas	35.334	(31.373)	3.904	-		(2.396)	(48)	5.421
Equipamento informático	247.837	(233.790)	26.220	19.894		(19.804)	-	40.357
Instalações interiores	144.647	(133.421)	10.625	787	(17)	(2.560)	(94)	19.967
Material de transporte	225.437	(124.448)	25.790	-		(26.068)	(8.147)	92.563
Equipamento de segurança	186.510	(162.390)	4.509	3.633		(12.450)	(11)	19.802
Outro equipamento	170.942	(142.133)	5.843	2.318		(9.927)	(4)	27.038
Ativos em Locação Operacional	67.931	(21.638)	29.129		(103)	(21.788)	7.987	61.517
Activos tangíveis em curso	14.712		69.137	(27.638)				56.211
	4.144.610	(2.319.156)	232.129	-	(120)	(155.904)	(493)	1.901.066

Os mapas acima demonstram os movimentos nos ativos Tangíveis ao longo de 2022 e 2021. A reconciliação entre estes mapas e a Demostração de Resultados deverá ser feito somando a coluna de "Amortizações" deste mapa com a coluna de "Amortizações" do mapa dos Ativos Intangíveis (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos tangíveis em curso referem-se à aquisição de equipamento informático e Mobiliário (84.391cts) e Obras em curso referente ao Edifício Farmácia, Data Center DAL e Novas instalações na Várzea (8.298cts) que ainda não tinha entrado em funcionamento no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos tangíveis em curso referem-se à aquisição de equipamento informático (46.211cts) e aquisição de 4 viaturas (10.000cts) que ainda

não tinha entrado em funcionamento no final do exercício

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Banco tem registada imparidade para imóveis de serviço próprio no montante de mCve. 37.671 (Nota 16).

Os equipamentos em locação operacional são direitos de uso de acordo com o IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos ativos por direito de uso, o valor dos passivos de locação e a taxa de desconto aplicada apresentam a seguinte composição:

		2022						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1.647	1.167	480	1.647	1.137	510	0,72%
Contrato 2	5 anos	5.169	258	4.911	5.169	209	4.960	0,72%
Contrato 3	5 anos	10.380	8.590	1.790	10.380	8.248	2.132	0,76%
Contrato 4	5 anos	2.376	2.194	183	2.376	2.158	218	0,76%
Contrato 5	1 ano	516	86	430	516	83	433	0,70%
Contrato 6	5 anos	5.875	4.147	1.728	5.875	3.822	2.053	0,76%
Contrato 7	5 anos	4.599	3.806	793	4.599	3.655	945	0,76%
Contrato 8	1 ano	2.292	955	1.337	2.292	931	1.361	0,71%
Contrato 9	1 ano	1.273	424	849	1.273	412	861	0,72%
Contrato 10	1 ano	1.827	761	1.066	1.827	742	1.085	0,71%
Contrato 11	5 anos	2.669	489	2.180	2.669	407	2.262	0,72%
Contrato 12	10 anos	26.766	9.517	17.249	26.766	6.778	19.988	0,72%
Contrato 13	5 anos	4.318	2.087	2.231	4.318	1.843	2.475	0,76%
Contrato 14	5 anos	29.129	11.166	17.963	29.129	9.772	19.357	0,72%
		98.838	45.649	53.189	98.838	40.198	58.640	

		2021						
Contratos	Maturidade	Ativo por Locação			Passivo por Locação			
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Bruto	Valor Liquidado	Valor Liquido	Taxa Desconto
Contrato 1	2 anos	1.647	343	1.304	1.647	320	1.327	0,72%
Contrato 2	5 anos	4.042	3.234	808	4.042	3.120	923	0,76%
Contrato 3	5 anos	10.380	6.443	3.937	10.380	5.895	4.484	0,76%
Contrato 4	5 anos	2.376	1.645	731	2.376	1.543	834	0,76%
Contrato 5	1 ano	516	86	430	516	83	433	0,69%
Contrato 6	5 anos	5.875	3.110	2.765	5.875	2.732	3.144	0,76%
Contrato 7	5 anos	4.599	2.855	1.745	4.599	2.612	1.987	0,76%
Contrato 8	1 ano	2.296	957	1.339	2.296	934	1.362	0,69%
Contrato 9	1 ano	1.275	425	850	1.275	414	862	0,69%
Contrato 10	1 ano	1.830	762	1.067	1.830	744	1.086	0,69%
Contrato 11	5 anos	1.767	1.719	48	1.767	1.712	55	0,76%
Contrato 12	10 anos	26.766	7.138	19.629	26.766	4.820	21.946	0,72%
Contrato 13	5 anos	4.318	1.223	3.095	4.318	1.030	3.288	0,76%
Contrato 14	5 anos	29.129	5.361	23.769	29.129	4.506	24.623	0,72%
		96.818	35.301	61.517	96.818	30.465	66.353	

Os contratos sujeitos a IFRS 16 são os edifícios onde estão instaladas algumas das agências do banco, sendo que a maturidade dos contratos encontra-se nos quadros anterior. Os direitos de uso e o passivo relacionados (ver nota 17).

Na Assembleia Geral de Acionista de 30 Junho 2020 foi apreciado e aprovado pela maioria dos votos emitidos a proposta de venda do imóvel próprio do BCA, a sua quota-parte no edifício chã d'Areia, ao Banco Interatlântico. A 31 de Dezembro de 2022 o processo de compra e venda já está concluído.

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022					
	Saldo em 31.12.2021					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2021
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	422.805	(382.330)	71.785	-	(33.765)	78.495
Outros activos intangíveis	649	(331)	-	-	(212)	106
Activos intangíveis em curso	-	-	36.533	-		36.533
	423.454	(382.661)	108.318	-	(33.977)	115.134

	2021					
	Saldo em 31.12.2020					
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transfe--rências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2021
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	402.299	(356.438)	12.707	7.799	(25.892)	40.475
Outros activos intangíveis	649	(119)	-	-	(212)	318
Activos intangíveis em curso	607	-	7.192	(7.799)		0
	403.555	(356.557)	19.899	-	(26.104)	40.793

11. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

				2022
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	366.249	31/12/2022
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	137.246	31/12/2022
		110.000	503.495	

				2021
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço	Data
Garantia - Companhia de Seguros de CaboVerde, S.A.R.L.	25%	100.000	336.528	31/12/2021
SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.	10%	10.000	117.651	31/12/2021
		110.000	454.179	

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.

Em 30 de abril de 2014, o Banco vendeu 20.000 ações, representativas de 10% do capital social da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L. (Garantia), pelo montante de mCve. 123.497, passando a deter uma percentagem de participação no capital de 25%, tendo a operação gerado uma mais-valia de mCve. 66.884.

Em 8 de maio de 2014, a Garantia vendeu à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) 89.504 ações representativas de 6,576% do capital social do Banco, pelo montante de mCve 313.635, reduzindo a sua participação no Banco de 12,5% para 5,76%. A operação gerou uma redução do valor de balanço no montante de mCve. 22.376, a qual foi registada por contrapartida de Capital Próprio. Adicionalmente, a venda dessa participação originou uma mais-valia nas contas da Garantia que foi registada pelo Banco por contrapartida de Capital Próprio na proporção da sua participação na Garantia ascendendo a cerca de mCve. 56.000.

A participação cruzada é tomada em consideração na determinação do valor do investimento do Banco na Garantia.

SISP - Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A.R.L.

O Banco classificou a participação na SISP como Investimento em associadas, não obstante a sua participação ser apenas de 10%, dado que o Banco faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade da SISP, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2022 e 2021 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras do Banco pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Garantia	SISP	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	310.830	97.713	408.545
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	0	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	52.684	19.936	72.620
Dividendos recebidos	(26.987)	-	(26.987)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	336.528	117.649	454.179
Movimentos registados directamente por contrapartida de capital próprio	-	-	-
Resultados em associadas referente a exercicios anteriores	-	-	-
Resultados em associadas no exercicio	61.332	29.575	90.907
Dividendos recebidos	(31.611)	(9.980)	(41.591)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	366.249	137.246	503.495

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

O Banco encontra-se sujeito ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

No exercício de 2022 e de 2021, a Taxa de Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRPC) fixou-se em 22% e a taxa de incêndio em 2%, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento e ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

	2022	2021
Activos por impostos correntes		
IUR a recuperar	11.091	43.073
	11.091	43.073
Pagamento por contas		
. Exercício de 2022	148.893	120.861
	159.984	163.934
Passivos por impostos correntes		
IUR	(123.934)	(178.219)
Outros	(53.891)	(53.891)
	(177.825)	(232.110)
Activos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	151.353	121.382
	151.353	121.382

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2021	Movimentos 2022	Saldo em 31.12.2022
Imparidade de Crédito não hipotecario não aceite fiscalmente	40.786	(2.574)	38.212
Imparidade não aceite fiscalmente - Títulos	-	56.770	56.770
Imparidade não aceite fiscalmente - Bacstop e Buffer	80.596	(24.224)	56.372
	121.382	29.971	151.353

	2021		
	Saldo em 31.12.2020	Capital Próprio	Saldo em 31.12.2021
Movimentos efectuados por reservas			
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(12.382)	12.382	(0)
	(12.382)	12.382	(0)

	2021		
Movimentos nos Ativos por Imposto Diferido	Saldo em 31.12.2020	Movimentos 2021	Saldo em 31.12.2021
Imparidade de Crédito não hipotecario não aceite fiscalmente	30.363	10.423	40.786
Valorização VISA	3.100	(3.100)	-
Imparidade não aceite fiscalmente	74.570	6.026	80.596
	108.033	13.349	121.382

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expetativa do Banco quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta fundamentalmente (i) na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes e (ii) na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

A expetativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade preparadas que tem por base os seguintes pressupostos:

- Aumento do negócio com controlo do crédito em incumprimento e que sustenta a expetativa favorável do aumento do Resultado Liquido medio esperado para os próximos quatro anos a volta de 1.993 milhões de contos, relacionado com o aumento do produto bancário e o controlo das imparidades, associado á estratégia implementação de diminuição de custos operativos. Manutenção das variações patrimoniais, dos acréscimos e diminuições fiscais de 2021 extrapolado para os próximos quatro anos permitindo a recuperação dos impostos diferidos registados.

De notar que eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis relevantes na determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	2022		2021	
Resultado antes de impostos		1.873.042		1.517.527
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	420.311	22,44%	340.533
Benefícios fiscais:				
. Variação patrimonial negativo	-1,08%	(20.165)	0,00%	
. Rendimento de obrigações admitidas à cotação	-1,82%	(34.025)	-2,16%	(32.769)
. Donativos/Estagiários/Formação/Outros	-0,23%	(4.353)	-0,04%	(598)
. Dividendos	-1,11%	(20.786)	-1,10%	(16.669)
. Rendimentos de Títulos de Dívida Pública	-7,21%	(134.982)	-9,11%	(138.238)
. Mais-valias contabilísticas	-2,10%	(39.333)	-0,17%	(2.536)
. Reversões Provisões Tributáveis	-2,30%	(43.098)	-4,20%	(63.732)
Encargos não aceites fiscalmente	1,98%	37.172	6,84%	103.867
Excesso estimativa imposto anos anteriores	0,00%		0,00%	-
Imposto sobre o lucro do exercício	8,58%	160.740	12,51%	189.858
Variação patrimonial negativo (registado via Capital)	0,40%	7.539	0,00%	-
Beneficio Fiscal s/retenção Lucros para Fundo Próprios	1,60%	30.039	2,41%	36.551
Tributaçao Autónoma	0,04%	772	0,00%	-
Imposto a pagar	7,02%	123.934	10,10%	153.308

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2015 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC), o Banco considerou a sua interpretação das alterações impostas pelo Código do IRPC, nomeadamente quanto à dedutibilidade de custos com imparidade para crédito e benefícios dos empregados, considerando que para efeitos fiscais seriam aceites as imparidades calculadas nos termos previstos na IFRS9, e ao impacto da transição para o novo Código. É entendimento do Conselho de Administração que os critérios e pressupostos adotados estão em conformidade com a legislação em vigor, e que eventuais diferenças de interpretação originariam apenas reclassificações entre impostos correntes e diferidos, sem impacto no resultado e no capital próprio do Banco em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Nos termos da legislação que estava em vigor até 31 de dezembro de 2014, o Banco beneficiava de isenções relativas aos seguintes rendimentos:

- rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira;
- dividendos recebidos; e
- rendimento de obrigações, que não sejam de dívida pública, admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde, durante três anos a contar da sua entrada em funcionamento efetivo. Estes rendimentos, dependendo do ano de emissão, beneficiam ainda de taxas reduzidas de imposto.

Por este motivo a carga fiscal apresentada pelo Banco até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi inferior à taxa normal de tributação.

Com a entrada em vigor do Código do IRPC no exercício de 2015, o Banco deixou de beneficiar de isenções sobre alguns rendimentos, com exceção do Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cujos rendimentos continuaram a ser isentos, por estes títulos terem sido obtidos antes de 31 de dezembro de 2014.

O Código do IRPC prevê que os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores apurados no âmbito do IUR podiam ser deduzidos nos três exercícios seguintes, nos termos do regime.

Ativos por Impostos Correntes

	2021	Movimentos 2022			2022
		Regulariz. IRPC 2021	IRPC Fraccionado 2022	Credito IRPC de 2021	
Activos por impostos correntes					
- IUR a recuperar	43.073	(43.073)		11.091	11.091
- Retenções na fonte do exercício	120.861	(120.773)	148.805		148.893
	163.934	(163.846)	148.805	11.091	159.984

O montante de 11.091 contos é referente ao crédito de IRPC de 2021, que será deduzido no imposto a pagar de 2022.
O montante de 148.805 contos é referente ao total das 3 prestações dos pagamentos fracionados de 2028.

13. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2022 e 2021 (ver nota 2.1):

	2022	2021
Outros activos		
Bens arrematados	2.490.192	2.680.735
Património artístico	-	10.838
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	1.734	1.824
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos		
. Estado	409.966	615.688
. Outras entidades	239.304	201.721
Bonificações a receber		
. Do Estado	733.736	817.969
. De outras entidades	5.594	5.521
Adiantamentos a fornecedores de activos fixos	1.219	22.589
Despesas com encargo diferido		
. Seguros	15.242	20.610
. Outros	10.432	15.899
	3.907.419	4.393.394
Imparidade de outros activos (Nota 16):		
. Imóveis recebidos em dação	(659.340)	(519.224)
. Outros activos	(122.646)	(120.206)
	(781.986)	(639.429)
	3.125.433	3.753.964

As bonificações a receber do Estado de Cabo Verde são relativas a crédito, sendo calculadas ao abrigo da legislação em vigor em Cabo Verde. Os saldos registados correspondem aos montantes reclamados pelo Banco desde o início de 2000. O reembolso destes montantes foi alvo de negociações com a Direção Geral do Tesouro, que já confirmou a totalidade dos saldos em dívida até a 31 de dezembro de 2016, no montante global de mCve 1.093.248. A 09 de agosto de 2017 foi assinado um Acordo entre o Ministério das Finanças e o BCA, no qual foi referido que o valor de CVE 1.093.247.797 deverá ser amortizado no prazo de 12 anos, contados a partir de 01.01.2018 e à taxa de juros de 4,375% ao ano. À data de 31 de dezembro de 2022 o montante a recuperar ascende a 733.736 contos.

O saldo da rubrica “Devedores e outras aplicações – Outras entidades” a data de 31 de Dezembro de 2022 é composto por 155.385 contos referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito mas que ainda não cumprem os critérios definidos na IFRS 5 para serem reclassificados para a rubrica de Bens arrematados, por 43.446 contos referente a devedores por falhas na gestão de procedimentos e por 6.642 contos referentes a outros devedores diversos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de bens arrematados apresenta a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2022 Valor bruto	2022 Imparidade	2022 Valor líquido	2021 Valor bruto	2021 Imparidade	2021 Valor líquido
anterior a 2012	22.474	(22.255)	219	22.474	(22.255)	219
2013	20.424	(10.424)	10.000	27.178	(13.411)	13.766
2014	37.533	(19.488)	18.045	37.533	(9.250)	28.283
2015	765.056	(201.196)	562.990	873.551	(187.159)	686.392
2016	16.920	(9.371)	7.549	16.920	(9.071)	7.849
2017	20.919	(7.665)	13.254	20.919	(1.727)	19.193
2018	499.194	(88.836)	410.357	531.197	(56.687)	474.510
2019	99.192	(32.162)	63.030	107.361	(16.450)	90.912
2020	80.321	(14.513)	97.638	127.837	(3.035)	124.802
2021	894.255	(247.136)	647.119	915.765	(200.179)	715.586
2022	33.904	(6.295)	27.609			
	2.490.192	(659.340)	1.857.811	2.680.735	(519.224)	2.161.511

O Banco ao longo dos anos tem feito esforços acrescidos para venda ao mercado desses imoveis, porém face a especificidade do mercado imobiliário Cabo-verdiano sobretudo após a crise imobiliária ocorrida em 2008 e com efeitos internos a partir de 2011 tem condicionado essa atividade. Em 2020 foi criada uma área autónoma no banco dependente diretamente da CE denominada Gabinete Imobiliário para fazer a gestão e venda desses ativos, entretanto, o referido gabinete apenas entrou em funcionamento em Janeiro de 2022.

No exercício de 2022 o movimento ocorrido nos imóveis recuperados por reembolso de crédito pode ser apresentado como se segue:

	Saldo em 31.12.2021		Recuperações	Alienações	Transf.	Perdas por imparidade	Transferência Imparidade Crédito	Regularização imparidade	Saldo em 31.12.2022	
	Valor bruto	Imparidade							Valor bruto	Imparidade
Terrenos	1.425.070	(214.279)	3.582	(88.076)	-	(80.990)	-	8.143	1.340.576	(287.125)
Edifícios habitacionais	655.404	(46.382)	46.865	(86.989)	-	(16.946)	(9.788)	16.567	615.280	(56.548)
Outros Edificios	564.561	(251.062)	46.212	(78.306)	(33.830)	(41.498)	(35.305)	41.900	498.637	(285.966)
Viaturas	35.700	(7.500)	-	-	-	(22.200)	-	-	35.700	(29.700)
	2.680.735	(519.223)	96.659	(253.372)	(33.830)	(161.633)	(45.093)	66.610	2.490.192	(659.340)

O valor contabilístico bruto destes imóveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 ascende a mCve 2.490.192 e mCve 2.680.735, respetivamente.

No exercício de 2022, registaram-se 67.628 mCve de mais-valias líquidas na alienação de imóveis obtidos por recuperação de crédito (Nota 26).

14. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos à ordem		
. De instituições de crédito no país	147.375	221.006
. De instituições de crédito no estrangeiro	22.432	287.518
Depósitos a prazo		
. De instituições de crédito no País	265.170	165.170
Empréstimos		
. De Organismos Financeiros Internacionais	-	-
Juros a pagar	216	326
	435.194	674.020

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos de poupança		
. De emigrantes	3.197.975	3.274.254
. De residentes	1.073.388	1.109.536
	4.271.363	4.383.790
Outros depósitos à vista		
Depósitos à ordem		
. De residentes	27.020.379	24.732.930
. De emigrantes	12.561.729	10.919.632
. De não residentes	3.141.973	3.240.936
	42.724.080	38.893.498
Depósitos obrigatórios	69.929	86.985
	42.794.009	38.980.483
Outros depósitos a prazo		
Depósitos a prazo		
. De emigrantes	24.199.825	24.593.385
. De residentes	9.858.068	10.598.644
. De não residentes	840.060	867.140
	34.897.953	36.059.169
Outros recursos:		
Titulo cedidos com acordo de recompra:		
Cheques e ordens a pagar	32.900	21.236
	81.996.224	79.444.678
Juros a pagar	195.113	226.060
	82.191.338	79.670.738

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos à ordem não são remunerados, com exceção de situações específicas definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

16. PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022									
	Saldos em 31.12.2021	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Desvio Atuarial	Transferencias	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2022	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade										
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.841.404	579.008	(540.760)	-	(211.630)	-	(53.918)	-	2.614.105	64.156
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37.671	-	-	-	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	639.429	173.996	(10.799)	-	(74.558)	-	53.918		781.986	
	3.518.504	753.004	(551.558)	-	(286.188)	-	-	-	3.433.761	
Provisões										
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 28)										
Assistência médica	258.904	-	-	414	(26.327)	33.597		10.056	276.645	
	258.904	-	-	414	(26.327)	33.597	-	10.056	276.645	
Processos Judiciais	16.062	1.346	(3.782)	-	(3.104)	-	-	-	10.521	
Extrapatrimonais	12.807	24.389	(10.810)	-	-	-	-	-	26.387	
Outras Provisões	25.462		(19.233)	-	-	-	-	-	6.229	
Riscos Bancários Gerais	7.279	-	-	-	-	-	-	-	7.279	
Crédito Documentário	-	225	(212)	-	-	-	-	-	13	
	320.514	25.960	(34.037)	414	(29.432)	33.597	-	10.056	327.074	
	3.839.018	778.964	(585.595)	414	(315.620)	33.597	-	10.056	3.760.835	

	2021									
	Saldos em 31.12.2020	Reforços	Reposições Recuperações	Custos com pessoal (Nota 28)	Utilizações	Desvio Atuarial	Transferencias	Outros (Nota 29)	Saldos em 31.12.2021	Recuperações de créditos abatidos
Imparidade										
Imparidade de crédito a clientes (Nota 7)	2.796.221	1.061.598	(909.977)	-	(52.047)	-	(54.392)	-	2.841.404	32.985
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 9)	37.671	-	-	-	-	-	-	-	37.671	
Imparidade de outros activos (Nota 13)	309.409	285.623	(9.995)	-	-	-	54.392	-	639.429	
	3.143.301	1.347.222	(919.972)	-	(52.047)	-	-	-	3.518.504	
Provisões										
Provisões para encargos com benefícios a empregados: (Nota 28)										
Assistência médica	252.910	-	-	4.323	(23.645)	15.374		9.942	258.904	
	252.910	-	-	4.323	(23.645)	15.374	-	9.942	258.904	
Processos Judiciais	21.127	9.807	(14.872)	-	-	-	-	-	16.062	
Extrapatrimonais	18.843	17.378	(23.414)	-	-	-	-	-	12.807	
Outras Provisões	6.229	19.233	-	-	-	-	-	-	25.462	
Riscos Bancários Gerais	7.279	-	-	-	-	-	-	-	7.279	
	306.387	46.418	(38.285)	4.323	(23.645)	15.374	-	9.942	320.514	
	3.449.688	1.393.639	(958.258)	4.323	(75.692)	15.374	-	9.942	3.839.018	

Mais de 70% das reversões de imparidade ocorridas durante o ano de 2022 foi provocado pelo crédito por desembolso, destacando-se o contributo de 06 entidades que compõem mais de 40% da parcela mencionada. A reversão de imparidade destas entidades explica-se pelos seguintes motivos: abate ao ativo (66%) e revisão em baixa do nível de risco (34%). Do lado dos reforços, constata-se a participação significativa da imparidade associada ao crédito por desembolso, com peso de mais de 90% dos reforços da carteira de crédito a clientes, realçando-se sobretudo a revisão em alta do nível de risco (25%), pelo contributo de 06 entidades. Vale mencionar que a revisão em alta do nível de risco ocorreu na sequência de trabalho de inspeção do BCV, que determinou o agravamento do nível de imparidade de algumas entidades que tinham sido mantidas em acompanhamento no período

pós-moratória. Recorde-se que o BCA tinha identificado um conjunto de operações, beneficiárias de moratória legal e cujo grau de incerteza relativamente à retoma dos planos no período pós-moratória era relevante, para as quais tinha-se estimado imparidade entre 10% e 15%, utilizando para o efeito, o overlay constituído para este propósito em dez20.

Do lado dos reforços, constata-se a participação significativa da carteira de crédito a clientes, realçando-se sobretudo a revisão em alta do nível de risco (19%).

17. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição em 2022 e 2021 (ver nota 2.1):

	2022	2021
Credores		
Recursos - conta activa	120.505	122.587
Recursos - conta caução	5.290	4.369
Recursos - outros	3.831	-
Recursos - conta encerradas	153	-
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	35.196	28.981
Previdência social	13.738	16.965
Outros	26.318	(8.610)
Passivos por Locação	58.640	66.353
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
. Prémios de produtividade	25.859	25.376
. Férias não gozadas	-	490
Gastos gerais administrativos	21.150	17.371
Outros	197.066	131.770
Receitas com rendimento diferido		
Anuidades de cartões	29.737	28.602
Comissões de abertura de créditos em conta corrente	7.986	8.780
De garantias prestadas	3.953	3.028
Operações passivas a regularizar	85.936	(40.702)
Outras contas de regularização	390.322	179.412
	1.025.680	584.772

O aumento registado na rubrica "Encargos a pagar - Outros" é devido ao registo de investimentos que estavam em curso a data de 31-12-22, cujas faturas foram recebidas apenas em 2023. O saldo da rubrica "Operações passivas regularizar" aumentou em relação a 2021 devido ao saldo da conta do Pré-Funding Visa, criado junto da casa mãe em 2021, reforçado semanalmente pelo BCA, para que a VISA possa descontar os movimentos diários que os clientes fazem através de cartões VISA. A rubrica "Outras contas de regularização" inclui as compensações interbancárias efetuadas no último dia do ano de 2022, que são regularizadas no mês seguinte.

18. CAPITAL

O capital do Banco em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 1.324.765 de ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a estrutura acionista do Banco é a seguinte:

	2022		2021	
Entidade	Número de acções	%	Número de acções	%
Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Banco Interatlântico, S.A.R.L.	697.446	52,65%	697.446	52,65%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	89.504	6,76%	89.504	6,76%
Estado de Cabo Verde ("Golden Share")	-	-	-	-
INPS- Instituto Nacional de Previdência Social	166.078	12,54%	166.078	12,54%
Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.R.L.	76.322	5,76%	76.322	5,76%
Outros accionistas	295.415	22,30%	295.415	22,30%
	1.324.765	100,0%	1.324.765	100,0%

O capital social do Banco é representado por 1.324.765 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta e cinco) ações, nominativas e ao portador, com o valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada, distribuído da seguinte forma: a) 525.000 (quinhentos e vinte e cinco mil) ações nominativas; b) 799.765 (setecentos e noventa e nove mil e setecentos e sessenta e cinco) ações ao portador.

19. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCICIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas, resultados transitados e resultado do exercício têm a seguinte composição:

	2022	2021
Reservas de justo valor		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
- De activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de Capital (Nota 5)	44.434	49.491
Ajustamento risco de crédito de ativos financeiros ao justo valor através	10.841	10.841
através outro rendimento integral IFRS 9 (nota 5)		
	55.276	60.332
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	1.280.639	1.138.223
. Outras reservas:		
. Desvios actuariais de responsabilidades com pensões e assistência médica (Nota 28)	(248.399)	(222.341)
. Reservas por impostos diferidos - por desvios actuariais (Nota 12)	-	-
. Outras reservas	5.681.629	5.111.950
	5.433.230	4.889.609
. Resultados transitados	(41.314)	48.526
	6.727.831	6.136.690
Resultado do exercício	1.797.776	1.424.163
	8.525.607	7.560.854

Reserva legal

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 62/VIII de 23 de abril, Artº 42), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação do Banco, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

Resultados Transitados

Em março de 2022 decorrente da decisão do Tribunal da relação foi decidido pelo mesmo que a retribuição auferida pelos colaboradores a titulo de isenção de horário de trabalho deveria ser considerada no cálculo da pensão de reforma. Consequentemente o BCA solicitou um estudo atuarial para apuramento das responsabilidades adicionais para com os 13 colaboradores elegíveis para esta matéria de forma a transferir o montante para o INPS, uma vez que de acordo com o contrato tripartido celebrado em 2018 o BCA será responsável pelas responsabilidades que ainda pudessem vir a ser identificadas até 2018. Assim o BCA registou em resultados transitados o montante de 89.861 contos relativos às responsabilidades adicionais apuradas relativas a anos anteriores, o que justifica a variação ocorrida nesta rubrica.

20. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	2.419.438	2.469.339
. Crédito ao exterior	34.203	16.889
. Crédito ao pessoal	43.210	42.458
. Crédito vencido	8.842	8.844
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)	762.522	762.063
. Títulos de intervenção monetária	7.276	5.863
. Títulos de regularização monetária	40	35
. Aplicações a muito curto prazo	8.583	8.749
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	19.740	3.049
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	98.514	97.325
	3.402.367	3.414.613

Juros de Crédito a Clientes com reflexo do crescimento da carteira de crédito normal por dois anos consecutivos.
Restantes juros e rendimentos equiparados com evolução negativa, refletindo a conjuntura de baixas taxas de juro.

21. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Juros de depósitos de poupança		
. De emigrantes	37.230	40.856
. De residentes - Poupança Jovem	15.003	15.181
Juros de depósitos a prazo		
. De emigrantes	278.170	300.425
. De residentes	104.212	118.950
. De não residentes	4.018	4.057
. De outras instituições de crédito no país	756	1.053
De outras instituições de crédito no estrangeiro	-	0
Juros de Ativos em Locação	5.447	6.186
Outros juros e encargos similares	122	23
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	227	145
	445.185	486.877

As diferenças materiais ocorridas, nomeadamente em Juros de DP de emigrantes e residentes é devido ao efeito da redução das taxas passivas efetuadas em 2020

22. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Dividendos:		
. Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1.299	1.299
. SITA - Sociedade Industrial de Tintas, S.A.R.L.	277	250
. Visa International Service Association	147	112
	1.723	1.660

23. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Rendimentos com serviços e comissões		
Ordens de pagamento recebidas	95.735	81.509
Garantias e avales prestados	25.132	25.220
Comissões por ordens de pagamento emitidas	79.352	67.527
Anuidades da rede de ATM's (Vint4 e Visa)	67.975	68.694
Comissões Western Union	22.606	21.607
Cobrança de valores	11.523	11.940
Créditos documentários	404	614
Outros	195.542	154.506
	498.268	431.616
	-	-
Encargos com serviços e comissões		
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A.R.L.	(361)	(390)
Visa International Service Association	(39.853)	(31.644)
Comissões de correspondentes	(25.902)	(25.738)
Outros	(4.667)	(6.134)
	(70.783)	(63.906)

A data de 31-12-2022, o saldo da rubrica Outros rendimentos com serviços e comissões era maioritariamente composto por comissões de Gestão de Cartões Crédito e Debito, Contas Inativas e comissão sobre seguros angariados.

24. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022			2021		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	162.729	(31.551)	131.177	134.966	(5.682)	129.284
Resultados em notas e moedas	104.326	(37.662)	66.664	53.096	(5.573)	47.523
	267.054	(69.213)	197.841	188.062	(11.255)	176.807

25. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Ganhos e perdas na alienação de imóveis recebidos em dação (Nota 13)	67.628	34.867
Ganhos e perdas na alienação de outros activos tangíveis (Nota 13)	123.732	9.589
	191.360	44.456

A variação na alienação de Ativos Fixos Tangíveis de 2022 decorre essencialmente da venda do Edifício Chã de Areia que originou uma mais-valia de 120.835 contos.

Relativamente aos imóveis recebidos em dação, foram originados em 2022 mais-valias decorrentes da alienação dos imóveis no valor de 76.186 contos e menos valias de 8.558 contos.

Em termos líquidos foram gerados ganhos de 16.657 contos com a venda de terrenos, 16.378 contos de edifícios habitacionais e 34.593 contos em Outros edifícios.

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2022	2021
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos		
. Taxa de serviço	25	25
. Outros	3.067	3.519
Reembolso de despesas		
. Correios	1.855	1.269
. Outros	45.089	32.927
Outros	25.092	15.658
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	176.858	206.083
	251.986	259.482
Outros gastos de exploração		
Outros impostos	(72.312)	(57.408)
Quotizações e donativos	(595)	(503)
Prejuízos por extravio, roubo ou falsificação de valores	(42.606)	(22.272)
Multas e outras penalidades legais		
Outros	(5.604)	(5.453)
	(121.117)	(85.636)
	130.869	173.846

A redução dos proveitos com a recuperação de créditos, juros e despesas de crédito vencido, aumento dos outros impostos e aumento dos prejuízos por extravio roubo ou falsificações, contribuíram para a redução da rubrica Outros resultados de exploração no valor de 59.018 contos.

27. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Remunerações de colaboradores	793.633	790.015
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	45.792	40.073
Prémios de produtividade	30.547	37.064
Encargos sociais		
. Pensões de reforma (Nota 29)	12.062	14.856
. Assistência médica	9.511	14.599
. Previdência social	106.029	100.586
. Outros	2.776	3.059
Outros custos com pessoal	34.147	15.844
	1.034.498	1.016.096

A rubrica "Encargos sociais – Assistência médica" inclui as despesas de saúde incorridas pelo Banco com os seus colaboradores no ativo e o custo relacionado com responsabilidades com saúde com colaboradores na idade da reforma (Nota 29).

Nos exercícios de 2022 e 2021, o Banco dispunha do seguinte quadro de colaboradores e administradores:

	2022	2021
Administradores	9	9
Directores	13	11
Chefias	94	98
Técnicos	203	208
Administrativos	66	60
Pessoal auxiliar	38	42
	423	428
Efectivos	348	338
A prazo	75	90
	423	**428**

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os números apresentados acima incluem 75 e 90 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo, respetivamente.

28. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

28.1 Assistência médica

A Provisões para Despesas tratamento no exterior abrange os colaboradores que pertencem ao Sistema Privativo de Segurança Social e os respetivos beneficiários. O número de participantes do estudo atuarial é de 686 em 2022 e 719 em 2021.

Para determinação das responsabilidades com saúde pós-emprego, o Banco obteve avaliações atuariais efetuadas por uma entidade especializada com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021. As hipóteses e bases técnicas utilizadas neste estudo foram as seguintes:

	2022	2021
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa técnica	3,00%	3,00%
Taxa de inflação das despesas médicas	3,00%	3,00%

No que respeita ao plano de assistência médica do Banco e com base nas avaliações atuariais referidas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as responsabilidades com saúde relativas a despesas com assistência médica a conceder aos empregados do Banco e aos membros dos seus respetivos agregados familiares após a idade de reforma ascendem a mCve. 276.645 e mCve. 258.904, respetivamente (Nota 16).

O movimento no valor das responsabilidades com saúde, durante os exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**258.904**
Contribuições dos empregados	10.056
Custo registado pelo Banco	414
Despesas médicas pagas	(26.327)
Desvios actuariais	33.597
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**276.645**

No Estudo Atuarial de 2022, foram analisados dois cenários, o melhor caso (Best Case) e o pior caso (Worst Case) com os seguintes pressupostos e resultados:

Pressupostos para Análise de Sensibilidade

	Worst Case	Best Estimate	Best Case
TCF	2,88%	3,00%	3,50%
TIDM	3,00%	3,00%	3,00%

Quadro Resumo - Best Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	89.365.915	172.356.415	261.722.330
CN	782.111	1.578.318	2.360.429

Quadro Resumo - Worst Case

	Exterior	Doméstico	Total
RA	96.208.150	184.381.022	280.589.172
CN	858.993	1.721.993	2.580.986

28.2 Desvios atuariais

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios atuariais diferidos nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrado como se segue:

	Restruturação	Saúde	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	(38.627)	222.342	183.715
Desvios actuariais no ano	-	33.597	33.597
Reserva IRPC s/ Desvios actuariais no ano	-	(7.539)	(7.539)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	(38.627)	248.400	209.773

Os desvios atuariais acumulados em 31 de dezembro de 2022 encontram-se deduzidos na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2022	2021
Conservacao e reparacao	140.628	131.802
Encargos com SISP	107.479	96.945
Agua, gas e electricidade	61.207	57.482
Encargos com Cartões	55.029	31.128
Comunicacoes e despesas exped	44.843	41.893
Transportes	39.501	30.301
Consultores outros	37.543	25.573
Seguranca e vigilancia	32.272	28.537
Impressos e material consumo	18.634	21.497
Auditores externos	18.033	17.371
Avaliadores externos	14.929	11.451
Limpeza	14.358	15.300
Consul project arquivo digital	13.419	12.769
Formacao de pessoal	11.050	4.249
Combustiveis	10.684	7.276
Deslocacoes, estadas represent	10.511	5.206
Judiciais contencioso notariad	7.644	7.177
Publicidade e edicao publicaçã	7.622	3.646
Condominio	7.383	6.966
Avencas e honorarios	6.432	3.179
Seguros	6.284	9.531
Rendas e alugueres	5.971	6.907
Despesas com covid-19	4.536	14.579
Assistencia tecnica	3.699	5.267
Consultoria projecto imparidad	2.859	2.859
Manutencao periodica cotacão	2.169	2.149
Controlo interno	1.608	3.689
Outros fornecimentos terceiros	646	2.052
Outros	8.253	7.027
	695.225	613.808

A rubrica “Conservação e reparação” teve um aumento de 9.156 contos, justificada pelo aumento mCve 10.975 relacionados com manutenção de softwares e redução de mCve 1.832 na manutenção de equipamentos de segurança.

Os “honorários dos auditores externos” totalizam mCve 18.033, sendo mCve. 8.623 relativo a auditoria estatutária e relatório de provisões mínimas regulamentares, mCve. 5.579 relativo ao Apoio ao Conselho fiscal do BCA, no âmbito do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal, mCve. 1.750 relativo ao relatório de imparidade e mCve.1.419 ao relatório de controlo interno.

30. RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício/período.

	(milhares de escudos)	
	31.12.2022	31.12.2021
Resultado do Exercício	1.797.776	1.424.163
Número médio de acções ordinárias emitidas	1.324.765	1.324.765
Resultado por Acção	1,36	1,08

Resultado por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos.

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2022	2021
Passivos eventuais		
. Garantias e avales	2.281.420	1.418.910
. Créditos documentários abertos	3.473	4.507
	2.284.894	1.423.418
Depósito e guarda de valores	9.268.065	6.638.082
	11.552.959	8.061.499

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

O Conselho de Administração prepara numa base anual informação por segmentos para efeitos de reporte para as contas da atividade consolidada da Caixa Geral de Depósitos. Os segmentos operacionais definidos para esse reporte, os quais são efetuados de modo consistente com os critérios da IFRS 8 e são apresentados de forma voluntária:

- Corporate Finance - inclui a atividade relacionada com a gestão títulos de Dívida Pública, obrigações de empresas nacionais, instrumentos de capital e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

- Negociação e vendas – compreende a atividade relacionada com a gestão de aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito.

- Pagamento e liquidação – inclui a atividade relacionada com operações de crédito e débito.

- Banca comercial – inclui a atividade de captação de recursos junto de empresas. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, descontos de letras, bem como o crédito ao setor público.

- Banca de retalho – compreende a atividade bancária junto dos particulares. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito à habitação, e também os depósitos captados junto de particulares.

- Outros – Restantes atividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

De salientar que, para as rubricas em que não é possível obter informação diretamente do balancete contabilístico, é aplicado como pressuposto o peso da carteira de crédito e de depósitos, para a desagregação entre os segmentos “Banca Comercial” e “Banca de Retalho”. Nos dois anos em análise (2022 e 2021) foram utilizados os mesmos pressupostos para o preenchimento do mapa.

	2022						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	762.522	35.639	-	928.194	1.676.012	-	3.402.367
Juros e encargos similares	-	(982)	-	(72.385)	(371.817)	-	(445.185)
MARGEM FINANCEIRA	762.522	34.657	-	855.809	1.304.195	-	2.957.183
Rendimentos de instrumentos de capital	1.723	-	-	-	-	-	1.723
Rendimentos com serviços e comissões	-	120.681	137.771	39.079	200.736	-	498.268
Encargos com serviços e comissões	-	(26.263)	(39.853)	-	(4.667)	-	(70.783)
Resultados de activos financeiros dispóniveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	197.841	-	-	-	-	197.841
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	191.360	191.360
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	130.869	130.869
PRODUTO BANCÁRIO	764.245	326.916	97.918	894.888	1.500.265	322.229	3.906.461
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(2.365)	-	-	(13.034)	(22.850)	(155.121)	(193.369)
	761.880	326.916	97.918	881.855	1.477.415	167.109	3.713.092
Outros custos e proveitos							(1.915.316)
Resultado líquido do exercício							**1.797.776**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	3.879.621	-	-	-	-	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	881.487	-	-	-	-	881.487
Activos financeiros disponíveis para venda	-	104.123	-	-	-	-	104.123
Aplicações em instituições de crédito	-	28.816.889	-	-	-	-	28.816.889
Crédito a clientes	19.361.156	-	-	12.776.418	22.398.846	-	54.536.420
Recursos de outras instituições de crédito	-	435.194	-	-	-	-	435.194
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	13.393.521	68.797.817	-	82.191.338

	2021						
	Corporate Finance	Negociação e Vendas	Pagamento e Liquidação	Banca Comercial	Banca de Retalho	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	762.063	17.695	-	959.331	1.675.524	-	3.414.613
Juros e encargos similares	-	(1.198)	-	(77.426)	(408.252)	-	(486.877)
MARGEM FINANCEIRA	762.063	16.497	-	881.905	1.267.271	-	2.927.736
Rendimentos de instrumentos de capital	1.660	-	-	-	-	-	1.660
Rendimentos com serviços e comissões	-	101.592	125.877	32.545	171.602	-	431.616
Encargos com serviços e comissões	-	(26.129)	(31.644)	-	(6.134)	-	(63.906)
Resultados de activos financeiros dispóniveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de reavaliação cambial	-	176.807	-	-	-	-	176.807
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	44.456	44.456
Outros resultados de exploração	-	-	-	-	-	173.846	173.846
PRODUTO BANCÁRIO	763.723	268.768	94.233	914.450	1.432.740	218.302	3.692.217
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações	(8.248)	-	-	(53.371)	(90.001)	(283.761)	(435.381)
	755.475	268.768	94.233	861.079	1.342.739	(65.458)	3.256.835
Outros custos e proveitos							(1.832.672)
Resultado líquido do exercício							**1.424.163**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	4.159.933	-	-	-	-	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	670.181	-	-	-	-	670.181
Activos financeiros disponíveis para venda	-	116.561	-	-	-	-	116.561
Aplicações em instituições de crédito	-	25.685.645	-	-	-	-	25.685.645
Crédito a clientes	18.916.704	-	-	12.796.487	21.579.275	-	53.292.467
Recursos de outras instituições de crédito	-	674.020	-	-	-	-	674.020
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	12.700.979	66.969.760	-	79.670.738

A totalidade da atividade do Banco é desenvolvida na República de Cabo Verde.

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco as empresas do Grupo CGD, o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, empresas associadas, os órgãos de gestão (Conselho de Administração) a Companhia de Seguros Garantia e a SISP. O BCA tem um administrador na gestão da SISP a representar o banco, pelo que considera ter influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as demonstrações financeiras do Banco, incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

		Grupo Caixa Geral de Depósitos						
			Banco			Banco Comercial		
	INPS	CGD	Interatlântico	Promotora	BNU	de Investimentos SAR	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	411.365	-	-	461	-	5.697	-
Aplicações em instituições de crédito	-	4.344.427	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	40.100	-	-	-	-
Crédito a clientes	17	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	3.353
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(19.441)	(2.904)	-	-	(11)	-	(301.426)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(450.426)	-	-	(12.159)	-	-	-	(180.659)
Provisões para Beneficios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(13.738)	-	-	(339)	-	-	-	(371)
Capital:								
Reservas de Reavaliação	-	-	-	(10.841)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	55	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	25.908
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	19.340	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluidas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	90.907
Gastos:								
Juros e encargos similares	(8.860)	-	-	-	-	-	-	(756)
Encargos com serviços e comissões	-	(3.162)	-	-	-	-	-	(361)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(7.383)	-	-	-	(107.479)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	-	-	-	-	0

	2021							
		Grupo Caixa Geral de Depósitos						
	INPS	CGD	Banco Interatlântico	Promotora	BNU	Banco Comercial de Investimentos SAR	CGD Paris	Associadas
Activos:								
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	269.939	-	-	498	-	65.977	-
Aplicações em instituições de crédito	-	487.806	-	-	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	-	-	-	-	-	-
ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	50.000	-	-	-	-
Crédito a clientes	21	-	-	-	-	-	-	5
Outros activos	-	-	12	160	-	-	-	3.153
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-	(0)
Passivos:								
Recursos de outras instituições de crédito	-	(239.472)	(315)	-	-	(1)	-	(315.948)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(949.151)	-	-	(58.655)	-	-	-	(104.806)
Provisões para Beneficios aos Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(16.965)	-	-	-	-	-	-	(8.046)
Capital:								
Reservas de Reavaliação	-	-	-	(10.841)	-	-	-	-
Extrapatrimoniais:								
Garantias recebidas	-	55	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	-	-	-	-	-	-	-	24.389
Rendimentos:								
Juros e rendimentos similares	-	739	-	-	-	-	-	-
Resultados Filiais excluidas Consolidação	-	-	-	-	-	-	-	72.620
Gastos:								
Juros e encargos similares	(8.860)	-	-	-	-	-	-	(1.053)
Encargos com serviços e comissões	-	(4.295)	-	-	-	-	-	(390)
Gastos gerais administrativos	-	-	-	(6.966)	-	-	-	(96.945)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperaç	-	-	-	-	-	-	-	1

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2022, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascenderam a mCve. 50.792 (mCve. 51.761 no exercício de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor do crédito concedido a membros dos Órgãos de Gestão do Banco ascendia a mCve. 34.703 e mCve. 22.298, respetivamente.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Banco

As atividades do BCA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco cambial, risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco do Banco é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido por escrito os principais princípios de gestão de risco globais, e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado.

Risco cambial

A Direção de Contabilidade e Gestão Financeira faz um acompanhamento diário das posições do Banco em moeda estrangeira, tendo sempre como objetivo a eliminação de prejuízos.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de risco inerentes à atividade do Banco.

Risco de mercado, liquidez e taxa de juro

O Gabinete de Risco de Mercado e Liquidez é responsável pela implementação de métodos e técnicas para melhorar a qualidade de gestão de riscos inerentes ao balanço do Banco.

Risco de mercado

O setor financeiro em Cabo Verde ainda não possui um mercado de capitais desenvolvido e o mercado *over the counter* é inexistente, pelo que as alternativas de investimento em instrumentos financeiros resumem-se essencialmente a obrigações e ações.

O Banco tem uma carteira de ativos financeiros que possui alguma representatividade do ativo, mas que não foi constituída com o objetivo de negociação, mas sim de investimento.

Risco de liquidez e taxa de juro

O controlo de liquidez é assegurado pela Direção de Contabilidade e Gestão Financeira (DCG) que faz o acompanhamento dos saldos junto dos correspondentes e do Banco de Cabo Verde.

A DCG é a responsável por realizar operações nos mercados financeiros, colocação de ativos em moeda estrangeira e as operações necessárias para assegurar o refinanciamento do Banco, ou aplicação dos excedentes de liquidez, tendo uma gestão cuidadosa no sentido de evitar incumprimentos junto do Banco de Cabo Verde.

No setor bancário caboverdiano o Coeficiente de Disponibilidades Mínimas de Caixa é atualmente de 10% em 31.12.2022 (13% em 2019) pelo que em caso de dificuldades os bancos têm capacidade de responder às suas obrigações junto dos clientes.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso nº 8/2007, de 19 de novembro, do Banco de Cabo Verde, a DCG calcula os rácios de liquidez para cobertura de responsabilidades exigíveis no prazo de sete, trinta, noventa dias e um ano.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco produz ainda que pontualmente análises sobre a taxa de juro e sobre a estrutura de ativos e passivos, nomeadamente a carteira de crédito concedido a clientes com taxa de juro indexada.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.879.621	-	-	-	-				3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	881.487	-	-	-	-				881.487
Aplicações em instituições de crédito	24.243.125	1.102.797	699.492	2.648.077	123.399				28.816.889
Crédito a clientes (valores brutos)	4.142.710	706.548	678.953	738.884	6.837.559	15.893.392	14.033.154	14.119.325	57.150.525
	33.146.943	1.809.345	1.378.445	3.386.961	6.960.958	15.893.392	14.033.154	14.119.325	90.728.522
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédit	(414.962)	-	(20.232)						(435.194)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(46.750.870)	(8.607.131)	(7.232.431)	(19.600.906)	-				(82.191.338)
	(47.165.831)	(8.607.131)	(7.252.663)	(19.600.906)	-	-	-	-	(82.626.531)
Diferencial	(14.018.888)	(6.797.786)	(5.874.218)	(16.213.945)	6.960.958	15.893.392	14.033.154	14.119.325	8.101.991

	2021								
	Prazos residuais contratuais								
	Até 1 mês	Até 3 meses	Até 6 meses	Até 1 ano	Até 3 anos	Até 5 anos	Até 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.159.933	-	-	-	-				4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670.181	-	-	-	-				670.181
Aplicações em instituições de crédito	23.099.686	1.504.273	1.034.458	-	47.228				25.685.645
Crédito a clientes (valores brutos)	4.155.306	492.055	872.541	922.248	4.579.197	9.983.099	15.309.019	19.820.406	56.133.871
	32.085.106	1.996.328	1.906.999	922.248	4.626.425	9.983.099	15.309.019	19.820.406	86.649.630
Passivos									
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédit	(653.757)	-	(20.263)						(674.020)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(43.032.542)	(8.856.349)	(7.600.727)	(20.180.120)	(1.000)				(79.670.738)
	(43.686.299)	(8.856.349)	(7.620.990)	(20.180.120)	(1.000)	-	-	-	(80.344.758)
Diferencial	(11.601.194)	(6.860.021)	(5.713.991)	(19.257.872)	4.625.425	9.983.099	15.309.019	19.820.406	6.304.871

Risco de crédito

O risco de crédito constitui um dos riscos mais relevantes da atividade do Banco e está intimamente associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes, designadamente grandes empresas, pequenas e médias empresas, promotores de pequenos negócios, particulares e instituições financeiras.

A Direção de Gestão de Risco (DGR) analisa o risco de crédito a empresas e particulares cujas responsabilidades acumuladas sejam superiores a mCve. 30.000.

É da competência do GRC- Gabinete Risco Crédito emitir pareceres de risco sobre propostas elaboradas pela área comercial, os quais são enviados para apreciação da Comissão Executiva. Adicionalmente, a DGR efetua análises de evolução semestral da carteira de crédito do Banco, das classes de risco, do crédito à habitação, da evolução dos depósitos de clientes, de modo a compreender o seu comportamento.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima a risco de crédito do Banco apresenta a seguinte decomposição:

	2022	2021
Aplicações em instituições de crédito	28.816.889	25.685.645
Crédito a clientes	54.536.421	53.292.467
	83.353.310	78.978.111
Garantias e avales	2.281.420	1.418.910
Créditos documentários abertos	3.473	4.507
	2.284.894	1.423.418
Exposição máxima	85.638.203	80.401.529

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, garantias prestadas e créditos documentários, excluindo outros créditos e valores a receber –

titulados e juros corridos, apresentava a seguinte decomposição:

	2022			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	7.564.852	2.398.382	1.061.100	11.024.334
Vencido	29.033	5.143	1.096.298	1.130.475
	7.593.886	2.403.525	2.157.397	12.154.808
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	2.179.747	27.011	72.425	2.279.182
Vencido				
	2.179.747	27.011	72.425	2.279.182
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	15.317.224	869.769	562.459	16.749.451
Vencido	4.960	1.204	289.152	295.316
	15.322.183	870.973	851.611	17.044.767
Crédito ao consumo				
Vincendo	1.997.304	88.246	10.881	2.096.431
Vencido	880	800	9.615	11.295
	1.998.183	89.046	20.496	2.107.726
Pequenos negócios				
Vincendo	945.253	162.066	21.197	1.128.517
Vencido	226	354	51.274	51.854
	945.480	162.420	72.471	1.180.371
Outros créditos				
Vincendo	2.644.659	129.781	70.134	2.844.574
Vencido	2.246	6.603	23.230	32.079
	2.646.905	136.385	93.364	2.876.653
Garantias prestadas				
Vincendo	4.024	-	-	4.024
Sector Público				
Vincendo	2.374.036	-	-	2.374.036
Vencido	198	-	2	200
	2.374.234	-	2	2.374.236
Total crédito vincendo	33.027.099	3.675.255	1.798.195	38.500.549
Total crédito vencido	37.543	14.105	1.469.571	1.521.219
Total de crédito	**33.064.642**	**3.689.359**	**3.267.766**	**40.021.767**

	2021			
	Classificação de acordo com o Modelo de imparidade			
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em *"Default"*	Total
Empresas				
Crédito a empresas				
Vincendo	6.330.591	3.210.513	1.043.555	10.584.659
Vencido	4.201	2.595	1.289.437	1.296.233
	6.334.792	3.213.108	2.332.992	11.880.892
Garantias e créditos documentários a empresas				
Vincendo	1.303.864	68.082	40.790	1.412.736
Vencido				
	1.303.864	68.082	40.790	1.412.736
Retalho				
Crédito à habitação				
Vincendo	14.541.635	977.129	600.464	16.119.228
Vencido	5.149	2.029	305.620	312.799
	14.546.784	979.158	906.084	16.432.027
Crédito ao consumo				
Vincendo	2.026.187	90.395	6.006	2.122.588
Vencido	922	219	9.038	10.178
	2.027.109	90.614	15.043	2.132.766
Pequenos negócios				
Vincendo	1.001.386	177.742	39.428	1.218.555
Vencido	198	58	49.871	50.127
	1.001.584	177.800	89.299	1.268.683
Outros créditos				
Vincendo	2.302.925	153.065	67.207	2.523.197
Vencido	3.012	4.569	30.856	38.437
	2.305.937	157.634	98.062	2.561.634
Garantias prestadas				
Vincendo	7.000	0	0	7.000
Sector Público				
Vincendo	2.854.702	27.945	0	2.882.646
Vencido	365	0	2	368
	2.855.067	27.945	2	2.883.014
Total crédito vincendo	30.368.289	4.704.872	1.797.449	36.870.610
Total crédito vencido	13.848	9.469	1.684.824	1.708.141
Total de crédito	**30.382.137**	**4.714.342**	**3.482.273**	**38.578.752**

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- "Créditos sem incumprimento"
  - Empresas: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
  - Particulares: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 7 dias;
- "Créditos com incumprimento"
  - Empresas: créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
  - Particulares: créditos com saldos vencidos entre 7 dias e 90 dias;

- "Créditos em default" – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Banco foi reclassificada para esta categoria. Adicionalmente, inclui créditos reestruturados que estivessem classificados na posição "Créditos em default" na data de reestruturação e que ainda não tenham passado pelo período de quarentena. Conforme definido em normativo interno do BCA, o abate de créditos ao ativo só deve ocorrer quando, tendo sido exigido o vencimento da totalidade do crédito pela instituição e tendo sido desenvolvidos os esforços de cobrança considerados adequados, as expetativas da sua recuperação, num horizonte temporal razoável se demonstrem praticamente nulas. Portanto, a decisão de proceder-se ao abate é tomada pela Comissão Executiva do BCA, tendo em conta o remanescente não cobrado e após todas as diligências de cobrança. Este princípio encontra-se refletido na norma interna IS 10/2015 que determina as condições em que um crédito pode ser abatido ao ativo, assim como os procedimentos a serem seguidos no que concerne ao abate e ao seu registo.

Adicionalmente, o crédito vencido inclui apenas os montantes das operações ou prestações vencidas e não pagas na data de referência. Na Nota 7, a rubrica "Crédito vencido" inclui a totalidade do valor a receber relativo a operações com valores em atraso.

		2022				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**11.841.530**	**15.045.585**	**5.562.417**	**2.312.439**	**34.761.970**
Com vencido mas sem imparidade individual		**683.984**	**1.909.084**	**578.658**	**61.798**	**3.233.523**
	Inferior a 30 dias	394.204	1.221.543	412.680	61.795	2.090.223
	30 a 90 dias	101.491	33.510	33.069	-	168.071
	91 a 180 dias	16.569	21.465	14.467	-	52.501
	181 a 360 dias	18.527	62.190	21.560	-	102.277
	superior a 360 dias	153.193	570.376	96.881	2	820.452
Créditos com imparidade individual		**1.908.476**	**90.098**	**27.700**	**-**	**2.026.273**
	Inferior a 30 dias	159.443	90.098	26.835	-	276.376
	30 a 90 dias	2.767	-	-	-	2.767
	91 a 180 dias	4.510	-	-	-	4.510
	181 a 360 dias	631.551	-	-	-	631.551
	superior a 360 dias	1.110.205	-	864	-	1.111.069
Total		**14.433.990**	**17.044.767**	**6.168.774**	**2.374.236**	**40.021.767**

		2021				
		Empresas	Particulares - Habitação	Particulares - Outros	Sector Público	Total
Sem vencido nem imparidade individual		**10.733.700**	**14.436.190**	**5.451.636**	**2.807.319**	**33.428.845**
Com vencido mas sem imparidade individual		**416.672**	**1.906.506**	**488.831**	**75.695**	**2.887.705**
	Inferior a 30 dias	226.315	1.108.105	350.995	75.693	1.761.109
	30 a 90 dias	7.532	60.541	10.046	-	78.120
	91 a 180 dias	5.505	13.173	9.871	-	28.549
	181 a 360 dias	220	39.225	10.867	-	50.312
	superior a 360 dias	177.100	685.461	107.052	2	969.615
Créditos com imparidade individual		**2.143.256**	**89.331**	**29.615**	**-**	**2.262.202**
	Inferior a 30 dias	236.382	89.331	28.691	-	354.405
	30 a 90 dias	3.066	-	-	-	3.066
	91 a 180 dias	508.311	-	-	-	508.311
	181 a 360 dias	99.463	0	924	-	100.387
	superior a 360 dias	1.296.033	0	0	-	1.296.033
Total		**13.293.628**	**16.432.027**	**5.970.083**	**2.883.014**	**38.578.752**

Como subcategoria do risco de crédito, conforme definido em normativo interno (OS n.º 34/2020), o risco concentração é o risco de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrente de concentração em i) grandes exposições, ii) setores industriais ou iii) geografias comuns. Este risco é mensalmente acompanhado no Risk Appetite statement (RAS) e através da métrica Exposure to single largest EG as % of Own Funds". Adicionalmente, e através do Relatório Integrado de Risco (RIR), é feito a monitorização das contrapartes relativo ao Setor Público, Banco Central e Outros Bancos, relativo a exposições superiores a 500 mil contos e ainda Empresas com exposições, igualmente, superiores a 500 mil contos.

Justo valor

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 – Mensuração pelo Justo Valor:

Valores de cotação de mercado (nível 1)

Nesta categoria são incluídos os Instrumentos Financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais e aqueles em que existem entidades que divulgam habitualmente preços de transações para estes instrumentos negociados em mercados líquidos.

A prioridade nos preços utilizados é dada aos observados nos mercados oficiais, nos casos em que exista mais do que um mercado oficial a opção recai sobre o mercado principal onde estes instrumentos financeiros são transacionados.

O Banco considera como preços de mercado os divulgados por entidades independentes, assumindo como pressuposto que as mesmas atuam no seu próprio interesse económico e que tais preços são representativos do mercado ativo, utilizando sempre que possível preços fornecidos por mais do que uma entidade (para um determinado ativo e/ou passivo).

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)

Nesta categoria estão incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros). Inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em bids indicativos fornecidos por contrapartes externas.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)

Neste nível incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(milhares de escudos)

		Justo valor		
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2022				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.879.621	3.879.621	0	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	881.487	881.487	0	881.487
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral **a)**	104.123	0	104.123	104.123
Aplicações em instituições de crédito	28.816.889	28.816.889	0	28.816.889
Crédito a clientes	57.150.525	0	57.150.525	57.150.525
Outros Ativos	3.907.419	1.417.227	2.971.554	4.388.781
Ativos financeiros	**90.832.646**	**33.577.998**	**57.254.648**	**90.832.646**
Recursos de outras instituições de crédito	435.194	435.194	0	435.194
Recursos de clientes	82.191.338	82.191.338	0	82.191.338
Outros passivos	1.025.680	0	1.025.680	1.025.680
Passivos financeiros	**83.652.211**	**82.626.531**	**1.025.680**	**83.652.211**

(milhares de escudos)

		Justo valor		
	Ativos/ passivos registados ao custo amortizado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (Nível 3)	Justo valor total
31 de dezembro de 2021				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.159.933	4.159.933	0	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670.181	670.181	0	670.181
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral **a)**	116.561	0	116.561	116.561
Aplicações em instituições de crédito	25.685.645	25.685.645	0	25.685.645
Crédito a clientes	56.133.870	0	56.133.870	56.133.870
Outros Ativos	4.393.394	1.712.659	3.397.555	5.110.214
Ativos financeiros	**86.766.191**	**30.515.759**	**56.250.432**	**86.766.191**
Recursos de outras instituições de crédito	674.020	674.020	0	674.020
Recursos de clientes	79.670.738	79.670.738	0	79.670.738
Outros passivos	584.772	0	584.772	584.772
Passivos financeiros	**80.929.530**	**80.344.759**	**584.772**	**80.929.530**

Em 2022, os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, foram registados tendo em consideração o estabelecido na Politica contabilística de reconhecimento inicial de imóveis recebidos em reembolso de crédito. De acordo com a referida política os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos serão valorizados, no seu reconhecimento inicial pelo menor entre o valor de arrematação e o valor do balanço líquido de imparidade do (s) crédito (s) concedido (s) objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associado (s). Com a adoção deste procedimento pretende-se assegurar que não ocorrerão reversões de imparidade originalmente afetas ao crédito, as quais no âmbito do modelo de imparidades em uso no BCA conforme requisitos da IFRS 9 – "Instrumentos financeiros" terão tido em consideração a existência deste colateral.

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito,

Aplicações em instituições de crédito. Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos Financeiros ao Justo Valor através de outro rendimento integral

Avaliação casuística através de modelo de desconto ou através de múltiplos. Custo histórico: preço médio de aquisição.

Procedimentos: Avaliação casuística, tipicamente sem informação de mercado. No mínimo com periodicidade anual, até final de Novembro, a DGR/CGD, com apoio do BCA na recolha das informações sobre a empresa, apresenta uma proposta a CE sobre as valorizações dos ativos nestas condições.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de outras instituições de crédito e Recursos de clientes e outros empréstimos

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points"(bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2022					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.263.033	1.552.805	758.075	- (723.846)	(1.415.694)	(2.711.439)
Total activo sensível	3.263.033	1.552.805	758.075	(723.846)	(1.415.694)	(2.711.439)

	2021					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Crédito a clientes (saldos brutos)	2.939.575	1.399.636	683.483	(652.971)	(1.277.415)	(2.447.877)
Total activo sensível	2.939.575	1.399.636	683.483	(652.971)	(1.277.415)	(2.447.877)

O impacto de uma deslocação de 50, 100 e 200 bps nas curvas de taxa de juro de referência de ativos e passivos sensíveis corresponde aos cenários utilizados internamente pelos órgãos de gestão no acompanhamento e monitorização da exposição a risco de taxa de juro.

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projecção margem financeira					
	- 200 bp	- 100 bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Exercício de 2022	(722 718)	(381 194)	(190 597)	190 597	381 194	722 718
Exercício de 2021	(698 304)	(349 152)	(174 576)	174 576	349 152	698 304
Exercício de 2020	(698 965)	(349 483)	(174 741)	174 741	349 483	698 965

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2022 e 2021, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "spread" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que o Banco possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência.

Risco cambial

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

O Risco Cambial é monitorizado através de análises diárias da posição cambial (VAR – value at risk), análise mensal da evolução da posição cambial, taxas de câmbio e resultados de reavaliação, principalmente do USD. Note-se que os resultados de reavaliação cambial representaram boa % da margem complementar do BCA, com impacto positivo na performance do banco, pelo que são ativamente analisadas e reportados com rigor, numa base diária na linha de negócio e mensalmente nos reportes da área de risco.

As métricas de monitorização e reporte da posição cambial, métricas de RAS-Risk Appetite Statement, nomeadamente VaR (Value-at-Risk) e Posição Aberta Total continuam garantindo a fiabilidade das estimativas das perdas potenciais. A carteira de moeda estrangeira tem reduzido consideravelmente devido à redução das posições detidas na moeda Euro e os indicadores mantêm-se baixos e muito afastado dos níveis de tolerância definidos na estratégia da gestão do risco cambial.

As posições cambiais raramente ultrapassaram os limites definidos para as diversas moedas que compõem a carteira, e quando ultrapassam foram prontamente justificadas, corrigidas e reportadas à Administração, garantindo um processo de gestão do risco cambial sem sobressaltos. As perdas potenciais resultantes do câmbio entre divisas representam folgas suficientes e encontram-se longe do limite de tolerância estabelecido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2022				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.236.486	531.212	71.946	39.978	3.879.621
Disponibilidades em outras instituições de crédito	144.886	440.773	283.258	12.570	881.487
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	61.251	-	38.670	4.203	104.123
Aplicações em instituições de crédito	24.447.553	3.309.188	1.060.147	-	28.816.889
Crédito a clientes (valores brutos)	56.495.543	654.981	0	-	57.150.525
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	503.495	-	-	-	503.495
Outros activos Liquidos	5.278.587	617	-	-	5.279.204
Imparidade acumulada	(2.614.104)	-	-	-	(2.614.104)
	87.553.697	4.936.771	1.454.021	56.751	94.001.240
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	373.407	28.297	33.489	-	435.194
Recursos de clientes e outros empréstimos	79.443.631	1.316.124	1.417.221	14.361	82.191.338
Outros passivos	1.500.022	30.545	11	-	1.530.578
	81.317.060	1.374.967	1.450.721	14.361	84.157.109
Exposição líquida	6.236.637	3.561.805	3.300	42.389	9.844.130

	2021				
	Escudos de Cabo Verde	Euros	Dólares Norte Americanos	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.459.891	480.656	175.466	43.920	4.159.933
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.981	378.284	225.028	5.888	670.181
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	74.302	-	38.057	4.203	116.562
Aplicações em instituições de crédito	25.150.611	-	535.034	-	25.685.645
Crédito a clientes (valores brutos)	55.473.365	660.505	-	-	56.133.870
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	454.179	-	-	-	454.179
Outros activos Liquidos	6.099.566	39.049	-	-	6.138.615
Imparidade acumulada	(2.997.455)	-	-	-	(2.997.455)
	87.775.441	1.558.495	973.585	54.010	90.361.531
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	646.695	27.325	-	-	674.020
Recursos de clientes e outros empréstimos	77.422.631	1.264.914	966.687	16.507	79.670.738
Outros passivos	1.136.737	591	68	-	1.137.395
	79.206.062	1.292.830	966.755	16.507	81.482.154
Exposição líquida	8.569.379	265.664	6.831	37.503	8.879.377

35. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão do capital, no BCA, baseia-se nos seguintes princípios gerais:

- Cumprir as exigências regulamentares estabelecidas pelo Banco de Cabo Verde, órgão supervisor da atividade bancária no País;
- Gerar uma rentabilidade adequada, com criação de valor para o acionista, proporcionando-lhe uma remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento da atividade, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder às estratégias de crescimento do Banco;

- Assegurar a reputação da Instituição através da preservação da integridade das operações praticadas no decurso da sua atividade.

A adequação do capital ao perfil de risco do Banco é acompanhada e controlada pela aplicação das leis que regulam o Sistema Financeiro em Cabo Verde, com destaque especial para o Aviso nº4/2007 do Banco de Cabo Verde, que estabelece as bases de cálculo do Rácio de Solvabilidade, tendo incorporado o Risco de Mercado e o Risco Operacional no cálculo desse rácio, para além de ter reformulado os procedimentos para a determinação da contribuição do Risco de Crédito.

De acordo com o Aviso nº4/2007, o Rácio de Solvabilidade é obtido da aplicação da seguinte fórmula:

[FP/(VAPRC+VAPRTC+VEAPRO)]x100

Em que:

FP – Valor dos Fundos Próprios, determinado conforme Aviso nº3/2007.

VAPRC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito.

VAPRTC – Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

VEAPRO – Valor Equivalente em Ativos Ponderados pelo Risco Operacional.

O Rácio de Solvabilidade é calculado pela Direção Contabilidade e Gestão Financeira (DCG), mais concretamente pelo Gabinete de Contabilidade e Controlo (GCC) com o contributo do Gabinete de Gestão Financeira (GGF) que concerne à determinação do Valor dos Ativos Ponderados pelo Risco de Taxa de Câmbio.

Os procedimentos para a determinação das variáveis que compõem esse Rácio estão definidos no Aviso nº3/2007 (Fundos Próprios) e nos Anexos 1, 2 e 3 do Aviso nº4/2007 (Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito, Ativos Ponderados pelo Risco de Mercado e Ativos Ponderados pelo Risco Operacional).

O Aviso nº3/2007 define as componentes negativas e positivas para o cálculo dos Fundos Próprios, obtidos da soma dos Fundos Próprios de Base com os Fundos Próprios Complementares e respetivos ajustamentos, através de deduções definidas pelo Banco de Cabo Verde.

No quadro seguinte pode-se verificar a composição do Capital Regulamentar do Banco em 31 de dezembro de 2022:

Capital realizado		1.318.648	
Prémios de emissão de acções e outros títulos		-	
Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos		6.962.268	
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores		-	
Resultados positivos do último exercício			
Resultados positivos provisórios do exercício em curso		1.797.776	
Desvios actuariais positivos (método do corredor) - não reconhecidos em resultados ou reservas			
Interesses minoritários (1)		-	
SOMA			10.078.692
Activos intangíveis		115.135	
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores		41.314	
Resultados negativos do último exercício		-	
Resultados negativos provisórios do exercício em curso			
Provisões adicionais		-	
Reservas de reavaliação negativas			
Desvios actuariais negativos (método do corredor) e custos com serviços passados - não reconhecidos em resultados ou reservas		248.399	
Acções próprias		125	
Diferenças positivas de primeira consolidação (1)			
Diferenças positivas de reavaliação na primeira aplicação - método de equivalência patrimonial (1)			
SOMA			404.973
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ANTES DA APLICAÇÃO DO REGIME TRANSITÓRIO			9.673.720
Regime transitório previsto no ponto 4 do n.º 5 do Aviso n.º 3/2007 - impacto na transição em fundos próprios de base ainda por reconhecer		-	
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE ELEGÍVEIS			9.673.720
Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis			
Reservas de conversão cambial e reservas de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro			
Empréstimos subordinados e acções preferenciais	-	-	
Outras reservas de reavaliação		27.638	
Outros elementos			
FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES			27.638
FUNDOS PRÓPRIOS ANTES DAS DEDUÇÕES			9.701.358
Participações a deduzir:			
Superiores a 10 % do capital		40.100	
Inferiores ou iguais a 10 % do capital	175.915	-	40.100
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	692.284	-	692.284
Fundos próprios destinados a coberturas especificas (alínea 12 do n.º 11º do Aviso nº 9/99)			
Insuficiência de liquidez (ponto 2 n.º 15º do Aviso nº 8/2007)			-
FUNDOS PRÓPRIOS PARA CÁLCULO DE CONCENTRAÇÃO DE RISCO			8.968.974
Parte que excede os limites de concentração de riscos (alínea d) n.º 12 do Aviso nº 3/2007)			-
FUNDOS PRÓPRIOS			**8.968.974**

No quadro acima se pode constatar que o valor final dos Fundos Próprios resulta do somatório dos dois grandes agregados referidos, nomeadamente os Fundos Próprios de Base e os Fundos Próprios Complementares, excluindo algumas deduções previstas pelo Banco de Cabo Verde.

Os Fundos Próprios de Base correspondem aos Capitais de maior estabilidade do Banco, tendo por principais componentes o capital social, as reservas, os resultados transitados, o resultado líquido do exercício e os impactos de transição correspondentes aos encargos com os benefícios dos trabalhadores, resultantes da adoção das Normas Internacionais de Relatos Financeiro (NIRF), mais propriamente do NIC 19 - *Benefícios aos empregados*.

Aliás, a assimilação das referidas normas implicou a adoção de um regime transitório de apuramento dos Fundos Próprios de Base, buscando-se uma mudança harmoniosa das regras contabilísticas anteriores para as recentes, sem grande interferência nas regras prudenciais.

Os Fundos Próprios Complementares são constituídos, essencialmente, pelas Reservas de Reavaliação positivas ou negativas de alguns Ativos, e por Passivos Subordinados sujeitos a aprovação prévia do Banco de Cabo Verde.

Uma das componentes positivas do valor dos Fundos Próprios é o Capital Social, cujo valor mínimo fixado pelo Governo, sob proposta do Banco de Cabo Verde através da Portaria nº19/2005 de 14

de março, é de 300 milhões de Escudos de cabo Verde. O total dos Fundos Próprios não pode ser, em nenhum momento, inferior ao capital mínimo.

Além de estipular que o valor dos Fundos Próprios deve ser superior ao capital social mínimo exigido por lei, o Aviso nº4/2007 estabelece também que deve ser observado, em permanência, uma relação adequada entre os Fundos Próprios e os elementos do ativo e extrapatrimoniais, ponderados em função dos respetivos riscos. Essa relação é definida pelo Rácio de Solvabilidade, cujo valor mínimo é de 12%. Como medida excecional e temporária, com o intuito de atenuar o impacto do novo Coronavírus – Covid19 na economia nacional e no sistema financeiro, o Aviso nº 2/2020 reduziu o valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 31 de dezembro de 2021. O Aviso nº 2/2022 prorroga a utilização do valor mínimo do Rácio de Solvabilidade para 10%, até 30 de Setembro de 2022. Estabelece ainda que as instituições de Credito que a 1 de outubro de 2022 disponham de um rácio de solvabilidade inferior a 12%, devem adequar este rácio ao nível prescrito no nº 1 do Aviso nº 1/2017, nos seguintes termos:

a. 10,5% até 31 de dezembro de 2022;
b. 11,25% até 31 de dezembro de 2023; e
c. 12% até 31 de dezembro de 2024.

Conforme podemos verificar no quadro acima, o total dos Fundos Próprios do Banco, em 31 de dezembro de 2022, ascende a 8.968.974 milhares de Escudos de Cabo Verde, valor superior ao capital social mínimo legalmente exigido e suficiente para manter uma relação adequada com os elementos do Ativo e Extrapatrimoniais ponderados em função do risco, traduzindo um rácio de solvabilidade de 28,20%.

Os regulamentos do Banco de Cabo Verde, relativamente à adequação do capital, têm por base o Acordo de Basileia I, mas já estão em implementação, nomeadamente em resposta ao exigido pelo acionista CGD, algumas práticas introduzidas por Basileia II, como por exemplo a implementação de um sistema de autoavaliação e determinação de um nível de capital interno adequado ao perfil de risco.

No entanto, levando em consideração que a Autoridade de Supervisão tem pautado a sua atuação pela adoção das melhores práticas internacionais, é de se esperar, num futuro próximo, a assimilação das principais recomendações de Basileia II, aplicáveis à realidade do País.

36 – “Impactos Conflito na Ucrânia / COVID-19”.

A nível do risco de crédito observa-se uma retoma gradual da economia após um período de contração provocado pela pandemia da COVID19. As moratórias legais expiraram oficialmente em

outubro de 2022 com a retoma dos planos financeiros e medidas de reestruturação pontuais em clientes mais afetados, sobretudo no setor do turismo e atividades conexas.

31/dez/22	Moratórias expiradas*					
	Empresas		Particulares		Total	
	Exposição	Nº Operações	Exposição	Nº Operações	Exposição	Nº Operações
Moratórias expiradas	**5.157.918.642**	**441**	**1.069.675.406**	**419**	**6.227.594.048**	**860**
Com Retoma do Plano Financeiro	**4.905.391.568**	**416**	**972.406.378**	**395**	**5.877.797.946**	**811**
dos quais: Maturidade original extendida por força da Lei**	4.901.085.528	412	959.696.254	393	5.860.781.782	805
dos quais: Maturidade original inalterada	4.306.040	4	12.710.125	2	17.016.164	6
Reestruturados por dificuldades financeiras (RDF)	**20.212.678**	**6**	**57.760.599**	**10**	**77.973.277**	**16**
Operações vencidas em dez22* **	**232.314.395**	**19**	**39.508.428**	**14**	**271.822.824**	**33**
dos quais: com atraso até 90 dias	67.424.462	8	8.623.283	5	76.047.745	13
dos quais: com atraso superior a 90 dias	164.889.933	11	30.885.146	9	195.775.079	20

*Posição em dez22 de contratos que tinham sido objeto de moratória legal, entretanto expiradas em out22.

**De acordo com DL nº 38 2020 e BO I Série nº71, as entidades beneficiárias de moratória cuja atividade principal esteja abrangida pela lista de CAE constante do anexo ao diploma, e as entidades referidas no n.º 7 do artigo 5º-A beneficiam automaticamente do regime de extensão de maturidade por período correspondente ao da duração da respetiva moratória. As entidades que não queiram beneficiar do regime podem

***Atraso superior a 30 dias

Contudo, o ano de 2022 manteve-se ainda pautado pela incerteza derivado do conflito na Ucrânia que veio influenciar significativamente os preços das matérias-primas energéticas e diversos bens primários, da qual Cabo Verde depende em larga medida, constando inclusive na lista dos países mais afetados pelo conflito na Ucrânia. Outrossim, a inflação esperada e consequente perda de poder de compra na Europa poderá condicionar o fluxo de entrada de turistas no país, o que poderá ter efeitos negativos a nível do turismo, afetando sobretudo o poder de compra das famílias e consequente aumento do risco de crédito nas ilhas mais turísticas.

A nível de monitorização do risco de crédito foi um ano de consolidação de projetos implementados no segundo semestre de 2021 em que se destacam os modelos de risco para Particulares – crédito pessoal ao consumo (scoring) e Empresas (rating). Relativamente ao modelo de Scoring, destaca-se a sua integração no motor de decisão (Credibox), o que permitiu a cobertura de toda a carteira de crédito pessoal ao consumo na originação. Relativamente ao rating, pode-se realçar o cumprimento dos objetivos resultando em nível de cobertura da carteira superior a 95%, factos que aliados aos demais sistemas de early warnings (cores, staging, ICDF) já implementados no Banco constituem evolução favorável em matéria de gestão de risco de crédito preventiva e em consonância com a Política Corporativa de Gestão Global de Risco de Crédito em vigor.

A monitorização contínua do crédito, em linha com o previsto na PARC, mantem-se garantido através de reportes periódicos, dos quais destacam-se o Relatório de Imparidade e NPL, Monitorização de Crédito, bem como do Relatório Integrado de Risco.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência da realização de uma Inspeção especial efetivada pelo Banco Central de Cabo Verde – BCV, no âmbito da avaliação da qualidade da carteira em Moratória e operações reestruturadas o BCV deliberou e recomendou o reforço de imparidades para um grupo de clientes analisados no montante de 128,3 mil contos, tendo o BCA reforçado todo o valor nas contas de 2022.

Ação movida contra o Banco por um colaborador reformado requerendo a título de indeminização o montante de 7.655.399 CVE correspondente a retroativos de pensão de reforma que o mesmo deixou de receber. O Banco contestou a 14 de Março 2023 invocando prescrição e pedido de absolvição. Entretanto o montante de 6.229.071 CVE foi acautelado nas contas desde 2020.